



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 715 - DE 19 DE MAIO A 1 DE JUNHO DE 2024 - R\$ 5,00

Rio Grande do Sul **Por um plano de emergência sob** **o controle operário e popular** **Responder à tragédia do Rio Grande do sul** **com a política e o programa da classe operária**



Memória Eterna ao camarada **Guillermo Lora** **15** anos de seu falecimento

Sua obra alicerça o Partido Operário Revolucionário na Bolívia e responde à tarefa de reconstruir a IV Internacional

Sinais da escalada bélica e da confrontação dos Estados Unidos com a China

As Forças de Segurança de Israel apertaram o cerco a Rafah, no Sul, e recrudesceram os ataques no Norte da Faixa de Gaza. Biden pôs de lado a farsa de interromper o envio de armas a Netanyahu. As negociações em torno ao cessar-fogo e a um plano de paz se dissolveram. As pressões internacionais para que o Estado sionista não avance ainda mais a carnificina dos palestinos foram respondidas com desdém. As forças militares russas avançam sobre a segunda maior cidade da Ucrânia, Kharkiv, e caminham para o norte. Zelenski espera por uma nova remessa de armas e recursos financeiros para evitar uma derrota.

Os Estados Unidos aprovaram uma gigantesca soma para sustentar a intervenção de Israel na Faixa de Gaza, prolongar a guerra na Ucrânia e fortalecer a oposição do governo de Taiwan à China. Macron, presidente da França, referiu-se a possibilidade de envio de soldados à Ucrânia. David Cameron, secretário inglês de Relações Exteriores, declarou que Zelenski poderá usar as armas britânicas para atacar o território russo. Putin, em contrapartida, afirmou que poderia atacar o território britânico. Blinken, secretário de Estado norte-americano, em um encontro com Zelenski, repetiu a ameaça de Cameron. Até então, a diretriz da aliança imperialista ocidental era a de evitar um choque direto com a Rússia. É bem provável que não haja uma orientação dos Estados Unidos de se lançarem diretamente na guerra. O que implicaria apontar as armas da OTAN para a Rússia. O importante dessas manobras está em que as vantagens das tropas russas indicarão se a aliança da OTAN vai apenas renovar o armamento da Ucrânia para prolongar a guerra de desgaste ou forçar algum tipo de armistício. Prolongar a guerra pode resultar em um transbordamento do conflito.

Em resposta a essa movimentação imperialista, Putin alertou que a Rússia é uma potência militar, detentora de um considerável arsenal atômico. Os analistas lembraram que a Rússia e os Estados Unidos detêm 90% das 12 mil ogivas contabilizadas. As manobras das forças russas com as denominadas armas atômicas táticas mais uma vez aproximaram o perigo de uma conflagração que envolveria a Europa e, assim, o mundo todo. A sombra de uma terceira guerra mundial, certamente, é usada por Putin e aliados para mostrar ao bloco norte-americano que a guerra na Ucrânia está sendo travada com o sentido estratégico de sobrevivência da Rússia, que se enfraqueceu com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com o ingresso de países do Leste Europeu e parte das ex-repúblicas soviéticas à OTAN.

Por alguns meses, a intervenção de Israel na Faixa de Gaza desviou a atenção da guerra na Ucrânia e do agravamento da guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Em maio, os Estados Unidos e as potências europeias voltaram a atenção ao insistente pedido de Zelenski para rearmar suas forças militares de forma que sejam capazes de bloquear o avanço russo em direção ao Norte. Os novos recursos financeiros e os preparativos para entregar um armamento mais ofensivo à Ucrânia vieram acompanhados de pressão sobre a China.

As conversações de Blinken com Xi Jinping foram orientadas a exigir da China que deixe de manter transações comerciais e militares que auxiliariam o avanço russo. As sanções econômico-financeiras à Rússia não puderam sufocar sua economia, uma vez que se elevaram enormemente as importações e exportações entre os dois países. A visita de Xi Jinping à Europa se deu no marco das exigências norte-americanas. Essas manobras diplomáticas antecederam a ida de Putin a Pequim na condição de presidente reeleito para um quinto mandato. A declaração conjunta acentuou a crítica de que os Estados Unidos “pensam em termos de Guerra Fria e são guiados pela lógica do confronto em bloco, colocando a segurança de grupos restritos acima da estabilidade regional, o que cria uma ameaça à segurança de todos os países da Ásia-Pacífico”. Esse conteúdo reflete a escalada bélica mundial e seu direcionamento pelo imperialismo à China.

A guerra comercial dos Estados Unidos com a China foi recentemente marcada pela proibição da Tik Tok de operar em solo norte-americano, elevação de tarifas de importação de carros elétricos chineses e intervenção em bancos que realizam transações com a Rússia conside-

rados violadores das sanções ditadas pelo governo Biden. As potências europeias, por sua vez, acusam a China de inundar seus países com mercadorias de baixo preço. A guerra comercial e a escalada militar aproximam cada vez mais a Rússia da China, portanto, no sentido inverso pretendido pela aliança imperialista ocidental.

O complexo militar - controlado pelos Estados Unidos e pelas potências europeias - está no centro das guerras e da confrontação econômico-comercial. A China e a Rússia estão obrigadas a se colocarem no terreno da economia de guerra. A retomada da China do projeto de construção de usinas nucleares flutuantes concebido em 2010 é um reflexo do crescente desequilíbrio da ordem mundial estabelecida no final da Segunda Guerra. As disputas e conflitos em torno às novas tecnologias e às matérias-primas movimentam o complexo militar e o elevam a um patamar mais alto desde o fim da URSS, em 1991.

Putin realizou uma mudança ministerial, que foi interpretada como destinada a impulsionar a economia de guerra, dobrando o orçamento militar. Na realidade, os gastos militares têm crescido mundialmente. Em 2023, alcançaram a marca de US\$ 2,2 trilhões, ou seja, 9% a mais em relação ao ano anterior. A Rússia passou de 2,64% do PIB para 4,01% em 2023 e está prevendo cerca de 8% em 2024. A OTAN aumentou seus gastos em 8,5% em 2023. Os Estados Unidos “empenharam 41% do gasto militar total do planeta, seguidos pela China (10%) e Rússia (5%)”. Esses números por si só põem à luz os interesses do complexo militar norte-americano refletidos nas guerras da Ucrânia e da Faixa de Gaza, bem como no impulso ao rearmamento na Europa e na Ásia.

A condenação puramente verbal do genocídio na Faixa de Gaza e a naturalização da longa guerra na Ucrânia permitem ao imperialismo potenciar a escalada bélica. Nenhuma fração da burguesia mundial é capaz de se contrapor a esse processo, apesar de não faltarem vozes pacifistas e chamados a se respeitar o multilateralismo. Nem a Rússia, nem a China, que se veem pressionadas pela aliança norte-americana e ameaçadas militarmente, podem erguer um movimento de massa anti-imperialista. O motivo está em que nesse embate não deixam de expressar interesses econômicos capitalistas. Em particular, a Rússia não tem como ocultar sua posição de opositora das nacionalidades que antes constituíram a URSS. A própria questão da Ucrânia - previda pelo imperialismo e acossada pela Rússia - eleva a necessidade de combater a opressão nacional, de maneira que conflua com a luta do povo palestino por sua autodeterminação.

A guerra comercial e a escalada militar recaem sobre as nações oprimidas e as massas exploradas. Essa constatação é ponto de partida para a compreensão de que somente a classe operária, com seu programa, seus métodos de luta e sua organização independente, tem a necessidade de combater as guerras de dominação e transformá-las em guerras de libertação frente ao domínio capitalista e à opressão imperialista.

As mobilizações em torno ao genocídio na Faixa de Gaza mostraram e mostram o caminho por onde a classe operária assumirá a direção dos combates. O atraso da luta para acabar com a guerra na Ucrânia evidencia a contradição de classe que deverá ser superada. A crise de direção se manifesta em sua plenitude justamente em situações convulsivas. Os sindicatos e as direções políticas vinculadas aos explorados se acham comprometidos com a política burguesa que se mascara de democrática e pacifista. O fato de predominar a política que separa a guerra na Faixa de Gaza da guerra na Ucrânia favorece a escalada militar. A situação objetiva, no entanto, empurra os explorados no sentido das bandeiras anti-imperialistas e anticapitalistas. Expõe, apesar de toda a confusão política que reina no interior do proletariado e dos demais oprimidos, as bandeiras que permitem aglutinar as massas e revela o programa da revolução social. Esse é o curso que deve ser seguido pela vanguarda com consciência de classe, para se colocar à frente da luta anti-imperialista e pelo socialismo. Esse é o curso por onde os marxista-leninista-trotskistas se colocam a tarefa de superar da crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Rio Grande do Sul

A política burguesa e governista diante da calamidade climática

Resposta dos explorados

6 de maio de 2024

As autoridades do Rio Grande do Sul contabilizaram, até o dia 6 de maio, 83 mortos, 111 desaparecidos e 121.957 desalojados. Esses números não são definitivos. A turbulência das águas continua em alta. Não há previsão para a estabilização e retração imediatas. Estudos mostram que a capital, Porto Alegre, enfrenta a “maior cheia desde 1941”, e, desde 1961, se constata o agravamento do regime de chuvas. Em setembro e novembro de 2023, municípios do Rio Grande do Sul se viram imersos e golpeados pela força das águas. Cerca de cinco meses depois, o fenômeno se tornou mais caudaloso e potente.



As mortes, desaparecimentos e desalojamentos são sintomas sociais que atingem a parcela da população mais desprotegida e susceptível aos desastres climáticos. Desta vez, o estado do Rio Grande do Sul é a vítima. O histórico desse tipo de catástrofe é recorrente no Brasil. Em todos esses acontecimentos, sejam nos estados mais pobres, sejam nos mais ricos, os mais sacrificados são as famílias trabalhadoras. As camadas sociais, que suportam o peso do desemprego e subemprego, que sobrevivem com salários miseráveis, que moram nos lugares mais propícios às hecatombes naturais e que no dia a dia padecem de enfermidades, se veem inteiramente desprotegidas e dependentes do Estado. O exemplo do Rio Grande do Sul mostra que o poder econômico também se ressentiu tanto com as enchentes que atingiram seus negócios diretamente quanto com a desarticulação da economia que deixa de funcionar normalmente. O agronegócio terá de recuperar significativas perdas. Os pequenos e médios agricultores, comerciantes e de serviços evidenciaram o temor das perdas que poderão resultar para muitos em interrupção de suas atividades.

Em momentos trágicos como esse, retoma-se a discussão sobre as mudanças climáticas. Reconhece-se que parte do avanço dos desequilíbrios é causada pela forma como se vem a séculos explorando economicamente os recursos naturais. Os Painéis Intergovernamentais de Mudanças Climáticas promovidos pela ONU anunciam meta de contenção dos gases estufas e indicam que atividades produtivas deveriam ser modificadas e racionalizadas. No entanto, as inúmeras medidas – redução de desmatamento, proteção dos rios e mares, troca de matriz energética, recuperação ambiental, enfim, requacionamento dos agentes econômicos que vêm provocando a desintegração do ecossistema – não passam de boas intenções. Tem-se um diagnóstico, prognóstico e determinadas ações que estão à vista e que a ciência procura respostas.

As leis da natureza e as leis econômico-sociais estão em contradição que diuturnamente se agrava. A produção social se acha condicionada pela anarquia do mercado. As forças produtivas subordinadas às necessidades da acumulação de capital não têm

como ser planejadas para que encontrem o máximo possível de compatibilidade com as leis da natureza. É preciso transformar o sistema de propriedade privada dos meios de produção em propriedade social para que se estabeleça a economia planificada e se supere a anarquia do sistema de exploração capitalista.

Os Estados Unidos, a mais desenvolvida das potências, volta e meia se veem sobresaltados pelos furacões e tornados. O governo Biden se alçou em chefe dos projetos de mudança das matrizes energé-

ticas. As potências europeias se tornaram defensoras das florestas em outras partes do mundo. Inventaram inclusive negociatas em torno dos bônus de gás carbono. O imperialismo que saqueia a natureza em todo o rincão do globo alimenta a farsa de proteção ambiental. E os Estados de países semicoloniais – de economias mais ou menos atrasadas – são chamados a se integrarem em um movimento de contenção ao saque de determinadas fontes de riqueza natural, a exemplo do petróleo. Na realidade, o chamado vem no sentido de que abram mão dessas fontes para que os monopólios internacionais continuem a ditar as condições de sustentação das forças produtivas que se desmoronam em choque com as relações capitalistas de produção.

É sabido que a tormenta que atingiu o Rio Grande do Sul compõe um quadro geral de desequilíbrios no Brasil e no mundo. As massas trabalhadoras são as mais atingidas no presente e serão no futuro. Os prejuízos econômicos serão pagos pela força de trabalho. Os capitalistas do estado sulista têm como ditar ao governador do PSDB, Eduardo Leite, a recuperação dos prejuízos. A classe operária, os agricultores pobres e as camadas arruinadas da classe média não têm como influenciar o poder econômico a seu favor, uma vez que se encontram desorganizados e subordinados à política burguesa.

A coletiva de imprensa que reuniu Lula, alguns de seus ministros, os presidentes do Senado e Câmara Federal, em torno ao governador Eduardo Leite, no dia 5 de maio, procurou passar a imagem de uma grande unidade política para resolver os transtornos econômicos e apoiar as famílias de mortos, desaparecidos e desalojados. O governador pediu socorro ao presidente da República, que é seu adversário nas disputas pelo poder do Estado, reclamando que o Rio Grande do Sul se encontra sem recursos e submetido ao teto de gasto, ou seja, ao critério do arcabouço fiscal. Lula, por sua vez, se rodeou dos presidentes do Senado e da Câmara Federal, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, respectivamente. O Tesouro Nacional também está amarrado pelo arcabouço fiscal, esmagado pela gigantesca dívida pública e exaurido por um montante de juros destinado aos financistas.

Não se sabe ainda como será a ajuda ao rico e falido Rio Gran-

de do Sul. Com certeza, a população pobre não saberá como será empregada a ajuda financeira. Os empresários têm recursos próprios para atravessar o momento mais difícil. O governador depende do poder econômico e tudo fará para favorecê-lo na aplicação dos recursos. A justificativa do governador Eduardo Leite de que as contas do estado estão no limite mostra que não tem intensão de exigir dos empresários que paguem parte dos dispêndios com a reconstituição econômica. Se o governo Lula cumprir a promessa de ajuda financeira, a conta será transferida para o conjunto dos brasileiros, ou seja, para a maioria oprimida. Portavozes do grande capital vêm insistindo que o governo federal não tem sido rigoroso com o ajuste fiscal e que uma nova reforma da Previdência se mostra necessária, bem como desengavetar a reforma administrativa. Em resumo, os prejuízos causados pelas inundações acabam sendo atribuídos aos que trabalham, que recebem baixos salários e que vivem à beira do precipício da miséria. Esse resultado é esperado, mas a população sofrida não tem consciência.

A propaganda do governador de que tudo está fazendo para “salvar vidas” e ajudar os desabrigados envolve as famílias desesperadas e obscurece a sua compreensão. Essa é a função da política burguesa, em torno a qual se juntou Lula que espera tirar proveito político, já que o Rio Grande do Sul é um estado falido financeiramente, apesar de ser rico se comparado com os estados pobres que compõem a maioria da federação. A unidade política entre opositores eleitoralmente ferozes vem no sentido de evitar a revolta dos oprimidos e mantê-los presos à camisa de força da dominação burguesa.

Por onde seria e será possível reagir a tais manobras? Os sindicatos e os movimentos populares poderiam e podem ser um instrumento de real defesa da vida dos pobres na condição de vítimas da catástrofe ambiental que não pode ser desvinculada das terríveis condições sociais impostas pelo capitalismo à maioria trabalhadora. As centrais sindicais, se fossem empurradas por um vigoroso movimento dos sindicatos do Rio Grande do Sul, poderiam fazer uma campanha nacional de defesa das famílias que estão na dependência do resultados das jogadas políticas montadas entre o governador e o presidente da República.

Está colocada, ainda que tardiamente, realizar uma campanha de defesa dos explorados do Rio Grande do Sul, separando-os e distinguindo-os dos ricos capitalistas. A constituição de comitês nos bairros e a convocação de assembleias populares permitiriam e permitem dar uma resposta distinta à dos governantes. Os sindicatos organizariam a campanha convocando suas bases a fortalecerem os comitês e as assembleias populares. O humanitarismo sindical joga água no moinho do governador e do presidente da República que procuram dividendos político-eleitorais. Arrecadar alimentação só tem sentido se for um instrumento para organizar os comitês e realizar as assembleias populares. Caso contrário, os sindicatos são arrastados a substituir a função do Estado e assim fortalecem a política de dominação burguesa.

Um movimento dos trabalhadores independente dos governantes e do poder econômico lutaria para ter o controle dos recur-



A propaganda do governador de que tudo está fazendo para “salvar vidas” e ajudar os desabrigados envolve as famílias desesperadas e obscurece a sua compreensão. Essa é a função da política burguesa, em torno a qual se juntou Lula que espera tirar proveito político, já que o Rio Grande do Sul é um estado falido financeiramente, apesar de ser rico se comparado com os estados pobres que compõem a maioria da federação. A unidade política entre opositores eleitoralmente ferozes vem no sentido de evitar a revolta dos oprimidos e mantê-los presos à camisa de força da dominação burguesa.

dos provenientes do governo federal e dos recursos do próprio estado. Esse caminho não está sendo trilhado porque a classe operária e os demais trabalhadores carecem de uma direção revolucionária. O governador que é um direitista contumaz se sente tranquilo e confortável para fazer discursos demagógicos sobre “salvar vidas”. As direções sindicais, populares e políticas, que se mostram incapazes de dar uma resposta à catástrofe do ponto de vista do proletariado, expõem sua política de conciliação de classes. Política essa que nas condições objetivas dos trágicos acontecimentos leva a subordinar as organizações classistas à política do governo Eduardo Leite e de seu adversário político, o presidente Lula.

O Partido Operário Revolucionário vem diante dos explorados expor o caminho que de fato conduz à defesa das famílias trabalhadoras do Rio Grande do Sul, que sofreram a dor da morte de seus parentes, que não encontraram os desaparecidos, que perderam seus pertences e que passaram a depender das esmolas do Estado burguês. O POR chama os sindicatos a agirem no campo da independência de classe e a trabalharem para que os explorados tomem em suas mãos a sua própria defesa.

Por assembleias populares!

Pela constituição de comitês de bairros!

Que os sindicatos e movimentos classistas tomem em suas mãos a luta em defesa dos oprimidos!

Nenhuma confiança nas medidas de Eduardo Leite e de Lula!

Total confiança na organização independente e nos métodos de luta da classe operária!

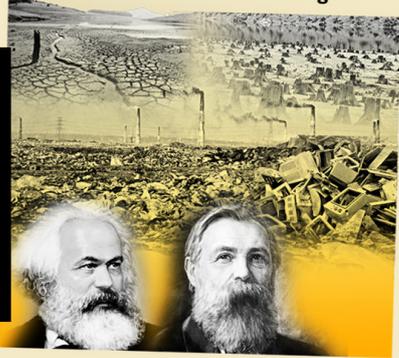
R\$5

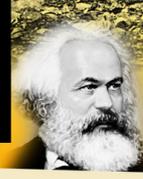


Capitalismo e destruição da natureza

Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:







POR
Partido Operário Revolucionário


MASSAS

Carta aos trabalhadores, às centrais, aos sindicatos e aos movimentos

Permanece grave a crise no Rio Grande do Sul

Por um plano de emergência sob o controle da classe operária!

Sem a organização dos trabalhadores, não é possível impor ao governo um plano de defesa da economia e de suas vidas

Que as centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular tomem em suas mãos as medidas de proteção aos pobres e miseráveis

Somente com uma política de independência de classe se combaterá as manobras governamentais que servem sobretudo aos capitalistas

16 de maio de 2024

No final de abril, as chuvas e os vendavais indicaram que o estado do Rio Grande do Sul (RS) enfrentaria uma situação de calamidade econômico-social. Já no início de maio, a população recebia o impacto do transbordamento dos rios, das enchentes, da destruição de pontes e estradas; cidades se alagavam, milhares eram desabrigados e cresciam as mortes e desaparecimentos. Diante de uma situação tão dramática, a população mais atingida teve de aguardar a morosidade das ações do governador Eduardo Leite e do presidente Lula. Até hoje prevalecem as disputas político-partidárias por cima da desgraça que atinge a maioria dos gaúchos.

A primeira manifestação nos marcos desse quadro dantesco foi a de ajustar os interesses políticos de um ferrenho opositor estadual ao governo federal. Eduardo Leite nada podia fazer sem recorrer à intervenção de Lula, que por sua vez estava obrigado a levar consigo os opositores, como o presidente do Senado e da Câmara de Deputados, que controlam o Congresso Nacional. Leite exortou um plano Marshall em referência à Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo vencedor, sob a direção dos Estados Unidos, passou a reconstruir a Europa reduzida a escombros. Esse aceno foi dirigido à burguesia brasileira, perante a qual responde o governo Lula e o Congresso Nacional. A figura do plano Marshall refletiu a impotência e o desespero de um governador opositor que tem de passar pelas mãos de seu adversário político. Essa relação não guarda nenhuma contradição do ponto de vista de classe. As autoridades do Rio Grande do Sul pedem socorro a um estado cujo peso econômico nacional é considerável e, em particular, nas relações federativas entre o Sul e o Sudeste.

As implicações da catástrofe são sobretudo importantes para a burguesia e sua governabilidade quanto ao golpe econômico que irradiará do estado sulista ao conjunto do País. Mas, certamente, pesa no outro prato da balança a crise social que tem se agravado nas últimas décadas. Os trabalhadores e as massas em geral do Rio Grande do Sul são os mais sacrificados. A pobreza e a miséria, embora relativamente menos sentidas que em muitos outros estados da federação, vêm à tona no mar de água, lama e destruição.

As discussões políticas sobre o plano federal e estadual evidenciaram a orientação voltada a proteger o grande capital industrial e agrário. Os banqueiros fazem parte dos cálculos e das medidas esperando bons negócios. Mede-se também os gastos que deverão ser canalizados para os pequenos e médios proprietários. A agricultura sofrerá em maior amplitude com as perdas econômicas. A indústria momentaneamente se ressentida da interrupção da

produção e do comércio. Ainda se avaliam os custos para reerguer a infraestrutura completamente danificada e desorganizada. Subordinada a esse quadro, Lula, Congresso Nacional e Leite têm de cuidar da questão social, que se manifesta na forma de desalajados e desabrigados. Os milhões de trabalhadores dependem do emprego e dos salários, ou da pequena agricultura e do comércio. Os empregadores já indicaram que não podem arcar com a manutenção dos empregos e salários, uma vez que também padecem da catástrofe climática. Querem garantir a proteção do Estado, sem garantir as relações trabalhistas vigentes antes do caos criado pelo dilúvio.

A possibilidade de revoltas populares está colocada. O reforço policial e militar indica que se constituiu uma força para conter o descontentamento que já despontando e que virá com mais ferocidade diante da indisposição dos governantes de proteger amplamente a maioria atingida e a disposição de favorecer os grupos econômicos. Essa é mais uma razão para se iniciar desde já uma organização operária e popular de defesa de um plano de emergência próprio.

No plano de Lula está previsto recursos da ordem de R\$1,2 bilhão para minimizar a situação desesperadora de cerca de 200 mil famílias. Segundo o governo federal, serão repassados R\$ 5,1 mil a cada unidade familiar que teve sua casa arrasada pela enchente. O número de 2,1 milhões de rio-grandenses que se viram atingidos pela catástrofe indica o tamanho da crise social. Os 800 abrigos são provisórios. Os 538,2 mil desabrigados que se refugiaram entre familiares logo terão de reconstituir suas vidas. Não pode haver dúvida de que passado o terror humanitário e a propaganda política dos governistas restarão a cada família as dores das perdas e as enormes dificuldades de restabelecer a “normalidade” que já era difícil (baixos salários, subemprego, más condições de saúde, educação etc.).

A separação e a contradição entre capital e trabalho são postas às claras na situação de desorganização econômica. O plano de recuperação do estado pressupõe e é condicionado pela supremacia do capital sobre o trabalho, da agroindústria sobre os camponeses e os pequenos produtores. As forças burguesas envolvidas na elaboração do plano procuram ocultar essas diferenças, interesses e choques de classe. Está aí por que a resposta do governador e do presidente Lula tem sido morosa se se considerada a dimensão da tragédia social. Os valores a serem canalizados para o governador não são determinados pelas necessidades urgentes da população

e, em particular, dos operários, dos demais trabalhadores urbanos e dos camponeses pobres. Ao contrário, são determinados pela política econômico-financeira vigente desde que Lula tomou posse e se colocou por realizar o ajuste fiscal.

A conduta do governador não é distinta, já que seu estado é um grande devedor da federação, cujo endividamento e déficit fiscal foram contraídos para impulsionar os negócios dos grandes capitalistas que exploram as vantagens regionais. O próprio governador alega que o endividamento serviu aos interesses nacionais. O Rio Grande do Sul contribui como grande produtor agroindustrial e agroexportador. Sendo assim, Leite reivindicou o perdão das dívidas. Lula ofereceu a suspensão do pagamento por três anos e a anistia aos juros. O montante dos juros praticamente equivale as parcelas da dívida que serão suspensas. O Tesouro da União assim contribuirá com R\$ 12 bilhões de juros que incidem sobre a dívida de aproximadamente de R\$ 100 bilhões. Calcula-se que a reconstrução do estado exigirá R\$ 90 bilhões. Para um estado rico mas falido financeiramente, é uma carga incompatível com as receitas e o alto endividamento. O governo federal anunciou uma ajuda de R\$ 50,9 bilhões.

Essa movimentação política e cálculos financeiros suscitaram a discussão sobre como o governo Lula compatibilizará os dispêndios no Rio Grande do Sul com o arcabouço fiscal, com a garantia do teto de gastos e, portanto, com a meta de não realizar gastos que se convertam em ampliação da dívida pública, que se estima que alcançará R\$ 7,4 trilhões em 2024. A carga de juros de R\$ 745,9 bilhões, apurada no início desse ano, esmaga o orçamento da União e provoca um pesado déficit fiscal. São esses valores que condicionam o plano de Lula, Pacheco e Lira. Antes de tudo, vem o compromisso de pagar juros e amortizações aos credores da dívida pública. Eis por que o pedido de Leite de uma anistia da dívida do Estado foi rejeitado. Ocorre que a maioria dos estados da federação é devedora do Tesouro Nacional. Os recursos que de fato serão canalizados para o Rio Grande do Sul estão sujeitos aos interesses dos grandes capitalistas e às negociatas políticas.

Não se deve ter nenhuma ilusão no “humanitarismo” da burguesia, de Lula e de Leite. Os críticos da política fiscal de Lula, que exigem total inflexibilidade na aplicação do arcabouço fiscal, usaram a justificativa do humanitarismo para dizerem que a situação dramática da população rio-grandense inspira cuidado da federação, mas que o governo central deverá ajustar os gastos à meta do superávit fiscal. Exortam Lula a não colocar na conta da dívida pública os bilhões previstos no seu plano. Esses vivandeiros que servem ao capital financeiro aproveitam para apresentar as proposições fiscais que se voltam contra os assalariados e a maioria oprimida. Antes de ocorrer a tragédia, já haviam condenado o reajuste do salário mínimo, apesar de miserável. Fazem as contas para concluir que uma nova contrarreforma da Previdência tem de ser feita. Apregoam o fim dos gastos obrigatórios com a saúde e educação. Falam sobre a estimativa dos gastos primários que chegarão a 98% do Orçamento. Mas ocultam a carga de juros e amortizações que em 2022 ocuparam 46,30% do Orçamento, ou seja, em termos absolutos a dívida pública drenou R\$ 1,879 trilhão do Tesouro Nacional. Está previsto um crescimento significativo para 2024.

Esses vivandeiros do capital financeiro, que dizem ser necessário a união nacional para defender a economia e a população do Rio Grande do Sul, já têm os cálculos do aumento do montante de juros e amortizações, de forma que para garanti-lo querem que Lula e seus aliados de ocasião não sejam tentados a aumentar os gastos públicos sem realizar o corte na própria carne. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, do MDB, saiu a campo em defesa dos interesses do capital financeiro e dos monopólios que devem estar acima das necessidades prementes das massas trabalhadoras do país e agora em particular do Rio Grande Sul. Logo mais - assim que as águas baixarem, que os milhares de desabrigados procurarem seus locais de moradia, que os assalariados retornarem à produção, ao comércio e aos serviços e que os camponeses

e pequenos agricultores reativarem o plantio -, se terá a dimensão de quanto os pobres se tornaram mais pobres e os miseráveis mais miseráveis. Os grandes capitalistas da indústria, agroindústria, agroexportação e do comércio interno vão movimentar seus capitais contando com a reconstrução e com o apoio do Tesouro Nacional. Se o governo Lula e seus aliados de momento decidirem aumentar a dívida pública, os financistas continuarão ganhando com as altas taxas de juro. O Banco Central, apesar de ter sentido o aumento da pressão do governo, continuará a servir aos credores da dívida pública. Se, ao contrário, decidirem cortar na carne, também se continuará a servir aos credores. Qualquer desses caminhos levará a burguesia e seus governantes a descarregarem a crise sobre a maioria oprimida.

Os trabalhadores do Rio Grande do Sul, certamente, sentem os impactos do desequilíbrio climático e suas consequências socioeconômicas. Diante de uma situação tão calamitosa como a destruição em grande escala da economia do Rio Grande do Sul em questão de dias, é que se tem a dimensão de quão profunda é a desorganização da classe operária e dos demais trabalhadores, do qual ampla é a sua dependência perante as forças capitalistas e o Estado burguês.

As centrais, sindicatos e movimentos se perfileram à hipócrita campanha humanitarista da burguesia e de setores da pequena burguesia. Acomodaram-se às negociatas entre Leite e Lula. Desconheceram o conteúdo de classe do plano de reconstrução do estado. Fecharam os olhos para a sujeição da maioria explorada às decisões governamentais. E assim se negaram a levantar bandeiras da classe operária e organizar um movimento independente, regional e nacional, que colocasse as necessidades dos explorados acima dos interesses de seus exploradores.

Estiveram e estão colocadas medidas de urgência que de fato protejam os milhões de desabrigados e desalojados. *Que os governos federal e estadual cancelem os juros e amortizações da dívida pública, direcionando-os para as necessidades urgentes das massas trabalhadoras. Que os ricos capitalistas paguem imediatamente uma taxa de proteção às famílias desassistidas, que deve ser calculada por um comitê de defesa operário-popular. Que todos os salários e direitos sejam pagos e assegurados pelos empregadores. Que não haja nenhuma demissão ou redução da jornada de trabalho com redução salarial. Que o comitê operário-popular a ser formado tomem em suas mãos as obras de reconstrução emergencial. Que se abram frentes de trabalho para que os desempregados e subempregados tenham garantido sua fonte de existência. Esse plano é próprio da classe operária e se contrapõe ao plano governamental que segue os interesses e as diretrizes do grande capital e dos credores da dívida pública.* Que se convoquem assembleias operárias e populares para que a população em luta tome em suas mãos o plano dos trabalhadores.

Por se tratar de um plano emergencial, deve prever a continuidade da luta que tenha por estratégia a defesa de um poder da classe operária e dos camponeses pobres, por meio do método da luta coletiva direta, pela organização as assembleias e pelos comitês e pela democracia nas discussões e decisões coletivas. Em meio ao caos que atinge a vida social, se gestará uma força restauradora no interior das massas que colocará a defesa de sua existência em suas próprias mãos. Estará em contraposição e choque à ordem burguesa. O problema está em que a necessidade instintiva dos explorados depende para se projetar politicamente de uma direção que apresente e lute pelo programa próprio da classe operária.

O Partido Operário Revolucionário defende que as centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular organizem imediatamente uma campanha nacional independente do governo Lula, dos aliados de ocasião e da oposição representada pela direita e ultradireita, da qual faz parte o governador Leite. Que as centrais orientem os sindicatos e movimentos a convocarem urgentemente as assembleias e organizem os comitês de luta. Que as centrais lancem um plano emergencial dos trabalhadores!

Aldeia do povo Guarani é destruída por ação do DNIT em meio à catástrofe no Rio Grande do Sul

As lideranças da comunidade Mbya Guarani da Tekoá Pekurity, localizada em Arroio da Divisa, na cidade de Eldorado do Sul (RS), denunciam a ação do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), que se aproveitaram da evacuação da comunidade durante a situação de calamidade pública para destruir a aldeia. A ação arbitrária ocorreu com total desconhecimento dos indígenas que só souberam do ocorrido somente depois de terem demolido todas as suas edificações, enquanto estavam deslocados em um abrigo na região.

O DNIT alega cinicamente ter informado a parceiros da comunidade que a ação estava autorizada, mas a comunidade em nenhum momento consentiu com a destruição, além de que os pertences, os animais domésticos e instrumentos de trabalho dos indígenas nem sequer foram salvaguardados.

Trata-se de mais um caso de espoliação de terras empreendida pelo capital. As ações do DNIT visam viabilizar a duplicação da BR-290, cujas obras serão retomadas em razão dos recentes recursos injetados pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O PAC do governo Lula/Alckmin consiste em grandes empreendimentos de infraestrutura, em especial para atender aos interesses dos capitalistas do agronegócio. No Relatório de Fiscalização do Tribunal de Contas da União, eles falam abertamente de seus interesses: a chamada “importância socioeconômica” da BR-290 é o transporte de cargas entre os países do Mercosul, importante rota de escoamento do agronegócio e indústrias do Rio Grande do Sul, assim como a circulação entre a usina de beneficiamento e a cava das atividades extrativistas de carvão mineral.

A agropecuária capitalista está entre os principais responsáveis pelas enchentes, na medida em que seus empreendimentos destroem a vegetação na encosta de morros, nos intervalos e ao longo dos cursos d’água, contribuindo com deslizamentos e aumentando o escoamento superficial das águas das chuvas ao diminuir a infiltração no solo. Tudo que estiver no caminho da expansão da fronteira agrícola dos ruralistas é devastado, inclusive as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas que continuamente sofrem a pilhagem brutal de suas terras, tanto por agentes do Estado Burguês como o DNIT, como por jagunços e pistoleiros.

Essas e outras medidas demonstram que o governo Lula/Alckmin expressa a continuidade da política de “passar a boiada” do governo Bolsonaro. Assim, o montante do desembolso do crédito rural do Plano Safra 2023/24 já está alcançando a marca de R\$ 347,2



bilhões em 10 meses, um aumento de 15% em comparação ao mesmo período da safra anterior. Enquanto isso, o Marco Temporal continua em pauta no Congresso e o governo federal não cumpre com as demarcações de terras prometidas.

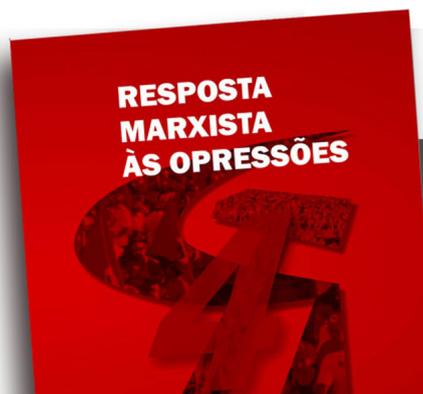
A cada ano, todos os governos registram mais conflitos no campo, menos demarcações de terra e uma diminuição na política da reforma agrária. A expansão do capital no campo se mostrou implacável e dobrou os últimos governos aos seus interesses. Essa situação demonstra que a redistribuição fundiária de um país semicolonial como o Brasil é impossível de ser realizada nos quadros do Estado Burguês, onde os interesses da burguesia agrária e dos monopólios agroindustriais sempre prevalecem. A luta indígena pela terra se aproxima com a dos camponeses e com a dos quilombolas. Somente a unidade indígena-camponesa-quilombola, sob a direção do proletariado, é capaz de conquistar a terra e garantir o direito de autodeterminação dos povos. Se coloca a necessidade do programa da revolução agrária, na medida em que apenas a expropriação geral dos latifúndios e da agroindústria coloca a economia agrária nas mãos da classe operária, dos camponeses pobres e das nacionalidades indígenas e quilombolas.

Através da socialização agrária e do desenvolvimento da produção coletiva conforme as necessidades, será possível construir efetivamente uma solução para a devastação ambiental provocada pelo capital.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Maio de 2024

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Por um plano de emergência, sob o controle dos explorados

A população trabalhadora, pobre e miserável, é quem mais sofre com as enchentes que arrasaram o estado do Rio Grande do Sul. O governador Leite e o presidente Lula não vão colocar a proteção das massas desabrigadas acima dos interesses dos grandes empresários.

Está claro que os capitalistas, os credores da dívida pública, os banqueiros e especuladores são os que deveriam pagar por um plano emergencial que garanta casa, alimentação e retorno ao trabalho. Mas, não é isso que está acontecendo. Lula e Leite disputam politicamente para ver quem vai aparecer como o herói do humanitarismo. Na realidade, vão canalizar recursos principalmente para os poderosos empresários.

Passada a tormenta, os trabalhadores continuarão sofrendo com o desabrigo e se verão diante das demissões, da redução salarial, da perda de direitos, do subemprego, do desemprego e da informalidade. Ao contrário, os ricos continuarão protegidos pelo programa de emergência de Lula-Leite.

O Boletim Nossa Classe defende:

- 1) Que as centrais, os sindicatos e os movimentos populares convoquem assembleias e organizem os comitês de defesa da vida dos trabalhadores;
- 2) Que tenham um programa de emergência próprio da população trabalhadora, que exija dos governantes e dos capitalistas recursos para a reconstrução das moradias, hospitais e escolas; que os recursos sejam controlados e aplicados por um comitê operário e popular eleito pela população trabalhadora;

3) Que todos os empregos sejam garantidos, nenhuma redução salarial ou perda de direitos trabalhistas;

4) Que o plano de obras públicas se volte imediatamente para empregar os desempregados e subempregados, sob o controle das assembleias e dos comitês operários e populares.

5) Que as centrais, os sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das condições de existência dos trabalhadores e de solidariedade ativa com os trabalhadores e suas famílias do Rio Grande do Sul.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, apoiem, defendam e lutem por um programa de emergência criado e aprovado pelos próprios oprimidos que padecem da catástrofe social no Rio Grande do Sul.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Mudam os governos, mas o desemprego e o salário mínimo de miséria continuam!

Segundo o IBGE, 35% dos trabalhadores registrados e 60% dos aposentados recebem um salário mínimo de R\$ 1.412,00. Com esse salário pagamos o aluguel, a água, a luz, o gás e acabou o dinheiro. 8,5 milhões de trabalhadores estão desempregados. 39% estão na informalidade, fazendo bicos. Os empregos que o governo informa que foram criados são terceirizados, com baixos salários e sem direitos.

O governo burguês de Lula/Alckmin, o de Bolsonaro e dos seus antecessores alegam que não é possível dar um aumento maior para o salário mínimo, mas todos eles estão de acordo em continuar pagando juros aos banqueiros. Nos últimos 12 meses, Lula pagou R\$ 747 bilhões apenas de juros da dívida pública ao capital financeiro. Esse dado deixa claro que o governo Lula, como os anteriores, defende os interesses e o lucro dos empresários e não os interesses da classe operária. Por isso, os operários não devem apoiar nem o governo burguês de Lula, nem a ultra direita reacionária liderada por Bolsonaro. A emancipação dos trabalhadores da

exploração capitalista será obra dos próprios trabalhadores.

Os partidos burgueses já começaram a campanha eleitoral, pedindo votos para continuar no poder roubando. Os explorados não devem ter nenhuma ilusão nas eleições. Devemos acreditar apenas em nosso método próprio de luta que é a greve, a ação direta coletiva para defender nossas reivindicações.

A classe operária deve construir seu próprio partido revolucionário, para destruir o Estado Burguês, expropriar a burguesia do poder por meio de uma revolução social e constituir um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem que os sindicatos e as centrais rompam imediatamente com o governo burguês do Lula, e que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para colocar abaixo a reforma trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização. Em defesa dos empregos, salários e direitos.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Reintegração imediata dos trabalhadores demitidos pela General Motors de São José dos Campos!

No dia 3 de maio, a General Motors, por meio de telegramas, demitiu mais de 50 operários. Weller Gonçalves, presidente do sindicato metalúrgico de São José dos Campos, ligado à Conlutas/PSTU, em vez de convocar imediatamente uma assembleia geral com todos os trabalhadores, para aprovar a greve contra as demissões, abandonou os trabalhadores e justificou as demissões declarando que “eram cerca de 140” trabalhadores em lay-off – licença remunerada – e que “a estabilidade encerrou no dia 03 de maio”.

A GM, por sua vez, alegou que as demissões faziam parte do acordo negociado com as direções pelegas dos sindicatos de São José dos Campos, São Caetano e Mogi das Cruzes. Ocorre que, depois da greve de 17 dias, empurraram goela abaixo dos trabalhadores o acordo de PDI, que permitiu à GM demitir mais de 1.200 operários nas três unidades.

A GM, Mercedes, Volks e demais empresas vêm conseguindo, com a ajuda das direções sindicais ligadas à CUT, Força Sindical, Conlutas e demais centrais, demitir em massa, terceirizar setores inteiros da produção, reduzir salários e direitos. A revolta dos ope-

rários no chão de fábrica contra a burocracia traidora só aumenta e com razão.

Com a terceirização, os trabalhadores efetivos são demitidos e os trabalhadores terceirizados passam a receber 1/3 do salário dos trabalhadores efetivos, sem direitos e realizando a mesma função.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores da GM a se organizarem no chão de fábrica para construir uma comissão de fábrica de luta, classista e revolucionária, para organizar a luta contra o ataque da GM aos empregos, salários e direitos. Os trabalhadores devem exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia geral para aprovar a luta imediata pela reintegração dos trabalhadores demitidos.

O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira de redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, para defender todos os empregos. Empregos não se negociam! Se defendem com a greve, com a ocupação das fábricas e implantação do controle operário da produção!

Diretor do sindicato metalúrgico do ABC agride companheira que entregava o Boletim Nossa Classe na Mercedes, tentando calar a oposição e o direito de organização dos trabalhadores!

Durante a entrega do Boletim Nossa na Mercedes, no dia 29 de abril, um diretor do sindicato metalúrgico do ABC, ao tentar arrancar o Boletim de uma companheira, a feriu no peito. Esse diretor já havia tentado agredir outros companheiros do Partido Operário Revolucionário (POR) anteriormente. Primeiro, o capanga sindical começa com uma provocação e ameaça. Depois, parte para a agressão física. Esse diretor se chama Anderson Barros Fernandes, conhecido como Pito, membro do CSE (Comitê Sindical de Empresa).

Decidimos tornar público seu nome, porque os trabalhadores da Mercedes devem saber que o diretor, que elegeram para defender seus interesses, passou a perseguir, agredir e tentar impedir que os trabalhadores que pensam diferente, que são contra os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos, se expressem e se organizem para lutar em defesa dos empregos, salários e direitos.

Decidimos tornar público seu nome, também, porque somente os trabalhadores da Mercedes que o elegeu, podem, por meio de

uma assembleia democrática, votar pela revogação de seu mandato, por não estar cumprindo com seu papel de representar e defender os trabalhadores.

Nós, militantes do Partido Operário Revolucionário, evitamos entrar em confronto físico com os burocratas sindicais. O método da provocação e do ataque voltado a destruir o Boletim Nossa Classe e a inviabilizar a sua distribuição aos operários é oposto ao da democracia sindical.

A utilização do método da agressão indica o temor da direção sindical diante das críticas do Boletim Nossa Classe. O Boletim Nossa Classe tem se tornado um canal e porta-voz do descontentamento da base operária.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores efetivos, contratados e terceirizados da Mercedes, GM, Volks e demais empresas a entrarem em contato com o boletim Nossa Classe, para que possamos construir comissões de luta, classistas em todas as fábricas, para expulsar os dirigentes sindicais traidores e resgatar os sindicatos para a luta em defesa, dos empregos, salários e direitos.

Denúncia: Mercedes-Benz e empresa terceirizada SeSe tiram o couro dos trabalhadores!

Os trabalhadores da empresa SeSe, terceirizada, que presta serviço de logística dentro da Mercedes, enviaram novas denúncias ao Nossa Classe. Os companheiros denunciam que a superexploração continua. Segundo eles, “o rebocador tem que chamar peça, abastecer, recolher caixas vazias e buscar peças no outro prédio. As caixas são pesadas e podem vir a prejudicar a nossa saúde. E temos que ficar de antena ligada no grupo para pedir peça e abastecido”. Chega de direção sindical pelega!

O Nossa Classe convoca os trabalhadores efetivos, contratados e terceirizados da Mercedes e demais empresas a se organizarem para construir uma comissão de fábrica classista e de luta. Uma comissão de fábrica que defenda realmente os interesses da classe operária, que lute contra as demissões, contra a terceirização, e unifique a luta dos trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, e pelo salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias!

7 meses de guerra na Faixa de Gaza!

Viva a resistência heroica do povo palestino!

O heroísmo dos palestinos da Faixa de Gaza é evidenciado pela carnificina, pelos escombros e pela fome. É evidenciado pelas gigantescas filas de crianças, homens e mulheres à procura de um prato de comida. É evidenciado pela multidão de órfãos e por milhares de famílias destroçadas. São sete meses de bombardeios incessantes. São sete meses de invasão com tanques, varredura e confinamento coletivo. As massas palestinas da Faixa de Gaza suportam uma guerra com seus próprios corpos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a defender: Pelo fim do genocídio do povo palestino! Fora o Estado de Israel da Faixa de Gaza! Enfrentar o colonialismo sionista com o programa e os métodos de luta da classe operária! Derrotar a política imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio. Por uma República socialista da Palestina.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados da UFRN paralisam novamente por atraso de salário

Mais uma vez, as empresas CRIART e D&L (do mesmo grupo econômico) paralisaram suas atividades em decorrência do atraso de salários.

Os motoristas, junto ao Sindicato dos Rodoviários (SINTRO), pararam a garagem da UFRN na sexta (10) e, no final da tarde, receberam o pagamento.

Os trabalhadores do Canteiro de Obras (manutenção) da UFRN, em assembleia do dia 09, dirigida pelo Sindicato da Construção (SINTRACOMP), aprovaram paralisação e foram para casa.

Os trabalhadores da limpeza, em sua maioria mulheres, representadas pelo Sindicato da Limpeza (SINDLIMP), estão paralisados desde sexta (10), e até a data desta matéria, não receberam salário.



No dia 16 de maio, cansados de só aguardar em casa, os trabalhadores do Canteiro pressionaram a direção do SINTRACOMP para fazer um ato na Reitoria, e em seguida ir para o Ministério Público. Os burocratas se negaram, dizendo que iriam para uma

viagem a João Pessoa/PB. Os trabalhadores, desconfiados, mantiveram a manifestação, mesmo sem o sindicato.

A Corrente Proletária, junto ao Comitê em Defesa dos Terceirizados, veio ao apoio da manifestação, e atuou para que fosse unificada com os trabalhadores da limpeza. No dia 14, os trabalhadores do canteiro e da limpeza se uniram na assembleia do SINDLIMP, e marcharam até a Reitoria da UFRN, numa manifestação unificada exigindo o pagamento imediato dos salários. Chegando à Reitoria, ouviu-se a mesma conversa da burocracia universitária de que a UFRN estaria fazendo sua parte, e que a culpa é da empresa. O velho jogo de empurra-empurra. A paralisação dos trabalhadores foi ratificada na assembleia, até o pagamento dos salários.

Os trabalhadores do Canteiro, insatisfeitos, partiram para o Ministério do Trabalho, em busca de solução. Chegando lá, cerca de 80 trabalhadores ocuparam a recepção. O superintendente recebeu uma comissão de 6 pessoas, e no momento da reunião, veio a notícia que o salário acabara de cair na conta.

Restava saber quais as providências que o Superintendente tomaria para evitar que novos atrasos ocorram. A solução do Superintendente foi a de chamar a direção do SINTRACOMP (que havia negado o chamado feito pelos trabalhadores) a comparecer com urgência ao Ministério, para marcar mais uma audiência de mediação entre sindicato e empresa, após já terem ocorrido outras, sem solução. Com a chegada do SINTRACOMP, os burocratas tentaram novamente convencer os trabalhadores a aceitarem a “rescisão indireta”, o que foi prontamente rejeitado pela categoria. A atividade na Superintendência do Trabalho finalizou com a marcação de nova mediação para dia 21/05.

O Ministério do Trabalho (e suas Superintendências Regionais) tem se resumido a ser um órgão para domesticar as direções sindicais no âmbito do aparato de Estado burguês. Os capitalistas, por outro lado, pouco dão importância às fiscalizações e mediações

deste órgão que, quando ocorrem, são constantemente ignoradas e descumpridas sem nenhuma penalização.

O fundamental é que os trabalhadores terceirizados têm recorrido, mais uma vez, às paralisações e manifestações para conquistar o pagamento. A Corrente Proletária na Educação atua para que os trabalhadores fortaleçam a confiança em suas forças e nos vínculos de unidade entre si e demais categorias.

A luta dos terceirizados da UFRN, apesar de aguerrida, sofre ainda do isolamento, fruto da política conciliatória e divisionista das burocracias sindicais. A solução definitiva se dará a partir da generalização dessas e outras lutas, aprovando uma pauta geral de reivindicações, que inclua a defesa de um salário mínimo vital, estabilidade no emprego e o fim da terceirização, com efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizado.

Greve dos Servidores Federais

Governo Lula age para dividir o movimento!

Fortalecer os comandos unificados locais e nacional

Por uma mesa única de negociação de docentes e técnico-administrativos!

Pela recomposição integral das perdas orçamentárias das universidades e institutos federais!

Está marcada pelo governo, para o dia 15, a próxima mesa específica do magistério federal. Quando questionado sobre a mesa dos técnico-administrativos, o governo deu uma desculpa esfarrapada de que a pauta dos TAEs seria “mais complexa” e não daria para discutir na mesma semana. Essa desculpa do governo não esconde sua tática, que é a de dividir as categorias em greve na educação federal e impor acordos rebaixados.

Essa conduta do governo não é de agora. Em meados de abril, prevendo que a greve na educação federal poderia se estender para outros setores do funcionalismo, o governo decidiu suspender a mesa geral de negociação do funcionalismo federal. Para isso, se utilizou de uma chantagem com o “Termo de Compromisso”, em que condicionava a implantação do reajuste dos benefícios à aceitação, pelas entidades, da suspensão da mesa geral e a discussão do reajuste com cada categoria em separado, nas mesas “específicas”. O governo ainda tentou impor a suspensão de negociação com as categorias em greve, mas recuou dessa medida antissindical.

A FASUBRA, o SINASEFE e o braço do governo no movimento docente, o Proifes, acabaram assinando o “Termo de Compromisso”. Alguns setores, na base dos técnico-administrativos, chegaram a argumentar, nas assembleias, que com uma negociação em separado, em mesa específica, se teria a chance de obter uma reposição salarial e reestruturação diferenciados, por ser a categoria mais mal remunerada do executivo federal.

No dia 19/04, o governo convocou a mesa específica dos técnico-administrativos pela manhã, e a dos docentes a tarde, para apresentar a mesma proposta para ambas: 0% em 2024, 9% em 2025, 3,5% em 2026. O governo tentou abortar a greve docente que começava a despontar. A manobra do governo fracassou, com os docentes e técnico-administrativos rejeitando de forma enérgica a proposta de reajuste zero do governo.

Desde então, a greve dos trabalhadores da educação federal tem se fortalecido. Junto com o movimento estudantil, têm sido constituídos comandos unificados e realizadas assembleias e atos unificados, como o da última quinta-feira (09) com marchas em todo o país.

Agora, com a mesa específica dos docentes marcada, o governo tenta descaradamente, mais uma vez, quebrar o movimento. A tarefa imediata do movimento é estabelecer a unidade efetiva entre os docentes, técnico-administrativos e estudantes. Fortalecer os comandos unificados e exigir do governo que haja uma mesa única de negociação das categorias em greve!

A campanha “sem TAE não tem acordo”, que está sendo encaminhada pelo SINASEFE, é acertada, pois fortalece a solidariedade entre docentes e técnico-administrativos, e precisa ser reforçada nas assembleias de base dos docentes e TAEs. No entanto, esta bandeira precisa ser complementada com a exigência ao governo da mesa única de negociação, que atenda as recomposições salariais reivindicadas pelos técnico-administrativos (34,32%) e docentes (22,71%), assim como as demais pautas, como a reestruturação das carreiras, a recomposição orçamentária das IFEs, contra a reforma administrativa e a revogação do novo ensino médio e demais contrarreformas.

O anúncio da “recomposição orçamentária” por parte do governo com R\$347 milhões, mal repõe o que foi cortado de 2023 para 2024. Somente para se equiparar ao orçamento das universidades em 2013, seriam necessários mais R\$ 8,4 bilhões. O fortalecimento da unidade com os estudantes é decisivo para se conquistar o financiamento que garanta as condições de estudo e trabalho e, sobretudo, de permanência estudantil. Pela unidade efetiva dos técnico-administrativos, docentes e estudantes! É na unidade que conquistaremos nossas reivindicações!

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

ASCENSO E QUEDA DO PT



Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

São Paulo

Marcha na Av. Paulista em Defesa da Educação Pública Federal



Os Comandos Nacional de Greve do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE convocaram um Dia Nacional de Luta em Defesa das

Instituições Federais de Ensino (IFEs) em 9 de maio. No estado de São Paulo, professores, técnicos administrativos em educação e estudantes da UFABC, UFSCAR, Unifesp e IFSP organizaram um ato unificado na Avenida Paulista, que marchou com mais de 4.000 manifestantes da Praça Osvaldo Cruz até o Escritório da Presidência da República.

No dia em que a greve da FASUBRA completou 60 dias, ocorreu a primeira manifestação pública da greve em São Paulo.

Antes, houve tentativas frustradas de construção de um ato unificado em 3 de abril com o SINASEFE-SP e um ato em Santo André. Com o crescimento da greve entre os professores e estudantes, foi possível construir esse ato de rua.

A Corrente Proletária/POR convocou os trabalhadores desde as bases, distribuindo o Boletim Nacional CPE N.º 03/2024, e intervindo na marcha com panfleto, cartaz/pirulito e agitação de palavras de ordem classistas como “É greve! É greve! É greve! É greve! É greve! Até o governo pagar tudo o que nos deve!”; “Sou servidor e vou lutar, por salários e condições pra trabalhar!”. “Para barrar a precarização: Greve geral! Greve geral da educação!”. “A nossa luta é contra o capital! É contra o arcabouço e o marco temporal!”, dentre outras.

Pernambuco

IFPE: Grevistas fazem ato contra Mendonça Filho

O campus Barreiros está em greve, com suspensão das aulas. Mas, no dia 13/05 ocorreu uma solenidade articulada pela gestão do IFPE Campus Barreiros, em conjunto com gestores de outros Campi, reitoria, prefeito da cidade, vereadores e diversas autoridades para uma “reinauguração” de algumas obras de infraestrutura custeadas por emendas parlamentares do deputado federal Mendonça Filho (União Brasil- PE). Para este ato político, tivemos uma força tarefa da gestão do Campus, com pinturas do prédio feitas às pressas no final de semana pelos terceirizados, convite para estudantes bolsistas participarem das atividades, presença de servidores que fazem parte da gestão.

Assim, o evento ocorreu dentro da instituição, num período de greve, em ano eleitoral. Desrespeitando a pauta da greve nacional da Educação, que reivindica a recomposição do orçamento das Universidades e Institutos Federais e Revogação do Novo Ensino Médio. Mendonça foi homenageado pelas “esmolas” das emendas parlamentares, que diante da falta de orçamento foram usadas para obras no campus Barreiros. A homenagem reforça o sustento da Educação pela dependência de favores parlamentares. Além disso, Mendonça foi um dos responsáveis pelo Novo Ensino Médio.

Por isso, o Comando de Greve do Campus Barreiros organizou um ato de protesto durante o evento, com imposição de faixas da

greve no palco do evento, falas no megafone, apitos e distribuição de panfletos. Criticamos o evento no meio da greve. Aproveitamos a presença de estudantes e servidores para fazer falas apontando como a falta de verba afeta as condições de estudo e trabalho, com falta de espaços e materiais essenciais, como quadra, laboratórios, condições do alojamento estudantil, recursos para aulas práticas e viagens técnicas.

Criticamos o NEM, que serve para destruir conteúdo científico e atinge aos licenciandos do campus, que terão mais dificuldades para conseguir emprego ou terão de ministrar aulas que não fazem parte de sua formação para complementar carga horária, diante da redução do número de aulas com o NEM. Mendonça respondeu dizendo que era um “equivoco”, que o NEM não reduziu a quantidade de aulas, mas reorganizou seguindo a BNCC. O movimento respondeu dizendo que sim houve redução, e que mesmo dentro dos itinerários, com a falta de estrutura das escolas, a propaganda da “escolha” pelos estudantes é só demagogia. Concluímos sob as palavras de ordem: “ Para barrar a precarização, greve geral, greve geral da Educação” e “De novo, de novo não tem nada, o Novo Ensino Médio na verdade é uma cilada”. Quando Mendonça foi chamado para receber prêmio os grevistas se retiraram.

São Paulo - ABC - Greve dos servidores federais

SinTUFABC: 8ª Assembleia de Greve aprova propostas de unificação das lutas e rejeita plebiscito burocrático

A 8ª Assembleia de Greve dos TAEs da UFABC ocorreu em 10 de maio, com a participação de aproximadamente 86 trabalhadores, sendo apenas 16 presencialmente. O dirigente burocrata que

retomou sua participação no CLG convocou a assembleia com pauta distinta da aprovada no CLG. Sem submeter ao CLG ou à assembleia, inseriu como pauta a contraproposta de Resolução do

PGD na UFABC elaborada e divulgada à revelia da comissão eleita. Não houve questionamento público desse método, sendo que uma das dirigentes da minoria encaminhou/reproduziu no grupo de Informes da Greve a convocação elaborada pelo burocrata. A tática foi a de deixar a assembleia prosseguir para que a minoria não aparecesse como birrenta e a própria burocracia se mostrasse autoritária, o que aparentemente funcionou à medida que houve forte rechaço à condução da mesa, com grosseria, provocações e manobras. Ocorre que, por não haver uma oposição organizada, não há definição clara dos combates.

A Corrente Proletária interveio com a distribuição do Boletim Nacional N.º 04/2024 da CPE, também entregue na marcha do dia 09 de maio, e com pronunciamentos. Avaliou o momento da greve, destacando as marchas impressionantes no Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública Federal, particularmente em São Paulo onde ocorreu a primeira manifestação pública da greve, saindo dos muros das universidades e institutos. Declarou que o caminho para a vitória da greve passa justamente pela ação direta coletiva, presencial e unitária. Denunciou que, em meio a greve, pela primeira vez, o governo não convocou a 5ª Reunião da Mesa Específica e Temporária da Educação dos Docentes e dos TAEs para o mesmo dia, utilizando-se do divisionismo (das mesas e dos sindicatos) para acabar com a greve docente e forçar os TAEs a aceitarem uma proposta rebaixada. Ressaltou, novamente, o fracasso do corporativismo por meio da política de Reestruturação de Carreira. Destacou a importância desta greve para conquistar a reposição integral das perdas salariais, pois a perspectiva colocada é de acordo trienal, o que indica que não haverá mais greve no governo Lula/Alckmin e como as direções sindicais não se colocam pela constituição de uma Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin, a alternativa que aparecerá às massas será reacionária, sendo que as burocracias não organizam o combate a essa política, inclusive não realizam greve contra governos reacionários, apenas desgastam para fins eleitorais, de maneira que diante de um eventual governo direitista, sem luta acumularemos mais perdas. Assim, concluiu com as seguintes propostas, que foram aprovadas: Constituir comandos de greve unificados, tanto local quanto nacionalmente; Que a FASUBRA, o SINASEFE e o ANDES exijam uma mesa única de negociação com as categorias em greve;

Enviar as propostas aprovadas para o CNG da FASUBRA, do SINASEFE e do ANDES.

O Coletivo Travessia reconheceu que a greve é inédita na história, em função da adesão massiva desde o seu início. O que, segundo eles, se deveu à pauta correta relativa à Reestruturação da Carreira, a fim de corrigir as desigualdades do Executivo Federal. Criticando a posição da CPE/POR, declarou que não se trata de uma pauta corporativista. Declarou que a greve já atingiu o seu ápice e não tem mais como crescer, colocando que não deve acabar por si só, e sim com respiro de vitória. Essa intervenção evidenciou que as direções governistas, cuja política é de uma greve corporativista e passiva, preparam o fim da greve, mesmo sem o atendimento das principais reivindicações. Na assembleia o dirigente também aproveitou para se reeleger para o CNG.

Por fim, houve uma longa discussão sobre a contraproposta de Resolução do PGD na UFABC. Os burocratas objetivaram impor uma contraproposta a ser apresentada na reunião de negociação com a Reitoria independente dos trabalhos realizados pela comissão eleita. Assim, propuseram realizar um plebiscito (formulário online) junto aos TAEs consultando se a minuta deveria ser apresentada à Reitoria. Interessante notar que, apesar do rechaço ao método autoritário, inicialmente não houve um rechaço claro a proposta de plebiscito, que foi o mecanismo utilizado pela burocracia para impor sua contraproposta. Restou à Corrente Proletária/POR solicitar a votação a favor ou contrária ao plebiscito. Em defesa contrária ao plebiscito, a CPE/POR afirmou que se trata de um mecanismo oposto à soberania das assembleias sindicais, mostrando que se confronta com a comissão eleita e, na prática, já sabemos o resultado, pois diante da Minuta da Reitoria, o apoio à apresentação da contraproposta, independente dos métodos, será amplo. Em votação, 22 pessoas votaram contra a proposta de plebiscito, 6 a favor e 7 se abstiveram. O posicionamento favorável ao plebiscito por parte da dirigente sindical e conselheira universitária TAE ligada ao Travessia demonstrou o acerto de eleger uma comissão subordinada à assembleia, procedimento que começa a ser melhor assimilado pela categoria. Após a assembleia, o burocrata ainda enviou uma atualização da contraproposta, ignorando a decisão da assembleia quanto à centralidade da comissão eleita.

Ceará

Corrente Proletária na Educação impulsiona chapa de oposição à diretoria do SINDIUTE

Nos dias 5 e 6 de junho, ocorrerão as eleições para a diretoria do Sindiute (Sindicado Único dos Trabalhadores em Educação). Duas chapas estão inscritas: a Chapa 1 (Nossa força, Nossa voz) da atual burocracia sindical petista (Articulação/O Trabalho) e a Chapa 2 de oposição (Oposição pela Base), composta pela CPE/POR, PSTU, FOB/RECC e independentes. As eleições, que obedecem ao critério da proporcionalidade, serão realizadas apenas de forma virtual. Portanto, à margem da democracia sindical, que pressupõe eleições presenciais democráticas. São eleições antidemocráticas, que nasceram fraudadas.

As eleições para o Sindiute se realizam apenas alguns meses depois da vergonhosa greve de 8 dias, da campanha salarial 2024, que conquistou somente migalhas e deixou sem solução os problemas do confisco das aposentadorias, a perda de direitos pelos novos concursados etc. A direção do Sindiute, que saiu desgastada do movimento paredista, recorreu a ações distracionistas na Câmara de Vereadores, alimentando ilusões (que nem ela mesma compartilha) na possível restituição dos direitos retirados pela via parlamentar. Por sua vez, a presença dos professores concursados

nos movimentos, insatisfeitos com a perda de direitos como anuênio e a licença prêmio, tornou-se uma pedra no sapato da burocracia.

Já há algum tempo, ela vem impondo obstáculos à inscrição de chapas opositoras e para tanto, alterou o estatuto da entidade. Após montarem sua chapa, encomendarem os materiais de campanha e reunirem os burocratas para a comissão eleitoral, só então baixaram o edital das eleições dando apenas 15 dias para os opositores se organizarem. Apenas a unidade da oposição permitiu vencer os obstáculos antidemocráticos e inscrever a chapa.

Apesar da heterogeneidade e da constituição de última hora (em meio a posições políticas conflitivas e, inclusive, pequeno-burguesas ou democratizantes), a chapa aprovou como bandeiras a defesa da independência de classe perante os governos burgueses, a estatização do ensino privado sob controle da comunidade escolar, sistema único de ensino, público, gratuito e laico, revogação da reforma da previdência, derrubada da reforma administrativa, piso salarial equivalente ao salário do DIEESE por 20h, redução do número de alunos por sala entre outros.



A Chapa 2 terá pela frente o desafio de alcançar o percentual de 30% dos votos para ter direito a compor a direção da entidade. A substituição dos antigos 10% para os atuais 30% como percentual mínimo, foi imposto pela burocracia petista ainda em 2016, para restringir a presença de opositores na entidade. Além disso, ela dispõe, nestas eleições, do controle completo do processo eleitoral virtual e sua apuração, o que significa que as fraudes serão descaradas.

A Corrente Proletária na Educação/POR que integra a Chapa 2, convoca os trabalhadores em educação, simpatizantes e apoiadores a cerrarem fileiras na campanha pela derrota da burocracia. Todo apoio à Chapa 2! Por uma direção revolucionária para nosso sindicato!

São Paulo

Carta da Corrente Proletária de rechaço às reuniões virtuais

Aos professores

Há algum tempo, a Corrente Proletária vem questionando a direção da Subsede de Itaquera pelo fato de manter as reuniões de Representantes de Escolas de forma virtual. A experiência já mostrou que essa forma on-line anula o debate coletivo sobre a situação política, enfraquece a crítica às medidas governamentais e não resulta em propostas para o avanço da luta. Ao contrário, os REs virtuais reforçam a política do governo Tarcísio de substituir tudo que é presencial por mecanismos virtuais, como o uso de plataformas digitais, formação de professores etc.

As reuniões de REs são uma conquista dos professores. Permitem que professores de diversas escolas de uma mesma reunião possam se expressar, discutir as diferentes posições políticas que intervêm na região e deliberar. O que possibilita envolver o conjunto dos professores nas campanhas gerais do sindicato e nas lutas particulares da região. Os REs virtuais acabam abortando uma conquista, que foi resultado da luta. Os governos agem para eliminar essa conquista. O primeiro passo foi dado quando retirou os abonos para os REs participarem das reuniões. Essa é uma luta que precisa ser retomada. A utilização das reuniões on-line fortalece a decisão do governo de corte dos abonos.

No caso de Itaquera, a direção da Subsede convoca os REs virtuais, durante a semana e no horário de trabalho, a exemplo desse último, ocorrido em uma quinta-feira, às 19 horas. O argumento de que o RE virtual permite maior número de professores caiu por terra, pois mesmo sendo uma região com numerosas escolas, a quantidade de acesso está em cerca de 40 professores, a exemplo desse último. Há ainda um elemento importante: uma direção sindical sabe que nem sempre a quantidade significa qualidade. Ou seja, o formato virtual não resulta em aumento da politização e crescimento das lutas regionais e estaduais.

A Corrente Proletária reivindica uma mudança urgente de postura da direção da Subsede de Itaquera. Essa mudança permitirá maior envolvimento dos professores e correntes que atuam na região nas lutas contra o fechamento de salas de aula, no combate à plataformização, no enfrentamento à terceirização e privatização, e na defesa da reposição salarial, que chegou a 32,3%, segundo os cálculos da Apeoesp.

Companheiras(os), a situação exige unidade de todos (professores, funcionários, estudantes e pais) para derrotar a política privatizante de Tarcísio e Feder. Para isso, é preciso retomar as reuniões presenciais sistemáticas em nossa Subsede de Itaquera.

São Paulo - Congresso Afuse

Construir uma oposição classista, independente e de luta na AFUSE!

A AFUSE realizará um Congresso em agosto deste ano, e nós, da Corrente Proletária, estamos começando desde já uma campanha em defesa de um Congresso de luta, democrático e que se coloque no campo da independência de classe. Esse trabalho faz parte do combate por uma nova direção para o sindicato, que seja classista, independente e de luta. Fazemos oposição à atual direção, devido à sua política de conciliação de classes, ao seu imobilismo e devido à ausência de democracia interna. Fazemos um chamado aos funcionários de escola para que venham debater nossas ideias e, mais especificamente, para que atuem desde as escolas expressando a campanha em favor de um Congresso voltado à luta de classes, voltado à defesa das reivindicações dos funcionários de escola e dos trabalhadores em geral.

A seguir, levantamos alguns pontos para o debate:

1. A conjuntura é de agravamento da crise econômica mundial. O capitalismo espalha a barbárie, em suas múltiplas formas (guerras, fome, desemprego etc.) e obriga os governos a aprofundarem o ataque às condições de vida das massas. Destacam-se a guerra na Ucrânia e o genocídio na Palestina. Situação que exige, como única

saída progressiva, a mais ampla resistência dos explorados, sob a direção da classe operária, com seus métodos e seu programa.

2. Os governos têm descarregado o peso da crise econômica sobre os trabalhadores e a juventude, retirando direitos históricos, conquistados com muita luta. No Brasil, foram aprovadas no último período diversas contrarreformas, como a previdenciária, a trabalhista, do Novo Ensino Médio, a Lei da Terceirização, entre outras medidas. No estado de SP, em particular, já foram aprovados diversos aspectos da contrarreforma administrativa, a exemplo da "Nova Carreira" dos professores. O atual governo federal, o governo de frente ampla de Lula e Alckmin, não só não revogou as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como mantém a ameaça da reforma administrativa. O ultradireitista Tarcísio aprofunda a linha privatista e autoritária dos governos anteriores.

3. Os explorados têm resistido como podem, erguendo a luta instintiva em defesa dos direitos e de suas condições de vida. Esses levantes abarcam desde a resistência ao genocídio na Palestina, como o demonstraram as ocupações estudantis nos EUA, até as greves em defesa dos salários e por melhores condições de traba-

lho. Exemplo importante disso é o movimento grevista da Educação federal, envolvendo universidades e Institutos Federais. A greve do funcionalismo municipal, que começou no dia 8/3 e durou 21 dias, também revela essa tendência de luta.

4. O problema está na política de conciliação de classes, no governismo e no imobilismo das direções sindicais. A direção da Afuse, por exemplo, não convoca as assembleias presenciais para preparar a luta conjunta em defesa dos empregos, dos salários e direitos, especialmente pela estabilidade a todos os trabalhadores da Educação. Não move uma palha para combater a terceirização. Nada faz contra o avanço do privatismo desenfreado do governo Tarcísio. Ou seja, não dá resposta política à altura para nenhum dos problemas mais graves que afetam os funcionários de escola.

5. A política de conciliação de classe e o aprofundamento da burocratização engessa a vida do sindicato. A direção da AFUSE, ligada ao PT, tem se perpetuado há anos mediante a anulação do princípio da democracia operária. Os encontros são controlados pela burocracia sindical, de modo a frear a organização independente dos trabalhadores desde o chão de escola. O estatuto é utilizado como uma arma para tentar impedir a expressão de qualquer linha política contrária à da direção. É o caso dos Congressos da entidade, construídos somente para referendar a política conciliadora da direção. As reuniões do Conselho se dão à margem da categoria. Parte das reuniões é feita no Diretório do PT - no caso, da Zona Leste -, quebrando totalmente a independência do sindicato diante dos governos e do Estado. Tudo isso piorou nos últimos tempos, com a utilização dos mecanismos virtuais, completamente avessos à necessidade de organização classista dos funcionários.

6. Aumentou o controle do Estado diante das atividades sindicais. No caso da AFUSE, uma das formas utilizadas pelo governo nesse sentido está relacionada à questão do abono do dia para as atividades do sindicato. Formalmente, o sindicato tem garantidos dois representantes (RUTs) por escola. Porém, na prática, não po-

dem ir os dois à reunião. Trata-se de uma medida que expressa uma tendência geral de ataque da burguesia sobre as ferramentas de luta dos explorados, como vimos na repressão aos metroviários grevistas de SP, punidos com a demissão, além de muitos outros casos semelhantes.

7. Um dos alvos principais dos governos no momento é a estabilidade do funcionalismo, através da chamada reforma administrativa. Até agora, os sindicatos e centrais ainda não ergueram a luta unitária contra mais essa contrarreforma. A Afuse é filiada à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, dirigida também pelo PT), e ambas seguem caladas em relação a essa questão, quando o correto seria estar organizando o combate, unificando todo o funcionalismo, em todo o país.

8. As direções sindicais seguem na paralisia, enquanto faltam funcionários nas escolas, avançam as contratações precárias e as privatizações, e a terceirização mutila as trabalhadoras da cozinha e da limpeza. São poucas trabalhadoras para dar conta da comida, estoque e limpeza. Ficam doentes e perdem a cesta básica quando apresentam o atestado médico. Numa situação tão difícil como essa, a direção não faz um chamado de unidade. Absurdo! Mesmo com a Educação federal em movimento, a Afuse permanece no isolamento, no corporativismo e sem convocar as assembleias.

9. Daí a importância de construir uma oposição classista, independente e revolucionária na AFUSE. A tarefa é a de retomar o sindicato para a luta, em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, para todos, sob controle dos que estudam e trabalham e vinculado à produção social. A campanha por um Congresso combativo em agosto é parte dessa luta. O caminho passa por defender as reivindicações elementares da categoria, com o método da ação direta e em unidade com os demais setores, fazendo da ponte com a luta mais ampla dos trabalhadores, sob a direção da classe operária, contra a raiz de todos os males que afligem os explorados, que é o capitalismo.

São Paulo - Nota do Boletim Corrente Proletária – Municipais

Nada de submeter os sindicatos às disputas eleitorais interburguesas

Retomar a luta que iniciou com a greve de 21 dias

A disputa eleitoral interburguesa aumenta em SP. Os partidos burgueses não fazem outra coisa senão correr atrás das eleições municipais. Nunes, do MDB, tem feito de tudo para se reeleger. Aproximou-se de Bolsonaro e do governador Tarcísio, para que haja a transferência de votos dos partidos ultradireitistas. Apoiou e levou a cabo o plano de privatização de Tarcísio de Freitas, a exemplo da Sabesp. Boulos, do PSOL, se juntou ao PT visando receber os votos de Lula. As disputas estão acirradas.

Nunes aproveita a situação de ter a máquina da prefeitura em suas mãos para fazer obras públicas (consertos de ruas, calçadas etc.) para ganhar o apoio contratos com as empresas TransWolff e UPBus da população pobre, que passou três anos à espera de um reparo nos bairros. Faz afagos ao ultradireitista Milton Leite (do União Brasil) pela ajuda que tem dado nas votações de seus projetos na Câmara de Vereadores, como ocorreu com a privatização da Sabesp. Rapidamente, conseguiu abafar as denúncias de envolvimento da prefeitura com o PCC, no caso dos contratos com as empresas TransWolff e UPBus. Alegou que os contratos com as empresas foram criados na gestão de Marta Suplicy, em 2003, quando as cooperativas informais de perueiros buscavam a regularização e disputavam as linhas de ônibus das periferias. Como se vê, acabou despejando a falcatura nas costas de Marta, vice de

Boulos. Em entrevista à imprensa enalteceu as obras pela cidade e a saúde financeira da Prefeitura. Porém, ao ser questionado sobre as denúncias protocoladas no Tribunal de Contas do Município (TCM) e no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPS) de que foi investido menos de 25% da receita municipal na educação, valor previsto na Constituição Federal em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ele simplesmente alegou que foi ne-

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00

Lições da greve contra o governo Ricardo Nunes/MDB

Balanco dos 21 dias de greve do funcionalismo municipal de São Paulo



 **POR**  **MASSAS**



cessário. Como todo politiquês burguês, no momento eleitoral veste a máscara de cordeiro, para esconder sua política antioperária e antipopular.

Boulos aproveita a condição de ter quase vencido as eleições municipais passadas e ser um deputado federal bem votado para atrair os votos da classe média arruinada, dos servidores públicos, dos pobres que necessitam moradias etc. vestindo a máscara de apoiador das reivindicações dos explorados.

Diante dessa situação, as direções sindicais usam os sindicatos (organismos criados pelos trabalhadores) nessa disputa interburguesa. As assembleias e manifestações estão carregadas de discursos eleitoreiros. Basta lembrar da greve dos municipais, das manifestações contra as privatizações, sobretudo. Lamentavelmente, as

correntes de esquerda acabam entrando nesse terreno eleitoralista e colocando as eleições como prioridade para os trabalhadores.

A Corrente Proletária, ao contrário de alimentar ilusões na democracia burguesa (eleições), trabalha para que os explorados se coloquem em favor das reivindicações que unificam as massas oprimidas e dos métodos próprios para alcançá-las. Levanta a bandeira: Confiar somente em nossas próprias forças. Luta para que os sindicatos retomem seu papel fundamental, que é o da defesa das condições de existência dos trabalhadores diante do capitalismo, da burguesia e dos governantes. Que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas, trabalhista e previdenciária.



Grupo de Estudos

O papel dos bancos e do capital financeiro na fase imperialista do capitalismo

O Grupo de Estudos do Marxismo, do POR, segue realizando as discussões e estudos sobre o livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, de Lênin. No jornal Massas nº 713, apresentamos as principais conclusões dos prefácios e do capítulo 1, sobre os monopólios. Agora, damos continuidade com as conclusões dos capítulos 2 e 3.

O capítulo 2, sobre o papel dos bancos na fase imperialista, desenvolve a transformação que essas instituições sofreram na passagem da fase liberal, concorrencial do capitalismo para a fase monopolista, ou seja, de meros intermediários, cuja função principal era o depósito, passaram a verdadeiros gerenciadores e controladores da economia capitalista geral, acumulando capital, administrando uma massa cada vez maior de dados e informações sobre as empresas e se tornando bancos monopolistas. Eis como Lênin apresenta o problema inicialmente:

“A função fundamental e inicial dos bancos é a de intermediários nos pagamentos. Realizando-a, eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital criador de lucro, e, reunindo todas as diversas espécies de rendimentos em dinheiro, coloca-os à disposição da classe capitalista.”, e complementa: “À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração dos bancos.”

A concentração dos bancos, fundindo os pequenos ou transformando-os em sucursais dos grandes, aconteceu e ainda acontece em diferentes ritmos e épocas, em diferentes partes do planeta.

No estudo, um camarada destacou que nos anos de 1990 e 2000, no Brasil, houve um grande movimento de concentração bancária, devido, entre outros fatores, ao movimento de privatizações implementado pelo Governo FHC. O fechamento de diversos bancos estaduais e sua transformação em bancos privados são a mostra desse processo, como foi o caso do Banespa, que foi adquirido pelo Santander. Obviamente, a concentração bancária apresentada por Lênin no livro e aquela que ocorreu no Brasil nesse período não é a mesma, já que a primeira reflete um processo histórico de transformação da função geral dos bancos de acordo com a mudança da fase do capitalismo, mas serviu no estudo para compreendermos os traços gerais da concentração bancária.

O essencial esteve em demonstrar que com a concentração bancária mudou também o papel que essas instituições desempenham na economia capitalista. “Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas, quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-

-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.". Um camarada destacou essa passagem, acrescentando que esse controle avançou em nossa sociedade também para as pessoas físicas, que são praticamente obrigadas a entregar todos os seus dados aos bancos, quando consegue um emprego, por exemplo, e lhe é exigido que abra conta corrente nesse ou naquele banco. Assim, os bancos são detentores de uma massa de informação gigantesca, permitindo que faça uso dessas informações para direcionar e garantir a manutenção do controle da economia nas mãos de determinados grupos capitalistas.

"Os poucos bancos que, em consequência do processo de concentração, ficam à frente de toda a economia capitalista, tendem cada vez mais, como é natural, a chegar a um acordo monopolista, ao truste dos bancos. Nos Estados Unidos, não são nove, mas dois grandes bancos, dos multimilionários Rockefeller e Morgan, que dominam um capital de 11,0 bilhões de marcos", destacou-se neste ponto, que os grupos citados por Lênin permanecem como grandes monopolistas há mais de cem anos, como é o caso Morgan, ainda hoje um dos maiores bancos do mundo.

Por fim, Lênin apresenta o fenômeno da união dos bancos com a indústria, seja na forma mais pessoal, quando sujeitos de um passam a fazer parte de conselhos administrativos de outros, seja na fusão de seus capitais, na união do capital bancário com o capital industrial dando origem ao capital financeiro. Além da participação de banqueiros nos diferentes governos ou políticos que assumem cargos em bancos, o ex-ministro de Bolsonaro, Paulo Guedes, o ex-ministro de Dilma, Joaquim Levy, ou o ex-ministro de Lula, Henrique Meirelles são exemplos do primeiro caso, e o ex-ministro da educação de Bolsonaro, Weintraub e a própria Dilma, que assumiram postos no Banco Mundial e no Banco do BRICS, respectivamente, são exemplos do segundo caso. Um camarada trouxe o caso do Induscoop, uma aliança estratégica entre a Fiesp, Ciesp e o banco Sicoob para exemplificar a união banco-indústria.

Já no capítulo 3, sobre o capital financeiro e a oligarquia financeira, o Grupo de Estudos deu continuidade ao ponto sobre os bancos e sua fusão com o capital industrial, estabelecendo um traço característico da fase imperialista, o de predomínio do capital financeiro sobre todas as outras formas de capitais, ou, de maneira mais geral, sobre a própria economia mundial. "Concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra."

Diversos camaradas entrevistaram na discussão para destacar aspectos do livro ou para trazer exemplos recentes do papel do capital financeiro na economia capitalista. Um desses exemplos muito discutido foi o do caso das Lojas Americanas no Brasil, e a monumental fraude realizada por alguns dos sujeitos mais ricos do país. No livro, o trecho que embasou essa discussão foi: "O meio mais simples e por isso mais vulgarmente utilizado para tornar um balanço indecifrável consiste em dividir uma empresa em várias partes por meio da criação de filiais ou a incorporação de estabelecimentos do mesmo gênero. As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins - legais e ilegais -, são tão evidentes que na atualidade as grandes sociedades que não o adotam constituem exceção."

A dominação da oligarquia financeira, desde os países imperialistas principalmente, constitui um pilar da fase imperialista, e automaticamente define a resposta política que só pode ser de combate e destruição dessa oligarquia e de sua estrutura. Depreende-se daí que não é possível reformar o capitalismo, reformar um modo de produção que esteja baseado na obtenção de lucros extraordinários através da exploração da força de trabalho, como também na espoliação dos países atrasados coloniais e semicoloniais. "O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas." Discutiu-se também como o capital financeiro é capaz de controlar economias de países inteiros, através dos empréstimos, do endividamento, da pressão para que os países realizem reformas de austeridade fiscal etc. Os casos das contrarreformas trabalhista e previdenciária, implementadas nos governos de Temer e Bolsonaro, e mantidas pelo Governo Lula, são exemplos da ação da oligarquia financeira imperialista sobre o Brasil semicolonial.

A conclusão do estudo desse capítulo se deu sobre a base dessa elaboração de Lênin: "Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de "poder" financeiro em relação a todos os restantes.", o que já prepara para discussões futuras sobre a exportação de capital e domínio dos países imperialistas.



 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Grupo de estudos do

MARXISMO

TODAS AS QUINTAS-FEIRAS •
19H • VIRTUAL

Tema:

Estudo do livro:
Imperialismo, fase
superior do capitalismo
(Lênin)

Entre em contato pelos canais para receber o texto e o link

 pormassas.org  masses.por  (11) 9 5446-2020

Nesta edição:

Guillermo Lora

- 15 anos de seu falecimento; - Rondônia - Uma homenagem aos 15 anos do falecimento do revolucionário profissional; - Bolívia - 15 anos após a morte do camarada Guillermo Lora

Palestina

- Manifesto: 7 meses de guerra na Faixa de Gaza
- Intervenções do POR em defesa da Palestina

Argentina

- Entrevista: A ultradireita nos governos. As massas se diretizam?
- Um balanço da greve do dia 9 e do plano de luta contra o governo (...)

Chile

- Editorial 1º de Maio

Trotsky - 32 anos da dissolução da URSS

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



15 anos do falecimento de Guillermo Lora
*Memória Eterna ao camarada Lora, dirigente do Partido Operário
Revolucionário da Bolívia e fundador do Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional (CERQUI)*

Em referência aos 15 anos do falecimento de Guillermo Lora, selecionamos o documento “Vigência do marxismo-leninismo-trotskismo”, de agosto de 1991. Trata-se de um documento que expõe e responde à crise pela qual passava a URSS e o impulso à restauração capitalista. Lora o redigiu em meio à campanha do imperialismo e de seus serviços de que a desintegração do estalinismo e a situação calamitosa que envolvia a URSS comprovavam a falência do marxismo-leninismo e a inviabilidade do comunismo. A burguesia mundial se aproveitava do plano restauracionista de Gorbachev, das divisões no interior do Partido Comunista e do agravamento da crise política para convencer os explorados do mundo todo de que a democracia capitalista era insuperável e o próprio capitalismo um regime social capaz de se autorreformular e melhorar as condições de existência dos povos.

Ao contrário dessa propaganda fraudulenta, o Partido Operário Revolucionário (POR) estava diante de tendências

convulsivas na Bolívia. Lutava para se transformar em direção física do proletariado, dos camponeses e das nacionalidades indígenas oprimidas. É nesse marco que Lora arma uma contraofensiva ideológica e política à campanha do imperialismo para soterrar o marxismo-leninismo-trotskismo e as conquistas da Revolução de Outubro de 1917. Como todo o escrito elaborado pelos marxistas, reflete a situação do momento e a perspectiva do combate pelo socialismo. Assim deve ser lido e compreendido o documento “Vigência do marxismo-leninismo-trotskismo”.

As suas formulações não são isoladas, fazem parte de um acompanhamento do processo de restauração capitalista, que tomou forma e conteúdo mais claros com a crise no Partido Comunista russo, a ascensão de Gorbachev e o lançamento do plano restauracionista intitulado Perestroika-Glasnost. Em fevereiro de 1988, nas Edições “La Colmena” se publicou o folheto “A Contrarrevolucionária Perestroika”, de Guillermo Lora.

Em fevereiro de 1990, foi feita uma nova edição no formato de livro, que também se acha nas Obras Completas, tomo LIII. Nessa última edição, Lora acrescentou dois capítulos ao escrito original de 1988. Em fevereiro de 1991, Lora retomou a questão como necessidade de atualização programática. Publicou “Para ler o programa do POR”, que se acha no tomo LIV. No ponto 8, explica: “Seguindo a política antiburocrática e em favor da revolução socialista internacional, o POR assinalou – desde o primeiro momento – que a Perestroika era uma política contrarrevolucionária, que busca restaurar o capitalismo e servir ao imperialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos países do Leste Europeu (...) A restauração capitalista – se chegar a seu ponto culminante – ocorrerá na época de decadência do capitalismo, como demonstra a crise econômica que atinge o mundo e também o desencadeamento de conflitos bélicos, quando o imperialismo cambaleia. A restauração não pode supor o rejuvenescimento capitalista.

Será um sério retrocesso momentâneo chamado a entroncar com a rebelião proletária internacional (...). A superação da contrarrevolucionária Perestroika, da restauração capitalista, será possível graças à revolução política que terá lugar na URSS, China e Leste Europeu (a revolução política acabará com a Perestroika, mas antes disso deve ser derrotada no campo ideológico e político pelos trotskistas, que assim levarão ao seu ponto culminante a luta antiburocrática que em seu momento empreenderam Lênin, Trotsky e seus seguidores”.

Ainda em 1991, em agosto, o dirigente do POR redigiu o “Esboço de Trotsky”. Incluiu a questão da restauração do momento no tópico “O restabelecimento capitalista na Rússia e no Leste Europeu”. Ao mostrar que a Perestroika se dirigia a impor “uma economia de mercado cada dia mais atrevida, que não é outra senão a restauração capitalista”, Lora recorreu ao prognóstico de Trotsky que advertiu, em seu momento, que os duros golpes da burocracia contra os fundamentos econômicos do Estado operário, caso seguisse acentuando-se, restauraria o capitalismo. Lora elabora esse folheto quando a crise no interior da burocracia restauracionista chegava ao ponto de se colocar uma guerra civil. O acontecimento marcante se dava em 19 de agosto. Gorbachev foi derrubado e substituído pela fração estalinista encabeçada por Yanayev. Yeltsin tomou a frente da resistência ao golpe de Estado, expressando a fração mais à direita do estalinismo e mais empenhada em agilizar o processo de privatização. As forças centrífugas que estavam na base do processo de restauração eram impulsionadas pelo movimento de independização das repúblicas soviéticas que compunham a URSS. Os acontecimentos de 19 de agosto são refletidos no folheto “Esboço de Trotsky”. Eis: “Soam as rajadas das metralhadoras dos tanques de assalto que se lançam contra o parlamento,

símbolo da resistência encabeçada pelo campeão da economia de mercado sem restrições. Em Leningrado também se registram choques. Algumas nacionalidades começam a decretar sua libertação. Este episódio – já sangrento – no interior do processo de restauração capitalista, seguramente, se traduzirá em uma persistente e longa instabilidade política. Os países imperialistas se apressaram em solidarizar-se com Yeltsin entrincheirado no Parlamento”. Lora observou que “os setores populares da Rússia se aglutinaram em torno a Yeltsin, o mais duro dos restauradores do capitalismo, que se propõe levar a Perestroika até suas últimas consequências, até a total restauração capitalista”. “A despolitização das massas permitiu que ganhasse corpo a propaganda democratizante do imperialismo, que apresenta o capitalismo como sinônimo de liberdade irrestrita, de abundância e de felicidade para todos”.

Nessa explicação de Lora, estão contidos a grande dificuldade e o obstáculo em combater as forças restauracionistas que emergiam nas condições de desintegração da URSS. Não se vislumbrava outro posicionamento ou resposta a não ser a estratégia elaborada por Trotsky da revolução política. Nas palavras de Lora: “Não se pode esquecer que apesar de tudo ainda não surgiu uma burguesia russa, é a burocracia da classe operária que está assassinando a maltratada criatura da Revolução de Outubro. A resposta tem de ser a revolução política, a recuperação pelo proletariado do controle do aparato estatal, da total destruição da burocracia estalinista”. É importante o conteúdo da revolução política expresso por Lora: “Corresponde retomar o caminho de Outubro, obstruído por Stalin e seus sequazes”.

Esse posicionamento foi sendo elaborado no fogo dos acontecimentos pelo POR boliviano, enraizado em um dos países capitalista mais atrasado e isolado

em relação ao movimento mundial da classe operária. O fato de os revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo terem dissolvido a IV Internacional, sem dúvida, impossibilitou a potenciação prática da linha traçada sobre a direção de Lora contra o processo de restauração capitalista. O documento “Vigência do marxismo-leninismo-trotskismo” e os demais textos que utilizamos para dar a maior nitidez possível ao posicionamento do POR antecederam a desintegração definitiva da URSS. Entre 21 e 22 de dezembro, as mais importantes das 17 repúblicas soviéticas, 11 delas declararam a dissolução da URSS, que formalmente foi decretada em 31 dezembro de 1991. Essa tragédia histórica somente poderia ser evitada se o proletariado russo se levantasse com o programa da revolução política e reconstituísse a ditadura do proletariado e a democracia soviética. Essa via, sem dúvida, confluiria com o movimento internacional dos explorados contra a dominação do imperialismo e da grande propriedade dos meios de produção.

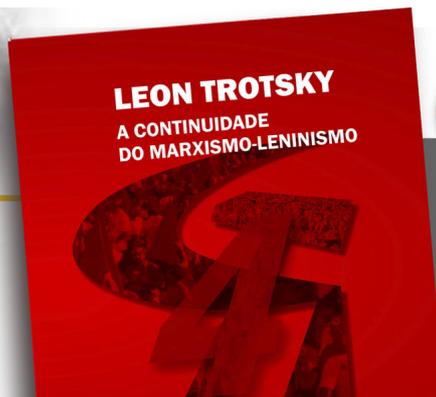
Distamos mais de 32 anos do desmoronamento da URSS. O capitalismo se encontra envolvido em sua crise estrutural, impulsiona as tendências bélicas como expressão da guerra comercial e alimenta as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. O programa da revolução social, exaustivamente defendido nos documentos do POR, elaborado nas condições particulares da revolução na Bolívia, emerge nas entranhas das contradições do capitalismo senil. Faz parte dessa emersão a fortaleza do POR da Bolívia assentada no socialismo científico encarnado no trabalho internacionalista de Guillermo Lora. Esse é o conteúdo da bandeira “Memória Eterna ao dirigente do POR e construtor do CERQUI, Guillermo Lora.

A seguir publicamos o documento selecionado.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Vigência do marxismo-leninismo-trotskismo

Atualidade do marxismo-leninismo-trotskismo

Importância do problema

Os acontecimentos que seguiram à Perestroika na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e nos países do Leste Europeu foram devidamente aproveitados pela burguesia internacional e pelo reformismo em seu empenho por preservar a ordem social capitalista de sua desintegração, de sua queda.

Foi colocada – ainda que de maneira indireta – a revitalização da sociedade burguesa pela ação do próprio proletariado, da classe explorada. Os exploradores vêm se empenhando em empurrar os escravos modernos a louvar seus grilhões, a bendizer a exploração e a opressão.

O reformismo ajuda a burguesia no empenho de convencer a maioria explorada de que o capitalismo corresponde à natureza humana e que permanecerá em pé eternamente. O que conduz a desarmar ideológica e politicamente a classe operária, fechar-lhe, sobretudo, o caminho da revolução e da conquista do poder.

Qual é a perspectiva para os explorados e oprimidos? Os serviços da classe dominante respondem: aperfeiçoar a democracia formal e aproveitar bem dela, introduzir alguns remendos no sistema capitalista para torná-lo humanitário e outras besteiras do estilo.

Dito de outra maneira, devem ser os próprios explorados que pugnem e logrem perpetuar sua opressão. Para conseguir esse objetivo, se exige que os trabalhadores cheguem à conclusão de que a felicidade será o resultado do capitalismo reformado pela via parlamentar, seguindo o caminho do legalismo, cooperando para isso com a burguesia.

Os capitalistas estão seguros de que se fecha um capítulo da história e se abre outro muito importante, pois sonham que nele terão a cooperação entusiasmada de seus escravos, a fim de obter lucros sempre maiores.

Dizem que a democracia burguesa evoluída ao extremo tornou antiquada e absurda a luta de classes, que a liberdade irrestrita e abundância dos bens materiais serão alcançados pelo caminho da cooperação franca e leal entre o capital e o trabalho. Acrescentam que o próprio desenvolvimento tecnológico abre essa perspectiva.

Podem os exploradores conseguir que os explorados lhes sigam como ovelhas e lhes beijem as mãos pelo favor que lhes fazem de extrair a mais-valia? Se alcançarem esse desejo, é claro que os capitalistas empurrarão a humanidade à barbárie, destruindo as conquistas alcançadas até agora.

Para que isso se realize – aparentemente insólito e inexplicável -, é preciso que os opressores extirpem toda ideia revolucionária da cabeça dos trabalhadores, que os despolitizem por completo, o que pressupõe que percam toda independência de classe (política, ideológica, organizativa).

Por esse caminho a burguesia pode – utilizando o canal do reformismo – impor sua política a seus escravos. Quando no passado a classe operária começou a organizar-se sin-

dicalmente e o capitalismo vivia a sua etapa de ascenso, se colocou nos braços dos partidos burgueses, lhes serviu de força de choque e de contingente eleitoral. Tudo isso significava que os explorados não tinham conseguido ainda conquistar a sua independência de classe.

Na atualidade – quando o proletariado percorreu um bom trecho do caminho da evolução de sua consciência de classe, quando dá provas inequívocas de sua independência política diante dos opressores -, o alinhamento dos trabalhadores por detrás dos exploradores, sob a forma de cogoverno e de cogestão, por exemplo, importaria um gravíssimo retrocesso e afastamento do objetivo da revolução social.

A burguesia comete uma série de arbitrariedade em sua campanha política, com a finalidade de desorientar os trabalhadores, de lhes empurrar para confusão política e ideológica.

Os falsificadores identificam a ditadura do proletariado como sendo a negação de toda forma de democracia – ocultam a existência da democracia operária -, identificam-na com a ditadura policial e sanguinária, dirigida pelo estalinismo contra os operários, camponeses e opositores políticos, confundem a democracia operária com a ditadura estalinista contrarrevolucionária. Afirmam que o estalinismo revisionista e contrário ao bolchevismo é a mesma coisa que o socialismo científico, que o marxismo.

Os explorados não podem esquecer que Lênin ensinou que a democracia burguesa ou formal mais avançada não é outra coisa senão uma ditadura da classe dominante voltada contra a maioria nacional, que não pode gozar das garantias democráticas de maneira plena porque não é proprietária dos meios de produção. Se o fazem, estão condenados a tornarem-se em serviços de seus escravizadores.

A burguesia não se cansa de repetir que a queda da burocracia estalinista na URSS e nos países do Leste Europeu representa o fim do marxismo, da revolução social, da luta de classes. A gigantesca campanha publicitária do imperialismo divulga esses absurdos com a finalidade de despolitizar as massas, de domesticá-las.

Explicar a atualidade do marxismo-leninismo-trotskismo (do socialismo científico) é de transcendental importância para a libertação dos explorados e oprimidos. Há que demonstrar que vivemos na época da revolução socialista mundial e que a luta de classes constitui a lei fundamental da atual sociedade, enraizada em sua estrutura econômica.

Há que assinalar que a luta de classes em nossa época expressa a ditadura do proletariado, que comporta a vigência da democracia operária e do pluripartidarismo das tendências ideológicas das massas e que, em última instância, é a ditadura para acabar com as heranças da burguesia, que não puderam ser extintas com a vitória revolucionária.

Nossa preocupação central consiste em rearmar ideologicamente os explorados e varrer da situação política os reformistas, os setores democratizantes e pró-burgueses.

Causas da vigência do marxismo-leninismo-trotskismo, do socialismo científico

O marxismo revelou as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade capitalista, baseada na grande propriedade privada dos meios de produção. As leis identificadas pelo materialismo histórico – a sociologia marxista – se aplicam a todo desenvolvimento da humanidade, mas o objetivo das investigações de Marx foi a de estabelecer o funcionamento da produção, da sociedade capitalista, por isso se viu obrigado a realizar uma dissecação anatômica de sua economia.

A luta de classes, já assinalada pelos intelectuais da burguesia, não é mais do que a projeção social da contradição fundamental que se manifesta na estrutura econômica da sociedade, entre as forças produtivas sempre forçando passagem para a se desenvolver (proletariado) e as relações de produção ou a grande propriedade privada dos meios de produção (burguesia).

A luta de classes não é uma invenção diabólica de alguns agitadores extremistas ou comunistas. É um fenômeno social determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que condicionam a existência e a forma dos diferentes modos de produção.

Segundo Marx, dizemos que este acrescentou uma só conclusão às contribuições proporcionadas pelos economistas e historiadores burgueses: que a luta entre a burguesia e a classe operária conduz à ditadura do proletariado, após a vitória da luta revolucionária, insurrecional.

A concentração dos meios de produção em mãos de um punhado de burgueses – ainda que se efetive através da mediação das sociedades anônimas e das multinacionais – transforma-se inevitavelmente na exploração dos operários pelo mecanismo da apropriação pelo capitalista do produto do trabalho não-valia (mais-valia).

Esse processo reflete de maneira necessária, inevitável, a luta de classes, que, em última instância, não é mais do que a luta entre a burguesia e o proletariado pela apropriação da mais-valia, do lucro. Um exemplo sensível: se os sindicatos conseguem aumentos salariais quer dizer que diminui o ganho patronal; se contrariamente, a classe dominante e seu Estado conseguem diminuir os salários reais mediante a inflação e a elevação dos preços das mercadorias, quer dizer que aumentará o ganho patronal e irá menos quantidade de mais-valia para as mãos dos trabalhadores.

É o desenvolvimento da história – cheio de avanços e retrocessos, contraditório – que confirma a validade das leis do materialismo histórico.

O marxismo afirma que o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas determina que em certo momento estas se choquem com as relações de produção – forma de propriedade imperante – porque lhes impedem de continuar crescendo, choque em que se despedaçam, como demonstram as crises econômicas estruturais cíclicas e as guerras internacionais pela partilha do mundo.

Essa contradição fundamental que se acha na base econômica da sociedade se concretiza no fato de que o desen-

volvimento das forças produtivas se traduza na produção social realizada por milhões de homens nas fábricas que utilizam máquinas, matérias-primas etc., produzidas por outros milhões de homens, mas o produzido é apropriado por poucos homens, pelos capitalistas, donos dos meios de produção.

Como superar a contradição básica da sociedade que a destroça, que cumpre o papel de cabresto das máquinas? Resposta: complementando a produção social, o último avanço do capitalismo, com a apropriação social do que é produzido. Corresponde substituir a grande propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social, única maneira de alcançar o acelerado desenvolvimento das forças produtivas, do progresso, da civilização, da satisfação das necessidades da sociedade. Para que o homem se humanize, para que deixe de ser lobo de outros homens, procurando apropriar-se por todos os meios de algumas moedas, é necessário impor a propriedade social dos meios de produção. Essa é a única maneira de evitar que sejamos destruídos em meio à barbárie, ao fascismo generalizado.

É preciso eliminar a ambição empresarial, capitalista, que funciona como amarras colocadas nas máquinas, que as impedem de produzir muito mais, buscando unicamente satisfazer as necessidades de toda a sociedade.

Não se trata de sonhos, de proposições éticas, de princípios religiosos, mas das consequências do próprio modo de produção capitalista, das leis que regem a vida e a morte da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

Estamos delirando? Não. Limitamo-nos a rever as leis da produção capitalista, as consequências que se desprendem delas e que têm sido confirmadas pelas revoluções vitoriosas e derrotadas, pelos avanços e retrocessos, por que passou até hoje a sociedade capitalista em transformação.

A Comuna de Paris 1871, - a primeira vez que se instalou e funcionou um governo operário -, a Revolução Russa de fevereiro e outubro de 1917, a série de levantes operários que conseguiram a vitória durante décadas, a primeira e segunda guerras imperialistas mundiais, tudo isso confirma, a sua maneira, a validade das leis do desenvolvimento e da transformação da sociedade capitalista.

O materialismo histórico anuncia as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade capitalista, o que supõe que continuará vigente enquanto a grande propriedade privada dos meios de produção permanecer em pé.

Quando o comunismo se tornar realidade, a pátria universal, essas leis permanecerão assinaladas nos textos da histórica. Enquanto o marxismo estiver em plena vigência, continuará sendo um valioso instrumento libertador nas mãos dos explorados.

Expresso de outra maneira: é a vigência e desenvolvimento do capitalismo, sua transformação regressiva, sua marcha para a barbárie e sua decomposição cadavérica demonstram a plena vigência do marxismo. Sem a análise desses fenômenos à luz das leis do materialismo histórico é impossível conhecê-los.

É absurda a postura dos teóricos e até dos governantes, políticos burgueses que decretam a caducidade do marxismo, das leis do materialismo históricos. Não esqueçamos

que até os investigadores em todos os aspectos e a serviço da classe dominante se valerem do método do materialismo histórico, afim de dar alguma sustentabilidade às suas conclusões.

Trata-se de uma absurda postura subjetiva. No âmbito da burguesia e do reformismo se está transformando a ciência, a história e a economia política em atividades insossa, marginais para substituí-las pela religião e pelas abstrações morais. Não vacilam em apresentar Bush, Margaret Thatcher, a dama de ferro britânica e as multinacionais como verdadeiros deuses com capacidade para decidir o caminho que deve seguir a sociedade e a humanidade no seu atual e futuro desenvolvimento. Não há dúvida de que se trata de mais uma manifestação da barbárie burguesa. Estamos sendo empurrados pelos “estadistas” considerados infalíveis até mesmo diante da idade da pedra, quando os desastres naturais eram considerados como a fúria dos deuses enraivecidos pela má conduta dos humanos.

Afirmamos que a existência indiscutível da sociedade capitalista em escala mundial é a que determina – por cima da boa ou má vontade dos exploradores, dos políticos ou dos moralizadores – a vigência do marxismo.

Para compreender devidamente o funcionamento do modo de produção capitalista, a orientação que segue a economia que parte da grande propriedade privada dos meios de produção, não há outro caminho a não ser recorrer ao método marxista, ainda que algumas de suas conclusões sejam discutíveis. A economia, se for substituída pela moral e pela religião, se torna incompreensível e já não será possível determinar a orientação que segue.

O marxismo é uma ciência social e como toda atividade científica explica o desenvolvimento dos fenômenos conforme as suas leis internas. Não se pode aceitar que a ciência seja substituída por abstrações morais e religiosas.

Dirão, no entanto, que o capitalismo, a sociedade burguesa de 1991, vem se transformando - assentada sobre a base da democracia formal - não é a repetição mecânica dos

rastros do início do século ou dos anos 30. Isso é evidente. Existe uma constante transformação da sociedade capitalista, mas se trata de mudanças quantitativas que não alcançam transformar sua estrutura econômica. O capitalismo continua sendo capitalista e ainda não se transformou em comunismo. A resposta a esse problema não pode ser outra que a afirmação de que enquanto o capitalismo não seja superado pelo comunismo, o marxismo como ciência social, como método de investigação, continuará vigente.

As leis da ciência social não se materializam de maneira mecânica, automática, senão por meio da atuação dos homens, do instinto e da consciência das classes sociais. Os críticos, os pretensos superadores do marxismo, se limitam àquele primeiro aspecto, que certamente não tem proeminência no processo histórico.

Cabe explicar brevemente este fenômeno. As tendências que emergem das leis da história – necessariamente gerais, finais, inevitáveis – determinam as finalidades estratégicas da luta de classes, que, segundo Marx, em nossa época condizem à ditadura do proletariado. As leis do desenvolvimento da sociedade capitalista, determinadas pela contradição fundamental que se dá na base da estrutura econômica determinam sua destruição e sua superação pelo comunismo. Essa contradição, a luta de classes, conduz à revolução social, à substituição da burguesia pelo proletariado no poder político. Tais são as finalidades estratégicas dos explorados sob o capitalismo e no marco da luta de classes.

Como se vê, as leis da história e as finalidades estratégicas do proletariado se integram mutuamente. A força de trabalho constitui parte fundamental das forças produtivas e são estas que transformam a sociedade e o mundo das ideias.

Os objetivos estratégicos do proletariado, que coincidem com as leis da história, não são modificáveis, permanecem vigentes até a transformação completa da sociedade. Se a estratégia corresponde às leis do desenvolvimento e à transformação da sociedade, seus objetivos são invariáveis até que não desapareçam o capitalismo.

Essas leis, para se materializarem por meio da atividade das classes sociais em luta, se vêm obrigadas a concretizarem-se em determinadas formas de atividades, isto é a tática que os explorados utilizam para alcançar seus objetivos. Os métodos táticos estão sujeitos a equívocos que explicam as frustrações, as derrotas e inclusive os retrocessos restauradores, como o que atualmente tem lugar na URSS. A auto-crítica pode ajudar a superação desses erros, mas os elimina.

São as leis da história que determinam que, quando o capitalismo se esgota pelo excessivo crescimento das forças produtivas – isso é o que ocorre agora como demonstra a crise econômica estrutural -, quando se autodestrói, se ingressou no período da revolução socialista mundial, o que não pressupõe a convulsão transformadora simultânea em todos os países. A revolução social sempre começará dentro das fronteiras nacionais de alguns países, mas levará em suas entranhas os germens de sua internacionalização.

Estamos vivendo a etapa do nascimento de uma nova sociedade em meio a desconfortáveis dores do parto. O que ocorre na URSS, a derrocada do estalinismo, do reformismo e das burocracias sindicais pró-burguesas, a corrupção

R\$5

Trotsky e Nós
—
Guillermo Lora

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

4 MASSAS

e a imoralidade que corroem os ossos da classe dominante, conformam esse processo transformador.

Não há por que estranhar o que se passa. É suficiente recordar os avanços e retrocessos durante o nascimento da sociedade burguesa, que em alguns países chegou até a restauração das monarquias, ainda que conservando os fortes traços da nova ordem social. Apesar de tudo concluiu impondo-se o triunfo da sociedade capitalista. O mesmo ocorrerá com o surgimento contraditório da nova sociedade, que não será outra senão a comunista.

Desmoronamento do estalinismo reacionário

Afirmção do marxismo-leninismo-trotskismo

O marxismo revelou as leis do desenvolvimento e da transformação da sociedade capitalista. O leninismo (ou melhor, marxismo-leninismo) foi a aplicação dessas leis ao imperialismo, que culminou nesta etapa de domínio das multinacionais. Sua vigência está determinada porque o imperialismo se afirmou e se converteu no traço diferencial do capitalismo moribundo.

O trotskismo concretiza o marxismo-leninismo da época de rebelião das nações oprimidas contra a opressão imperialista, da revolução pela libertação nacional e social.

Como se pode falar da caducidade do marxismo-leninismo-trotskismo se a necessidade histórica deste momento consiste na urgência de que os países atrasados, as nacionalidades oprimidas, se libertem da opressão e do saque imposto pelas grandes potências, pelo capital financeiro? Somente os lacaios do imperialismo podem falar de caducidade do marxismo, do leninismo, do trotskismo e da superação dos movimentos de libertação do jugo das metrópoles opressoras.

Na URSS, nos países do Leste Europeu e na China, presenciemos a derrocada progressiva da burocracia estalinista contrarrevolucionária, pró-burguesa e – entenda-se bem – a confirmação, pelo caminho do desastre, da momentânea restauração do capitalismo e da suposta inviabilidade do marxismo-leninismo-trotskismo.

A impostura da propaganda imperialista e burguesa, da reação em geral e do reformismo em particular, consiste que deliberadamente, de má fé, confundem o marxismo-leninismo com o estalinismo.

Assinalamos recorrentemente que o afundamento do estalinismo contribui ao fortalecimento, à afirmação do leninismo e mais completamente do trotskismo.

O estalinismo nasceu como a expressão política da poderosa pressão negativa da burguesia internacional e da reação russa sobre o Partido Bolchevique, o partido revolucionário. A burocracia, formada em torno a Stalin, conseguiu controlar o aparato estatal e partidário, e, desta maneira, se voltou contra as conquistas da Revolução de Outubro, procurando desvirtuá-las, enfim, destruí-las.

Por algum tempo se viu obrigada a defender a propriedade estatizada porque dela dependia, usando e abusando em seu proveito das empresas públicas. Recordemos a no-

menclatura de todo tipo de privilégios da burocracia reacionária.

A marginalização do proletariado do Estado e do controle das empresas se traduziu na deficiência administrativa em geral. Tampouco se pode esquecer que os trabalhadores foram estrangulados dentro do Partido Comunista burocratizado, de forma que o centralismo democrático foi substituído pela ditadura burocrática.

A burocracia fez mal uso dos métodos socialistas de governo, da estatização dos meios de produção, da planificação da economia, do controle estatal do comércio exterior, do direito das nacionalidades à autodeterminação. Negou-se a combiná-los com a capacidade criadora das massas, a imprimir um ritmo harmônico ao desenvolvimento das forças produtivas, que retardaram sua marcha ao chocar com o sério obstáculo da burocratização.

O estalinismo não se cansou de desfechar rudes golpes aos fundamentos econômicos do Estado operário e, nesta medida, trabalhou sistematicamente em favor da restauração capitalista no país que realizou a extraordinária proeza da revolução de Outubro, isto desde os tempos de Stalin. Gorbachev assumiu ousadamente essa restauração, que agora marcha a sua consolidação.

A traição à causa do socialismo, do movimento revolucionário mundial, não pode ser compreendida completamente se não se leva em conta que essa tarefa contrarrevolucionária começou com o revisionismo a fundo do marxismo, do leninismo, trabalho sujo empreendido pela burocracia termidoriana.

A traição do estalinismo é empreendida pelo socialismo em um só país – traição à revolução operária e consolidação do capitalismo –; pela revolução por etapas que procurou permanecer nas transformações democrático-burguesas, apartando-se definitivamente do objetivo socialista; pela colaboração com o capitalismo; pela subordinação do proletariado à política da classe dominante, tanto por meio das frentes populares como da tática da unidade nacional; pela coexistência pacífica do socialismo com o imperialismo, que não tardou em avançar até a cooperação com as grandes metrópoles do capital financeiro.

Tudo isso convergiu para a restauração da política burguesa e o abandono dos fundamentos do marxismo-leninismo.

Lênin primeiro e depois Trotsky combateram a burocracia estalinista em todos os campos, no dos princípios, da política econômica, da autodeterminação das nacionalidades, da industrialização, do desenvolvimento do agro, da política nacional e internacional e da defesa dos princípios do marxismo.

É preciso ainda considerar que Trotsky escreveu nos anos de 1920 que se a burocracia continuasse golpeando duramente os fundamentos econômicos do Estado operário e acentuasse a má administração empresarial, a baixa produtividade, a péssima qualidade das mercadorias e da tecnologia, não poderia senão concluir a restauração capitalista na URSS, que é o fenômeno que estamos vivendo agora.

Mas, ao mesmo tempo, Trotsky assinalou que se trataria da restauração de um capitalismo esgotado, moribundo, em

processo de desintegração. Por tudo isso, essa restauração somente pode ser temporal, por tempo relativamente breve.

É preciso acabar com a restauração capitalista, é preciso detê-la, assim exige o futuro da humanidade e a necessidade da libertação dos explorados.

Há uma só forma de fazê-lo, recorrer à revolução política. Que os trabalhadores se levantem para acabar com a burocracia estalinista em todas suas gamas, para recuperarem o controle do Estado e das empresas.

A revolução política voltará a pôr em pé a ditadura do proletariado, que supõe a existência real da democracia operária, do pluripartidarismo de todas as tendências ideológicas da maioria nacional, do proletariado, do campesinato e dos vastos setores empobrecidos da classe média.

Essa conclusão parte da evidência de que vivemos na época do nascimento de uma nova sociedade, da revolução proletária mundial e socialista.

O golpe de Estado e a restauração capitalista na URSS

O falido golpe de Estado na URSS está cheio de sugestões e ensinamentos. O processo de restauração capitalista mostrou o rosto feio da economia de mercado: milhões de desempregados, altos preços das mercadorias, baixos salários e perda de numerosas conquistas, como seguro social universal e gratuito.

Isso explica a resistência operária e popular à Perestroika, mas não é o único fator presente na realidade russa e na dos países do Leste Europeu.

O medo à ditadura policial e sanguinária do estalinismo determinou que o imperialismo e os reformistas democratizantes tivessem muito cuidado em apresentá-la como igual à ditadura do proletariado, que é sobretudo amplíssima democracia operária. É uma impostura burguesa movimentar as massas contra toda forma de ditadura.

É sobre esse pano de fundo que atua o poderoso aparato propagandístico do imperialismo, que apresenta o capitalismo, a democracia burguesa como a mais ampla expressão de liberdade, de abundância e de felicidade generalizada. Esta propaganda conseguiu penetrar nas massas que se viram livres da brutalidade estalinista. Unicamente assim se pode explicar que as massas tivessem se mobilizado em torno a Yeltsin – eixo duro da Perestroika –, empenhando-se em acabar com a restauração capitalista mais rapidamente possível.

Como pôde acontecer isso no país que realizou a Revolução de Outubro? Tal acontecimento se deve ao trabalho prévio que cumpriu o estalinismo ao despolitizar durante sete décadas os trabalhadores, os camponeses etc. A ditadura sanguinária extirpou cuidadosamente do cérebro dos operários toda ideia revolucionária, marxista-leninista-trotskista. O golpe de Estado que seguimos com atenção se concretizou em meio à marcha da restauração capitalista, da aplicação da Perestroika contrarrevolucionária e, portanto, de suas consequências: dos prejuízos que atingem os traba-

lhadores, da iminência de que as nacionalidades recuperem seus direitos e liberdades, da debilitação do exército, da perda das armas nucleares etc.

Um setor do PCUS, apegado às tradições estalinistas, pretendeu acabar com os excessos da Perestroika, ainda que não com suas reformas – como se anunciou publicamente. Essas reformas são restauradoras do capitalismo. Se os golpistas consolidassem teria diminuído o ritmo da evolução da política restauradora do capitalismo, porque – não esqueçamos – a Perestroika é a restauração. Seguramente, no futuro, o retorno ao capitalismo encontrará novas armadilhas.

Em se tratando de uma luta entre camarilhas da burocracia estalinista, que certamente têm diferenças de matiz entre si, mas que politicamente buscam um mesmo objetivo: acabar com o socialismo, fechar definitivamente o caminho para o comunismo, para a pátria universal, se diferenciam porque propõem ritmos diferentes para o cumprimento deste objetivo contrarrevolucionário.

Notícia-se que há estalinistas mais duros que Yanayev e companhia. Não se pode assegurar que não irromperão no futuro, se ocorra algum outro incidente no processo de restauração capitalista que dirijam todos os grupos estalinistas.

Por tudo isso, não se trata de alinhar-se detrás de tal ou qual grupo estalinista, pois todos eles são contrarrevolucionários, mas sim de encontrar o caminho revolucionário que nos permita colocar atalho à restauração capitalista, derrotá-la politicamente.

Os golpistas e os defensores da ordem estabelecida atuaram com os olhos nas potências imperialistas, buscando seu apoio, seu consentimento. Todos se consideram iguais aos governos burgueses, uma vez tolerados por eles.

Pode-se esperar que surjam fatores desestabilizadores, da parte dos setores duros do exército e do próprio Yeltsin. Gorbachev foi abertamente hostilizado e pediu a renúncia. No entanto, tudo isso não seria uma expressão a mais de uma série de obstáculos no caminho da restauração capitalista.

Para os revolucionários de todas as latitudes, os últimos acontecimentos da URSS têm uma importância secundária, porque se desenvolvem no marco da restauração capitalista sendo a restauração que tem importância decisiva no caminho da revolução Russa e mundial.

Trata-se de lutar contra a restauração capitalista por cima dos choques entre as camarilhas estalinistas. As massas soviéticas, ao apoiar com tanto entusiasmo o direitista Yeltsin, campeão do endurecimento da Perestroika, atuaram contra os próprios interesses, não como forças revolucionárias, mas conservadoras.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

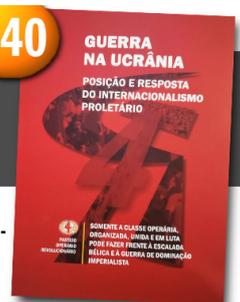
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Por que atuaram assim?

Resposta: devido a sua tremenda despolitização – obra do estalinismo reacionário e antimarxista –, as massas foram momentaneamente ganhas pela descomunal propaganda imperialista em favor da democracia burguesa.

A revolução política – o deslocamento pelo proletariado da burocracia surgida em seu próprio seio – é uma tarefa que tem de ser cumprida porque a burguesia russa ainda não teve tempo para surgir, apesar do processo restaurador. Trata-se – há que repetir – de que a classe operária expulse do poder, dos sindicatos e do controle das empresas estatais a burocracia que saiu de suas entranhas, por isso, a revolução política.

Unicamente essa revolução poderá acabar com a restauração capitalista, com o retrocesso no interior de cada ciclo da revolução mundial. Para que esse objetivo se materialize, temos de sobrepujar o enorme obstáculo que emerge da herança deixada pelo sinistro estalinismo. Referimo-nos à tremenda despolitização das massas imposta com a ajuda da sangrenta ditadura policial de sete décadas.

Atualmente, os trabalhadores soviéticos carecem de consciência de classe e vêm movimentando-se de maneira instintiva. Por isso, sucumbiram com facilidade diante da pressão da grande propaganda burguesa imperialista.

Em sua ação, unem o repúdio a toda forma de ditadura – inclusive à proletária que é sinônimo de democracia operária –, e o seu apego equivocado à democracia burguesa à luta por melhores condições de vida e trabalho.

A teoria e a experiência nos ensinam que o programa revolucionário, a teoria da revolução, não surgem diretamente do seio das massas, mas que vêm de fora da classe por meio dos revolucionários que cultivam a ciência social.

Por tudo que lemos da URSS, pelos dados que nos chegam dos movimentos opositores, compreendemos que na URSS estão ausentes os portadores da ciência social, os elementos capazes de transformar radicalmente a classe operária.

Dito de outra maneira, está ausente o partido revolucionário e, no momento também o está em escala mundial. Somente existem pequenos núcleos que trabalham nesse sentido. O desenvolvimento dos acontecimentos exige que esses núcleos se convertam em um poderoso movimento, em uma forte Quarta Internacional marxista-leninista-trotskista, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Temos de retomar o elo do trabalho político deixado por Trotsky –descomunal herança que permitirá a libertação da humanidade.

Não poucos grupos trotskistas – ou denominados como tais de maneira abusiva – se encontram fraquejados e degenerados diante da queda do estalinismo. Isso por que não eram outra coisa senão satélites dessa política contrarrevolucionária e pró-burguesa. Agora se chamam “trotskista amantes da democracia” (assim em geral, construtores da Internacional de trabalhadores, espécie de frente popular) e não trotskistas.

Somente a Quarta Internacional ajudará os operários soviéticos a acabar com a burocracia e a restauração capitalista.

A queda do estalinismo fortalece a revolução boliviana

Na situação latino-americana e internacional, o caso boliviano mostra traços excepcionais repletos de ensinamentos para o movimento revolucionário.

A excepcionalidade da Bolívia está na presença do Partido Operário Revolucionário como referência política insubornável, permanente durante tantas décadas. Não se trata simplesmente de um conglomerado de pessoas de boa vontade que tomam a política como passatempo, mas de um programa da teoria da revolução boliviana que, ao penetrar nas massas as transformaram, as tornaram conscientes. O POR mudou a história do país, abriu um sulco profundo pelo qual os explorados chegarão à vitória, à sua libertação. Vivemos em um país trotsquizado, por sua particular cultura, pela enorme influência que tem as ideias de Trotsky em todas as atividades nacionais.

Por outro lado, vivemos um período revolucionário. A crise econômica capitalista estrutural nos empurrou a tal situação política, caracterizada pelas grandes mobilizações massivas antiparlamentaristas e de desconhecimento do ordenamento jurídico, utilizando o método a ação direta de massas. A luta política está totalmente polarizada entre a desenvolvida pelo proletário (POR) e pela burguesa. Como pano de fundo. Temos o desmoronamento da classe dominante e de ‘seu’ governo, em meio a uma impressionante corrupção e imoralidade. A ordem social burguesa se desmorona. Grandes setores sociais se deslocam para posições proletárias. É a nação oprimida que se levanta porque compreende que a atual ordem social se tornou insuportável.

A queda do estalinismo confirma a validade do marxismo-leninismo, do trotskismo. Não é o socialismo que cai, mas, contrariamente, a sua negação burocrática. O que dá razão aos lutadores poristas que de maneira insistente e sistemática denunciaram e combateram as traições do estalinismo ao logo da história boliviana.

O Partido Operário Revolucionário se formou e se fortaleceu na firme luta contra a burocracia estalinista internacional. Agora, os dramáticos acontecimentos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos países do Leste Europeu dão-lhe a razão e o potenciam como direção revolucionária.

Esse mesmo fenômeno deveria ter ocorrido em todas as latitudes, nos países em que houve movimentos trotskistas mais antigos que o boliviano. Não ocorreu assim porque estavam ausentes os partidos-programas trotskistas, no sentido estrito do termo. Perambulam, se dividem, se fundem e acabam desaparecendo. Grupos de intelectuais, mais unidos pela amizade do que pelas ideias revolucionárias aplicadas aos diferentes países.

O maior pecado desses grupos foi não ter constituído um programa para a revolução nos diferentes países, não ter estudado a realidade social em que atuavam e pretendiam transformar. É por isso que não puderam capitalizar as consequências do desmoronamento do estalinismo.

Em vez de se fortalecerem se afundaram, se dissolveram,

porque careciam da fortaleza, da couraça ideológica para suportar a sacudida tão descomunal.

O desmoronamento estalinista e mesmo a restauração capitalista na URSS e nos países do Leste Europeu fortalecem o movimento revolucionário boliviano, aproximam as massas e a nação oprimida da conquista do poder político, do estabelecimento da ditadura do proletariado.

Sabemos que o marxismo não morreu porque a vitória revolucionária em nosso país está perto, quase ao alcance de nossas mãos.

A esquerda reformista se deslocou integralmente para as trincheiras da burguesia e o estalinismo tende a desaparecer, o que debilita o nacionalismo do conteúdo burguês que por tanto tempo bebeu teoricamente na fonte estalinista.

A situação política está livre d interferências para o tra-

balho revolucionário do Partido Operário Revolucionário, que deve agigantar-se para transformar-se na direção física das organizações de massa. Então, soará a hora da luta insurrecional.

Enquanto isso, preparamos as condições da vitória, desenvolvendo uma acertada política militar que nos ajudará a neutralizar a capacidade de fogo das Forças Armadas e inclusive dividi-las, para que uma parte delas, a melhor e a mais honrada, se some ai imponente contingente revolucionário.

A queda do estalinismo facilitará nossa vitória, que, por sua vez, fortalecerá o movimento revolucionário internacional e ajudará a URSS a acabar com a restauração do capitalismo. Nesta medida se dará um extraordinário passo adiante na construção da Quarta Internacional marxista-leninista-trotskista.

Rondônia

Uma homenagem aos 15 anos do falecimento do revolucionário profissional: Guillermo Lora

No dia 5 de maio, a militância da regional Rondônia organizou um curso de formação política em Porto Velho. O curso iniciou com apresentação do documento do estudo sobre a IV Internacional – Partido Mundial da Revolução Socialista, em memória aos 15 anos do falecimento de Guillermo Lora. Apresentamos abaixo uma síntese dos aspectos discutidos.

No ponto 1, destacou-se o conceito de nação opressora, metrópole imperialista, e de nação oprimida, país semicolonial. O caráter de economia atrasada capitalista e sua inter-relação com a imperialista.

No ponto 2, mostrou-se que o proletariado é uma classe internacional, portanto, necessita de sua libertação para se converter em classe governante da sua nação, ter em suas mãos o poder político através de revolução que acontecerá em seu país, mas seu conteúdo é internacional de acordo com as teses da revolução permanente indicada por Marx e Engels e que mais tarde foi sintetizada por Trotsky. Ressaltou-se a política estalinista de socialismo em um só país que se choca com o internacionalismo proletário.

O ponto 3, frisou-se o histórico da luta do movimento operário internacional, a Liga Comunista 1885, posteriormente o movimento do operariado alemão 1832-1852, em que se converteu em movimento internacional com a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Na França, criou-se a Liga dos Proscritos em 1834, que em 1836 se converteu na Liga dos Justos, momento em que deu origem a célebre frase “Proletários do mundo, uni-vos”, que representa o internacionalismo. A partir de então foi convo-

cado o Congresso em 1847, constituiu-se a Liga Comunista e se redigiu o Manifesto Comunista, como primeiro programa da classe operária.

No tópico da Reconstrução da IV Internacional, discutiu-se as formulações de Lora sobre o problema da restauração capitalista na União Soviética (URSS). E as consequências do retrocesso político e organizativo para o proletariado em todo o mundo. No documento, Lora mostra as posições revisionistas do marxismo produzidas pelo estalinismo. E por fim, ressalta que a queda da Internacional Comunista por Stalin fez com que retardasse a internacionalização da revolução. E que a IV Internacional é expressão do marxismo-leninismo-trotskismo. Enfatiza que é preciso pôr em pé a IV Internacional, sob o Programa de Transição, redigido por Leon Trotsky, por considerar que é a essência do marxismo-leninismo-trotskismo de nossa época.

O tópico Fundamentos da IV Internacional, Lora destaca a concepção do Partido Mundial assentado no centralismo democrático, o que implica uma ampla democracia interna e uma só linha política no exterior. Também ressalta a importância da disciplina partidária na observação do programa, da crítica e da autocrítica de cada seção e dos militantes, em função de fortalecer a reconstrução da IV Internacional.

O estudo foi finalizado com a leitura dos Manifestos em defesa do povo palestino e sobre a guerra na Ucrânia. A Regional Norte do partido, assim, homenageia o camarada Lora, com esse estudo, visando fortalecer nossa militância e, conseqüentemente, fortalecer a construção do POR nessa região brasileira.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Bolívia

15 Anos após a morte do camarada Guillermo Lora



No dia 17 de maio de 2009, quando o POR encerrou sua Conferência entre dois Congressos em Cochabamba, de madrugada, recebemos a notícia da morte de Guillermo, vítima de um câncer que finalmente ceifou sua vida.

Já na cidade de La Paz, os poristas, em seu féretro, salientaram que a sua morte não significaria a morte do POR, como todos os nossos inimigos esperavam que acontecesse. A solidez do POR reside na força do seu Programa revolucionário, ao contrário dos Partidos da fluída “esquerda” reformista, defensora da ordem burguesa.

Passados estes 15 anos, o POR é o único Partido com vigência política revolucionária no campo da esquerda e uma referência clara para as massas e o proletariado no seu processo de recuperação das bandeiras da luta revolucionária, marcado pela Tese Pulacayo, pela instauração do Governo Operário-Camponês e de todos os oprimidos, como resposta necessária ao atraso e à miséria que condena os explorados bolivianos à ordem social burguesa, lacaia do imperialismo.

A nossa revolução, dirigida pelo proletariado, será uma avançada na luta de todos os povos oprimidos para acabar com a barbárie capitalista e para a construção da nova sociedade socialista baseada na propriedade social dos grandes meios de produção.

Esta é a nossa melhor homenagem, camarada Guillermo: seguimos firmes na trincheira revolucionária, lutando sem quartel contra o reformismo masista que está morrendo de podre, como o camarada apontou que aconteceria, dado o respeito de Evo, o imposto indígena, pela grande propriedade privada.

A seguir, reproduzimos parte do prólogo do livro “Guillermo Lora Revolucionário Profissional”, publicado em maio de 2010.

“Guillermo disse que melhor do que qualquer romance era ler as biografias dos grandes revolucionários da história.

“Quando lhe perguntaram uma vez se escreveria sua autobiografia, ele disse que não, que parecia pedante.

“É uma pena, porque priva aqueles de nós que carecem do prazer de ler e aprender sobre sua fascinante vida como revolucionário profissional.

“Guillermo se coloca ao nível dos grandes marxistas do mundo na medida em que assumiu plenamente a profissão de revolucionário. Foi ativista, agitador, publicitário, pesquisador, teórico e estudioso apaixonado pela realidade social boliviana. Afirmava que não era possível ser um verdadeiro revolucionário e, conseqüentemente, agir corretamente se não se conhecesse a fundo a realidade social com todas as suas particularidades originais.

“Ser um revolucionário profissional não significa viver da política em nome do drama social, prática tão comum entre os “esquerdistas” em nosso meio. Ser um revolucionário profissional é dedicar toda a nossa capacidade e tempo à causa da luta revolucionária dos oprimidos e da classe operária, como sua vanguarda.

“O objetivo: transformar a sociedade e fazer surgir a nova sociedade, a sociedade socialista, rumo à comunista (baseada na propriedade social dos grandes meios de produção), superior em todos os aspectos ao capitalismo atual em declínio total. A nova sociedade para a qual a sociedade atual amadureceu materialmente dará ao ser humano a oportunidade de desenvolver plenamente todas as suas capacidades individuais, hoje anuladas pela exploração burguesa que condena a grande maioria dos 6,5 mil milhões de pessoas que habitam este planeta sobrecarregado (de acordo com dados atuais já seríamos quase 8.000 milhões de N.R.), viver todos os dias lutando como feras (validando a lei animal da selva) para conseguir um pedaço de pão para si e suas famílias, enquanto um punhado insignificante em número se concentra e detém a maior parte de toda a riqueza do mundo ...”

(Extraído do Jornal Massas, nº 2789, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)





EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 20 - 15/5/2024



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

7 meses de guerra na Faixa de Gaza

Viva a resistência heroica do povo palestino!

Fora o Estado de Israel da Faixa de Gaza!

Enfrentar o colonialismo sionista com o programa e os métodos de luta da classe operária

Derrotar a política imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio

O heroísmo dos palestinos da Faixa de Gaza é evidenciado pela carnificina, pelos escombros e pela fome. É evidenciado pelas gigantescas filas de crianças, homens e mulheres à procura de um prato de comida. É evidenciado pelos milhares e milhares de deslocados e de refugiados em seu próprio território. É evidenciado pela dor das famílias que perdem os pais, mães e filhos. É evidenciado pela multidão de órfãos e por milhares de famílias destruídas.

São sete meses de bombardeios incessantes. São sete meses de invasão com tanques, varredura e confinamento coletivo. As massas palestinas da Faixa de Gaza suportam uma guerra com seus próprios corpos. São sete meses de fúria militar desfechada pelo Estado sionista, sem que pudesse ter atingido o objetivo de liquidar o Hamas e outras organizações da resistência armada. É uma demonstração de heroísmo do povo palestino em proteger aqueles que vêm lutando pelo fim da opressão sionista e pelo direito à autodeterminação. Os seus algozes agem calculadamente para romper a unidade nacional do povo palestino e colocá-lo de joelhos diante do Estado de Israel. Os palestinos de Gaza não entregam o Hamas.

O governo de Netanyahu justifica a matança com um argumento típico do opressor. Anunciou desde o primeiro dia da intervenção militar que fulminaria os civis desarmados, destruiria habitações e não pouparia nem mesmo hospitais. Essa é a política de guerra para alcançar o Hamas, que se constituiu como governo e organizou a resistência armada profundamente imerso na população. Os sionistas tiveram e têm a seu favor o fato de o Hamas não ter armado as massas. Mesmo assim os palestinos e sua resistência armada compõem, diante do colonizador imperialista, fundidos como carne e unha, sob a bandeira da existência nacional e por sua libertação marcada por mais de setenta anos de luta. A maioria dos países e de distintos governos reconhecem o genocídio na Faixa de Gaza. Os Estados Unidos e aliados já não têm como se valerem do falso argumento do direito do Estado de Israel de se defender.

O Hamas, como força de resistência armada, não tem como oferecer um perigo ao domínio sionista, e impedir que seja mantido o cerco à Faixa de Gaza e a implantação do colonato na Cisjordânia. O governo de Netanyahu aproveitou a operação militar do Hamas em 7 de outubro para avançar com a política de anexação do pouco que resta do território palestino. As guer-

ras entre Estados e confrontos armados na forma de guerra civil estão na base da implantação do Estado sionista e da expulsão dos palestinos de suas terras. Era previsível que se chegasse a um massacre tão amplo como o que já atingiu os palestinos da Faixa de Gaza, de forma que, entre os 35 mil mortos, a maioria é de mulheres e crianças.

A prática de terror de Estado contra um povo desarmado faz parte do longo processo de domínio sionista sobre a Palestina. É visível que a destruição massiva de bens materiais e vidas resulta dos meios e métodos de terror do Estado. Os Estados Unidos são a garantia tanto dessa prática quanto de sua defesa ideológica. O Estado de Israel desde o início foi financiado pelo Tesouro dos Estados Unidos e armado pela indústria bélica norte-americana. Foi parido pelas mãos do imperialismo em 1948, como parte da nova divisão do mundo resultante da Segunda Guerra Mundial. E foi se tornando a quarta potência mundial em capacidade bélica graças à paternidade dos Estados Unidos, que assentaram profundamente sua hegemonia no Oriente Médio e enraizaram seus interesses nos vastos lençóis de petróleo e na posição geopolítica da região.

As vitórias dos Estados Unidos por meio do Estado sionista nas guerras de 1949, 1967 e 1973 contra uma aliança de países opositores à implantação do Estado de Israel foi a condição para domesticar e desintegrar em grande medida o nacionalismo árabe. A tática de dividir para reinar foi bem-sucedida, mas não o suficiente para liquidar a resistência dos palestinos e suplantá-la as contradições entre os Estados nacionais que se ergueram após a queda do Império Otomano na primeira guerra mundial. Há que se reconhecer a importância da derrota dos sionistas em anexar o Líbano em 1982 e 2006. Derrota que obstaculizou o avanço das anexações. O fortalecimento do Hezbollah foi importante para a resistência armada do nacionalismo típico das nações oprimidas diante do poderoso Estado sionista e do amplo intervencionismo norte-americano. A Síria perdeu parte de seu território – as Colinas de Golan – na guerra dos Seis Dias, em 1967. O que enfraqueceu, por sua vez, a resistência em torno ao controle sionista da Palestina. A guerra civil, iniciada em 2011 e internacionalizada pelo intervencionismo dos Estados Unidos, Rússia e Turquia, destruiu a Síria de tal forma que não tem capacidade de reagir minimamente aos ataques de Israel em seu território. O Irã se constituiu no principal pilar da resis-

tência nacionalista ao domínio norte-americano e ao expansionismo de Israel. O bloco liderado pela Arábia Saudita – Egito, Jordânia, Emirados Árabes etc. – vem garantindo a hegemonia dos Estados Unidos no Oriente Médio, de forma que serve de auxiliar aos objetivos do Estado de Israel de ampliar o controle territorial da Palestina e combater a ascendência do Irã.

Preveno a ocupação genocida da Faixa de Gaza e seus reflexos nas relações entre os alinhamentos no Oriente Médio, os Estados Unidos enviaram o seu mais poderoso porta-aviões, o USS Gerald R. Ford, para o Mediterrâneo, ameaçando o Irã e seus aliados. Israel e a aliança imperialista responsabilizam os iranianos pela resistência armada dos palestinos, libaneses, sírios, iemenitas e iraquianos xiitas. Na realidade, a responsabilidade tanto pela tragédia quanto pela resistência heroica dos palestinos na Faixa de Gaza cabe inteiramente aos Estados Unidos e às décadas de terror sionista. Israel fez uma declaração de guerra ao Irã e à Síria ao bombardear a embaixada iraniana em Damasco, matando vários oficiais de sua Guarda Revolucionária. A resposta comedida do Irã indicou que não iria à guerra em resposta à provocação sionista. No entanto, o conflito evidenciou o quanto os Estados Unidos, sob a direção do democrata Biden, fizeram da guerra na Faixa de Gaza um instrumento de afirmação de sua hegemonia no Oriente Médio e de ameaça à presença mais ostensiva da China na região.

A amplitude da carnificina, o prolongamento da invasão das Forças de Segurança de Israel e a perseverança do Hamas têm profundas raízes na crise mundial do capitalismo e na consequente escalada militar, que ganhou força desde a guerra na Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022. Não seria possível aos palestinos da Faixa de Gaza suportarem tamanha prepotência e ferocidade do Estado sionista se não fossem as contradições gerais do capitalismo, que se afunda em sua crise estrutural, histórica. Nota-se, inclusive, seus reflexos na ONU, onde os Estados Unidos, Israel e seus aliados se acham em minoria diante da condenação do genocídio. O mesmo se manifestou no Tribunal de Haia que protegeu os genocidas negando a abertura de um processo instaurado pela África do Sul. Os Estados Unidos não têm como se livrar do tribunal da história. A discussão sobre o uso das armas norte-americanas para a realização do genocídio se tornou inevitável no interior da própria potência.

A dissolução dos acampamentos e manifestações estudantis em todo o país por meio da força policial respondeu às bandeiras que apontam a responsabilidade das próprias universidades de servirem de instrumentos ao Estado sionista.

Democratas e Republicanos, que disputam acirradamente as eleições presidenciais, se uniram para calar a voz dos estudantes, que poderia se ampliar para os trabalhadores e, em particular, para a classe operária. Aprovaram mais recursos para Israel, bem como para a Ucrânia e Taiwan. Esse acordo segue a necessidade da maior potência imperialista se preparar para uma situação de guerra que a envolva diretamente com a China e a Rússia, dois países que deram curso à restauração capitalista. Não por acaso, Taiwan ressurgiu como um elo da guerra comercial dos Estados Unidos com a China no Oriente, interligando-se com a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Esse marco geral determina a gravidade do aprofundamento dos desequilíbrios no Oriente Médio, cuja invasão da Faixa de Gaza expôs a ponta de um iceberg.

Os povos oprimidos e saqueados pelas potências imperialistas, bem como a maioria explorada constituída de trabalhadores, estão diante de uma tendência geral de choques bélicos, que apenas apresentam os sinais da barbárie capitalista que vem se acumulando de crise em crise, de guerra em guerra, que têm ocorrido desde meados dos anos de 1970. Esse acúmulo quanti-

tativo pode se transformar em qualitativo se os Estados Unidos avançarem em seu objetivo de enfrentar a crise mundial e seu próprio declínio com os meios e métodos de guerra que envolvam potências militares, como a China e a Rússia. As frações do imperialismo podem retardar ou acelerar o processo da escalada militar. Mas, está explícito que o curso geral é o da sobreposição do militarismo sobre a diplomacia.

As inúmeras manifestações de massa em todo o mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza respondem em certo sentido ao agravamento dos conflitos mundiais. Trata-se de um alinhamento dos explorados e de nações oprimidas contra a ofensiva do imperialismo no terreno da escalada militar. Trata-se de um movimento das massas no horizonte da luta anti-imperialista e anticapitalista. Os protestos nas potências europeias e nos Estados Unidos pelo fim do genocídio e pela autodeterminação do povo palestino confluem com a resistência heroica dos palestinos de Gaza. Condenam instintivamente o sionismo e rechaçam a sustentação que os Estados Unidos lhe dão. Trata-se ainda de uma tendência débil de combate das massas se se considerar a dimensão da crise mundial e a escalada bélica. A debilidade se deve à crise revolucionária de direção, que se manifestou principalmente desde o período da Segunda Guerra Mundial e que se estampou na liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

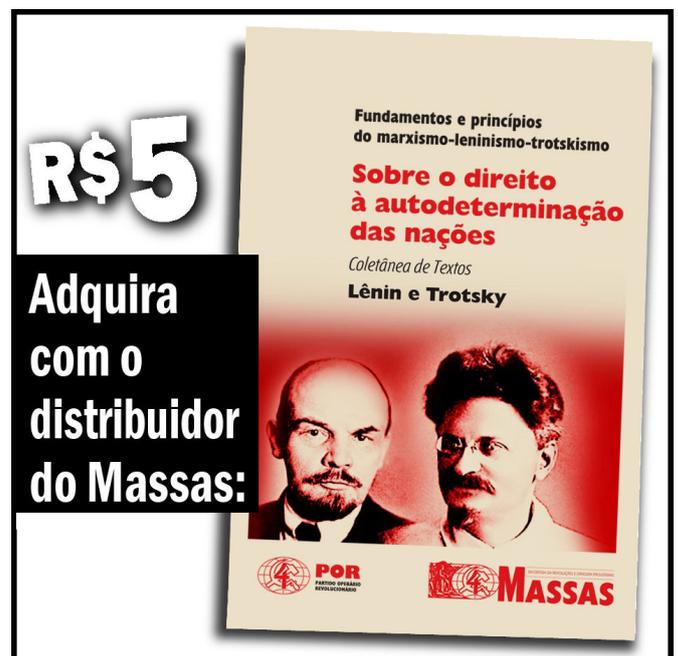
A resistência heroica do povo palestino e o movimento anti-imperialista são a base para uma nova etapa de luta pela superação da crise de direção. As conquistas programáticas do proletariado estão historicamente intactas e emergem em meio à decomposição do capitalismo e ao sofrimento imposto às massas. Em sua essência, correspondem ao programa da revolução social e do internacionalismo marxista-leninista-trotskyista. O Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem se esforçado ao máximo para desenvolver a estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio e de uma República socialista na Palestina.

Viva a resistência heroica do povo palestino!

Viva a luta pela autodeterminação das nações oprimidas!

Viva a luta anti-imperialista e anticapitalista!

Lutemos pela libertação do povo palestino sob o programa da revolução social!



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Palestina - 76 nos da Nakba

Intervenção do POR nos atos da Palestina

São Paulo

Grande manifestação contra o genocídio do povo palestino defende o cessar-fogo imediato em Gaza

No dia 15 de maio, completaram-se 76 anos da Nakba, a catástrofe palestina, quando mais de um milhão de pessoas tiveram de deixar suas terras e suas casas devido a ocupação sionista da Palestina. A catástrofe palestina não parou desde aquela data, mas seguiu em ritmos mais acelerados ou mais lentos nos diversos períodos históricos. Nos últimos sete meses, a Nakba ganhou uma face ainda mais cruel e mais bárbara, com o genocídio de Israel sobre a Faixa de Gaza. Os números atuais já superaram “A Catástrofe” de 1948.

Em São Paulo, a Frente Palestina em unidade com outras organizações como o MST, MTST e sindicatos chamaram uma manifestação para marcar essa importante data e exigir o cessar-fogo imediato em Gaza, fim do genocídio e retirada das tropas israelenses das terras palestinas. Foi uma grande manifestação, talvez uma das maiores no Brasil desde 7 de outubro de 2023. Uma conquista na luta em defesa do povo palestino, que conta com sua expressão mais concreta nas grandes manifestações, bloqueios e ocupações que têm acontecido pelo mundo todo.

Essas manifestações pelo mundo fora estão expressando o germe de uma luta anti-imperialista. Em sua maioria, são categóricas em afirmar que é o imperialismo estadunidense e europeu os principais responsáveis pelo genocídio dos palestinos e por toda a opressão sofrida pelos povos do Oriente Médio. O obstáculo que se coloca entre essas manifestações e a luta anti-imperialista plena, com os meios e métodos da luta de classe, é a crise de direção revolucionária do proletariado.

A manifestação do dia 15 em São Paulo contou com um número considerável de operários e trabalhadores explorados trazidos pelas grandes organizações e sindicatos, mas ainda controlados pela política governista e pacifista dessas entidades. A manifestação marchou do MASP, na Av. Paulista, até a praça Roosevelt, na Consolação. Foi bastante democrática permitindo com que todas as organizações que quisessem fazer uso da palavra no carro de som pudessem fazê-lo, mas claro, contou com o oportunismo de parlamentares do PT, PSOL e PCdoB que se aproveitaram para fazer longos discursos, espremendo o tempo de diversas organizações no final do ato. A essência das palavras de ordem, ou seja, o conteúdo político geral do ato foi de defesa da Palestina e da sobrevivência dos palestinos através de um cessar-fogo imediato.

O POR interveio na manifestação com o manifesto de 7 meses de guerra na Faixa de Gaza, intervenção no carro de som, bandeiras, cartazes e com o livro “Palestina: guerra na Faixa de Gaza e genocídio do povo palestino”, editado pelo partido em fevereiro. Em nossa intervenção expressamos a necessidade da luta pelo cessar-fogo e fim do genocídio, como reivindicações imediatas, que são determinadas pela orientação estratégica de uma Palestina socialista, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. A tarefa consiste, então, em superar a crise de direção do proletariado, que serve como freio na luta pela emancipação dos povos oprimidos do mundo todo, através das revoluções proletárias.

Intervenção do POR no ato

Viva a luta heroica do povo palestino!

Boa noite camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. E nós saudamos essa importante manifestação. Essa manifestação que marca os 76 anos da NAKBA, a catástrofe palestina. Que na verdade é a catástrofe da humanidade. A catástrofe que expulsou centenas e centenas de milhares de palestinos de suas terras, das suas casas, para que os Estados Unidos pudessem dominar aquela região, para que os Estados Unidos pudessem controlar o território e controlar os recursos naturais do Oriente Médio. Essa é a verdadeira essência da NAKBA.

Os Estados Unidos e o imperialismo, sim, o imperialismo é o grande responsável pelo massacre na Palestina. Não tenhamos dúvidas camaradas. O imperialismo é o responsável pela fome, pela miséria no mundo todo, pelo estrangulamento dos países atrasados, dos países pobres, pelas catástrofes naturais, como aquela que acontece no Rio Grande do Sul nesse momento. Sim, o imperialismo é o grande responsável. Por isso, a resposta coerente, a única resposta possível para combater o imperialismo é lutar sobre a bandeira de uma frente única anti-imperialista.

As esquerdas precisam retomar os seus métodos de luta, precisam retomar as bandeiras históricas da luta anti-imperialista e da revolução proletária. A Palestina será livre, mas não será livre pelas mãos da burguesia, não será livre pela mão da ONU, não será livre pelos governos burgueses. Será livre pela revolução proletária, será livre quando for socialista, quando for parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Essa é a orientação estratégica. E a esquerda precisa retomar as suas bandeiras históricas de luta.

Viva a luta heroica do povo palestino!



Pernambuco - Recife

Ato dos 76 anos da Nakba foi impedido de chegar ao Consulado por forte operação policial

No dia 15 de maio, completaram-se 76 anos da Nakba, a catástrofe palestina. Data de criação do Estado de Israel e expulsão de cerca de 800 mil palestinos de suas terras e casas. Completaram-se também 221 dias de ofensiva de Israel após 7 de outubro, com bombardeios que mataram cerca de 35 mil palestinos, dos quais a maioria é de mulheres e crianças.

No Recife, foi realizado um ato que agregou várias forças políticas que constroem o Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. Havia expectativa de maior adesão, considerando a aprovação da incorporação do ato na programação das greves dos Comandos Locais de Greve (CLG) dos docentes, técnicos e estudantes da UFPE e dos estudantes do IFPE. Porém, a adesão, sobretudo de docentes e técnicos, foi inexpressiva. Ao mesmo tempo, permanece a postura das direções de centrais, sindicatos e entidades estudantis de irem, no máximo, com uma representação, mantendo a classe operária, os camponeses e a juventude, à margem da luta contra o genocídio.

Uma companheira da Corrente Proletária a saudação em nome do CLG dos docentes da UFPE mostrando que, assim como a luta pela autodeterminação do povo palestino, também é anti-imperialista a luta contra o arrocho salarial e os cortes no orçamento da educação. O governo age para favorecer o capital financeiro, o pagamento da dívida pública. Por isso, precisamos recorrer aos métodos da luta de classes. Um companheiro do CLG Estudantil da UFPE ressaltou os impactos do corte de orçamento na vida da juventude pobre e até mesmo nas condições de alimentação e manifestou seu apoio à resistência do povo palestino. Outra companheira da Corrente Proletária fez a fala em nome do CLG do IFPE de Barreiros, defendendo a frente única anti-imperialista para defender nas ruas o povo palestino e os direitos dos trabalhadores. A fala da Faíska denunciou o imobilismo da UNE na greve e na questão palestina. Mesmo sem construir o ato, a UJS/UNE brotou com uma grande faixa. Tirou suas fotos, fez falas demagógicas de que estão exigindo da reitoria a ruptura com Israel, quando na verdade são completamente submetidos ao reitor da UFPE.

Sayid Tenório, vice-presidente do Instituto Brasil Palestina fez uma fala explicando o que foi a Nakba e como o imperialismo inglês foi decisivo para a implantação do sionismo no território palestino. Houve também diversas falas das organizações políticas, dentre elas a do POR, que também atuou por meio de seu manifesto com as seguintes bandeiras “Viva a resistência heroica do povo palestino! Fora o Estado de Israel da Faixa de Gaza!

Enfrentar o colonialismo sionista com o programa e os métodos de luta da classe operária! Derrotar a política imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio!”

O ato foi aguerrido, mantendo palavras de ordem do início ao fim. Ao chegar ao Consulado dos Estados Unidos havia um bloqueio com muitos policiais e viaturas, que fechavam as vias em mais de um ponto e cercaram o ato que, a essa altura, após enfrentar chuva no caminho, já estava mais reduzido. Os policiais informaram que a ordem veio “de cima”, mas não deram mais detalhes. Sabe-se, porém, que a vice governadora Priscila Krause, do Cidadania, é sionista. Em outros atos, mesmo no Consulado, nunca houve tantos efetivos policiais.

Diante da polícia, os manifestantes gritavam palavras de ordem como “Chega de chacina, PM na favela e Israel na Palestina”, “Que vergonha deve ser, reprimir trabalhador para ter o que comer” e “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”. Um militante do PSTU, que estava na condução das falas do carro de som, ficou usando sua posição de organizador destacado pelo comitê para repetir a posição política de seu partido, fazendo apelos aos policiais como trabalhadores, oprimidos etc. Após várias falas nesse sentido, em contradição com o que as palavras de ordem expressavam, no momento em que repetiu a mesma fala, mas em nome do PSTU, a juventude passou a gritar “PSTU, vai tomar ...”. Uma expressão despolitizada que teve como conteúdo, porém, o rechaço à linha de que os policiais são trabalhadores, ocultando o caráter de braço armado do Estado burguês. Enquanto o militante do PSTU falava no carro, militantes do PCO subiram e usaram um megafone diretamente no ouvido do orador. Uma atitude agressiva que deve ser rechaçada. Depois um orador do PCO puxou a palavra de ordem “Chega de caô, policial não é trabalhador”. Esse desfecho, em que o PSTU usou a condução do ato, delegada pelo coletivo, para sobrepor às palavras de ordem, sua linha sobre as polícias; o xingamento por parte de setores da juventude, sobretudo o Manguê Vermelho e o Ventania (agrupamentos da Nova Democracia); e a postura agressiva do PCO certamente serão fatores para acentuar a desagregação do Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. Teremos de redobrar os esforços para fortalecer a ação unitária e continuar a exigir dos sindicatos, não só apoio material, mas compromisso político com a causa palestina.

São Paulo – ABC

Debate na UFABC: 6 meses de genocídio do povo palestino

Como parte das atividades de Greve dos TAEs da UFABC, em 12 de abril, ocorreu, no campus São Bernardo do Campo, o debate sobre os 6 meses de genocídio do povo palestino, contando com a participação do POR, da UP e de sindicalistas. Levantaram-se diversos fatores históricos, econômicos, étnicos, políticos e geográficos. Abaixo, apresentamos uma síntese do debate.

O genocídio do povo palestino se dá no contexto do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, com destaque para as fronteiras nacionais, e da luta pela revolução proletária mundial. O alto nível de produção obriga a expansão do capitalismo, a fim de conquistar novos mercados, e as fronteiras compõem como um obstáculo. Baseado na propriedade privada dos meios de produção, inclusive das terras, o modo de produção capitalista se desenvolveu no marco dos Estados Nacionais, com certos limites geográficos, econômicos e políticos. Tais fronteiras são estabelecidas de acordo com o acúmulo de riquezas e de forças, de maneira que as potências e, sobretudo, as imperialistas, definem o equilíbrio no sistema internacional, partilhando a dominação sobre as nações. O mapa do continente africano é exemplar.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.





O Estado sionista de Israel foi imposto pela ONU em 1948, quando já havia passado a época de constituição dos Estados-Nação. Forjado de fora para dentro, após décadas de movimentação do nacionalismo imperialista da burguesia judia, ligada ao capital financeiro internacional, sem pretensão de resolver o problema das diversas diásporas de judeus espalhados pelo mundo, o Estado sionista e colonialista representou a criação de um enclave do imperialismo no Oriente Médio. Sua natureza colonialista levou ao expansionismo pelas armas. Apesar de ser uma ultraminoria

na região, os israelitas possuem grande poder econômico, político e cultural, e apoio da burguesia imperialista, de maneira que se veem livres para expandirem sistematicamente o Estado sionista com base na dominação de nacionalidades oprimidas, por meio de colonização, ocupação, repressão, assassinatos, prisões, guerras etc.

O genocídio do povo palestino não começou há seis meses. Remonta ao início do século XX. Essa constatação histórica permite mostrar as hipocrisias dos sionistas, como a de chamar os grupos árabes armados de terroristas, sendo que impulsionavam a organização sionista paramilitar Haganah antes de se constituírem como Estado e criarem as Forças de Defesa de Israel. Os explorados devem condenar a hipocrisia da burguesia e da imprensa monopolista, e não a resistência dos oprimidos. Os palestinos e demais povos oprimidos resistem ao imperialismo como podem, inclusive sob a condição de crise de direção revolucionária.

Nesses seis meses, aprofundou-se a barbárie e o genocídio. Os sionistas atiraram mais de 5.000 bombas sobre a Faixa de Gaza, o que equivale a aproximadamente duas bombas nucleares despejadas em um espaço geográfico do tamanho da cidade de Diadema. O ataque de Israel à embaixada do Irã na Síria assinalou a tendência de generalização do conflito no Oriente Médio. É preciso impulsionar a resistência massiva e construir a Frente Única Anti-imperialista, como parte da luta pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, pela constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio e construção da revolução mundial, única capaz de construir um mundo sem fronteiras e sem exploração.

Argentina

Um balanço da greve do dia 9 e do plano de luta contra o governo das grandes corporações e do imperialismo

Enorme greve nacional da CGT e dos CTAs. É um grande golpe para o governo, para o grande capital e também para os governadores e legisladores que apoiam o governo. Mais contundente que o anterior, em 24 de janeiro.

Foi uma greve política. Isso atinge a burguesia porque os trabalhadores foram capazes de atacar como um só punho, expressando a necessidade de resistir a um ataque generalizado a todos os oprimidos. Um golpe à queda brutal provocada na economia, à destruição massiva das forças produtivas, aos mais de 200 mil demitidos, aos milhares de trabalhadores suspensos, e os que estão sob ameaça de perder o emprego, ao freio às obras públicas, à queda do poder de compra dos salários, as aposentadorias e planos, piores que uma guerra, piores que a pandemia. É a resposta ao saque flagrante do nosso país, à privatização das empresas estatais.

A importância política da greve é reforçada por ter derrotado as ameaças de repressão e sanções econômicas contra os grevistas.

A greve de 9 de maio faz parte de um plano de luta que começou no dia 20 de dezembro na Praça de Maio, enfrentando o Protocolo repressivo, com os massivos caçarolaços em todo o país, a mobilização da CGT aos Tribunais do dia 27, a greve de 24 de janeiro, as mobilizações massivas de organizações de desempregados exigindo alimentos para os refeitórios populares, contra o cancelamento indiscriminado de planos; as mobilizações de 8 de março, 24 de março, 23 de abril em defesa das universidades.

A greve é o método mais importante da classe operária, questiona a propriedade privada, o Estado, torna visível quem produz



a riqueza, por isso dizem que um dia de greve “custa ao país 1.500 milhões de dólares”. Durante a greve, os trabalhadores agiram coletivamente, como classe. É por isso que devemos cuidar desse método.

A mídia difundiu abusivamente a ideia de que muitos trabalhadores foram obrigados a parar porque não havia transporte e que muitos trabalhadores trabalhavam em lojas e quiosques. Escondem que muitos dos que foram trabalhar gostariam de aderir à greve, simpatizam com a medida e não pararam devido à forte coação exercida pelos empregadores, que recorreram ao medo de

sanções. É verdade que muitos trabalhadores informais, que vivem o dia a dia, podem ser prejudicados economicamente pelo desemprego, mas devem saber que só a luta do proletariado pode derrotar estas políticas que matam a maioria de fome e destroem empregos.

Não dizem que o transporte é utilizado como ferramenta de pressão do governo e das empresas para furar a greve, pressionando os trabalhadores para descumprirem a medida. Por isso, querem proibir medidas de combate no setor.

O fato de uma greve tão contundente ter sido convocada por direções desacreditadas devido ao seu colaboracionismo, em que os trabalhadores não confiam plenamente, reforça a importância da medida. Os trabalhadores reconhecem as suas organizações de classe e aí expressam a sua unidade independentemente de quem votou ou de suas predileções políticas ou religiosas.

A liderança da CGT mostra as suas limitações políticas quando pede que o governo mude de rumo, que “reconfigure a sua política de ajuste”. Não é possível corrigir a essência deste governo; é possível que ele mitigue alguns ajustes para tentar conter o surto popular, mas não mais que isso. Para acabar com a catástrofe social, temos de derrotar a política de Milei, o seu programa, e isso só pode ser alcançado continuando a luta, preparando a próxima greve e mobilização. Não é exigindo que os partidos patronais da “oposição” se unam numa grande frente para vencer as próximas eleições.

Cada greve deve ser trabalhada, preparada, tomada com as próprias mãos para que seja cada vez mais eficaz. É muito importante fazer uma avaliação completa de todas as lutas que temos travado, de como conseguimos fazer recuar o governo, para definirmos como continuaremos até derrotarmos esta política. Temos de chamar para fazer um balanço no local de trabalho, objetivando o fortalecimento dos laços da unidade e a discussão nas assembleias, bem como decidir sobre a continuidade da luta e garantir que as greves sejam cada vez mais massivas e contundentes e que o plano de luta tenha maior clareza de ideias.

Derrotar a política de Milei é derrotar as grandes corporações que organizam as suas políticas, é derrotar o FMI e o seu programa, é ignorar a dívida externa fraudulenta e impagável. É recuperar o petróleo e o gás, o lítio e o cobre, as grandes propriedades agrícolas, o mar e os rios, para promover a industrialização do país. Estão nos fazendo pagar pelos alimentos e pela energia, como se fossem importados pelas multinacionais e não extraídos por dois pesos das entranhas da nossa terra.

É claro que esta resposta só pode ser imposta pela classe operária ao governo, dirigindo a maioria oprimida numa frente única anti-imperialista. Será o produto da grande revolta nacional, nunca através de leis ou constituintes. Essa é a perspectiva. Essa é a saída para tal crise do capitalismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 456, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Entrevista/Live do POR argentino

A ultra direita nos governos As massas se direitizam?

Atílio de Castro e Ramón Basko

Ursula: A vitória do Milei coloca a questão de se se trata de um fenômeno particular da Argentina ou se é um problema internacional. Quais são as diferenças com Temer, Bolsonaro ou com alguns casos na Europa. Queremos perguntar sua opinião sobre se o ascenso do Milei é parte de uma tendência internacional ou é uma particularidade argentina?

Atílio: É uma pergunta muito importante, pois, muitas vezes, se procura circunscrever os fenômenos de um país como se fossem exclusivos - sem relação com a situação mundial - com a situação dos nossos países. Principalmente, tratando-se de um governo importante para a América Latina. O governo da Argentina expressa relações muito profundas na América Latina, portanto não é uma questão exclusivamente argentina. Assim como o Brasil, devido à importância continental que tem a sua economia mais avançada, do ponto de vista capitalista, em relação a outros países da América Latina, que são mais atrasados quanto ao seu desenvolvimento econômico. Argentina, Brasil e México, tratando-se mais amplamente, são pilares da economia latino-americana. E Argentina é estratégica, pois é um país que tem influência política e econômica na América Latina. Chama sempre a atenção do imperialismo, devido à importância que tem para as potências controlarem suas economias mais estratégicas. Então esta pergunta me parece pertinente e importante.

Aqui, no Brasil, estamos acompanhando com muito cuidado o que ocorre na Argentina, precisamente porque o governo ultradireitista que sucedeu ao de Fernández é uma demonstração de como o nacionalismo burguês - já muito decomposto na Argentina, assim como o reformismo do PT no Brasil, também muito decomposto - acaba cedendo lugar a governos de ultradireita, não

são governos de direita, são governos de ultradireita. E o que caracteriza esses governos de ultradireita é a sua tendência fascitizante, embora o fenômeno do fascismo nos países semicoloniais não seja precisamente igual ao fascismo e ao nazismo dos países imperialistas, como foi o da Alemanha, mas tem traços e características fascitizantes, que são reflexos do fascismo mundial, ou seja, reflexos do fascismo originalmente de países como o da Alemanha e outros, que, no seu devido momento, expressaram a decomposição do capitalismo.

Percebe-se que este governo (Milei) não é um fenômeno isolado, nem na América Latina nem no plano mundial, porque em países europeus também as tendências fascitizantes vêm se fortalecendo. E têm em comum o fato de as democracias dos países mais avançados serem democracias que já não podem responder aos grandes problemas do capitalismo, e nos quais as contradições se manifestam na forma de luta de classes muito profundas. E essas tendências da luta de classes vão suscitando as tendências direitistas é ultradireitista, que contêm traços fascitizantes. Então, me parece muito importante este fenômeno do Milei. Comparando com Bolsonaro no Brasil, Milei é mais acentuadamente fascitizante. Tanto é assim que Milei, ao ser eleito, imediatamente se colocou a tarefa de reprimir as massas, de impedir pela força policial a resistência das massas que era previsível, uma vez que seu plano anunciado, o Plano Ônibus, era e é muito violento. Se comparado com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, quando se tentou equilibrar a economia entre 1993 e 1994, que também se achava em uma crise muito semelhante a esta da Argentina, trata-se de plano de ataque tão profundo à economia nacional de um lado e contra as massas, do outro. Então há uma

combinação de um ataque à economia nacional e um ataque à vida das massas. Este fenômeno provocou a eleição do Milei que se apoia em tendências fascizantes existentes no seio da burguesia internacional e nacional. O que não se passou com o governo de Fernando Henrique Cardoso que assumiu feições social-democratas. Já o governo de Bolsonaro não apenas não se identificava com o democratismo social-democrata como o rejeitava e abraçava as tendências fascizantes. Nota-se que as formas do regime político variam conforme a situação da crise econômica e da polarização das classes sociais.

Ursula: A que nos referimos quando falamos de ditadura civil? É uma caracterização que entre os setores de esquerda tampouco se conhecia, e nos perguntam de onde tiramos isso. Caracterizamos o governo de Milei de ditadura civil e assinalamos que tinha debilidades, o que era uma novidade,

Atílio: No Brasil essa formulação correspondeu a uma situação muito particular que foi o impeachment de Dilma Rousseff, que expressou um golpe institucional de Estado. Um golpe de Estado em que os militares não tomaram o poder. O poder se manteve nas mãos de civis, dos partidos opositores ao governo do PT. Portanto, foi um golpe de Estado, onde o governo que assumiu a continuidade da presidência da República foi um governo preposto, não foi eleito, foi um governo que se instituiu a partir de um golpe de Estado. Neste sentido muito particular, aqui, no Brasil, tivemos uma ditadura civil. Este é o sentido mais restrito, mais definido de uma ditadura civil, porque que não foi eleito, pelo contrário, tomou o lugar de um governo eleito, foi um governo não eleito, desse modo, ali estaria uma ditadura civil.

No Brasil se colocou desta maneira, mas comporta um sentido mais amplo, que devemos também considerar. E qual é o sentido mais amplo? Quando o governo eleito postula que seu plano econômico só pode ser implementado mediante a violência contra as massas, quando anuncia que está no poder para impor um plano custe o que custar e que é um governo que vai se assentar na polícia e nas forças armadas. Ou seja, a sua força política se ancora nas forças armadas e na polícia, e não na força tradicional dos partidos da burguesia, não se assenta nos partidos que já estavam no poder, necessita dessa força até para se impor aos partidos da oposição, que neste caso seriam os peronistas. E como Milei vai enfrentar os peronistas se está em minoria no Congresso, em ultraminoria no Senado? Como se resolve a contradição dum governo que quer implantar um plano violento, quando não tem força política no Congresso nacional, então de se apoiar nas forças armadas e na polícia. Esta é a caracterização de um governo com tendências ditatoriais. Agora, se esta ditadura civil vai triunfar ou não é outro problema. Dependerá da correlação de forças. Temos observado o desenrolar do processo e notamos que Milei foi derrotado no Congresso Nacional em sua primeira tentativa, mas, agora está fazendo negociações para que os peronistas e outros membros da oposição acabem concordando com parte de seu plano e se consiga um mínimo de estabilidade política no país. Esta estabilidade política é um problema. É um problema para Milei e é um problema para os peronistas, porque o governo e o Congresso nacional estão enfrentando as massas. Não é só Milei que está enfrentado às massas. O Congresso está sob a pressão do proletariado, das classes médias, dos estudantes, dos professores, dos aposentados e outros. De modo que se pode caracterizar como uma ditadura civil, nesse sentido mais amplo.

Ursula: Nesse sentido Ramón, aproveito para perguntar se ganha importância caracterizar o governo como uma ditadura civil diante das greves gerais e do plano de lutas, porque não pode aplicar suas medidas, ou somente poderá aplicá-las se derrotar à classe operária, algo que não está ocorrendo, porque temos mobilizações, duas greves gerais que são históricas. Queria perguntar-lhe qual a sua opinião acerca desse movimento e como se relaciona com a ditadura civil, com a perda das formas democráticas,

desta democracia burguesa que a cada dia se despe da fantasia e aparece na sua forma mais descarnada, como é o caso do Milei.

Ramón: Me parece que esta definição que fez Atílio é muito importante. Nós caracterizamos logo de início que o governo de Milei era uma ditadura civil, porque, como disse Atílio, precisava do apoio da repressão para esmagar a resistência, para enfrentar as massas. É um governo que desde o início disse que iria governar de costas para o Congresso. Que não lhe importava o que o Congresso fizesse e que o seu primeiro DNU e sua lei Ônibus postulavam atribuições que passavam por cima da Constituição, ou seja, um governo que, para impor seu programa, precisa romper com a legalidade burguesa, com as formas democráticas. Colocou elementos do exército, das forças armadas no ministério da Segurança, nos serviços de inteligência, em postos-chaves do governo e tem reabilitado explicitamente a ditadura militar. Tem reivindicado os feitos dos militares, reivindicou a repressão, ou seja, se localiza claramente nesse terreno. Que consiga levar adiante é outra história, dependerá da correlação de forças, da luta de classe. Se chocou imediatamente com uma resistência muito forte.

Nós sempre damos especial atenção ao regime político. Sempre afirmamos que, sob formas democráticas ou formas militares, sempre se trata da ditadura de classe do capital. Mas, precisamos fazer precisões, por conta disto é que Atílio assinalava o caráter particular da ditadura civil. Nem todos os governos da democracia burguesa são iguais. Há governos de conciliação de classes que tentam amortecer a luta de classes, de atenuar de alguma maneira a opressão capitalista, e há governos que são de guerra contra os trabalhadores, que atacam com os métodos policiais os direitos e as conquistas. E temos de prestar atenção, neste caso, o que se passa com o governo Milei. Por quê? Na Argentina, o nacionalismo burguês tem afirmado que este é um governo legítimo e desde o princípio afirmaram que haveria que lhe garantir a governabilidade que havia que lhe conceder uns meses para que consiga provar a sua política. Nós dissemos de entrada que não reconhecemos nenhuma legitimidade a este governo que declara ser contra os trabalhadores e facilitador do saque do país. Este é um governo antinacional, antioperário e precisa dum regime repressivo para impor sua política. Nós não lhe garantiremos nenhuma governabilidade, pelo contrário, de entrada afirmamos que devemos derrotar esta política. Por isso é tão importante caracterizar o regime e por isso também estes setores peronistas ficaram relegados. É curioso isto. Com a derrota eleitoral, com o fracasso do governo de Fernández, até agora, não conseguem reagir. Porque, como assinalava Atílio, o peronismo é responsável que tenhamos hoje o Milei. Esta é, portanto, a importância de caracterizar o regime, contra o qual estamos em luta, porque isso nos leva a outro problema, que prefiro que Atílio o expresse, pois, de alguma maneira, eles o experimentaram antes, essa questão da defesa da democracia, a questão do impeachment, de votar nos candidatos do PT para impedir que ganhe Bolsonaro. Este problema de que não é com a defesa da democracia, de defesa das instituições que se irá combater estas tendências da ultra direita que têm traços fascista.

Ursula: Caiu muito bem esta sua colocação, porque pensava perguntar a Atílio sobre como se combate a ultradireita, pois vimos aqui na Argentina, no 24 de março [aniversário do último golpe militar], que a consigna principal foi a da defesa da democracia. Há muitos setores que a impulsionam – progressistas, peronistas. Dizem que temos que defender a democracia, então às vezes, até os partidos de esquerda ficam presos neste discurso e nós queremos te perguntar como combater à ultradireita no governo.

Atílio: Antes gostaria de comentar o que o camarada Ramón disse, pois me parece muito importante. Há que entender que Milei substituiu um governo que era de colaboração de classes. O governo de Fernández era um governo de colaboração de classes e este governo propôs romper com tudo que for de colaboração de classes. É uma diferença fundamental e isto tem a ver com o

problema da centralização do Estado, como o governo centraliza o Estado. Argentina vive uma crise que afeta a federação. Atinge os governadores das Províncias. As Províncias tiveram e têm um papel no processo de centralização do Estado. Trata-se de uma importante essa estrutura constituída pelo peronismo, que vem de muito antes. O governo de Milei é um governo que se propõe mudar essa estrutura, para fazê-lo, vai se apoiar em que forças políticas? Vai se apoiar nas forças armadas, na polícia e nos setores mais à direita da Argentina que, por sua vez, dependem do setor mais concentrado do capital financeiro e do capital agrário. Então, se vê que este é o problema da crise na Argentina. Agora, a pergunta é: como centralizar o Estado de tal forma que imponha um plano antinacional e antipopular tão profundo que sirva ao capital financeiro e ao imperialismo, porque esta é a maneira de encontrar uma saída provisória à crise argentina, que tem no seu centro a dívida externa, que pesa terrivelmente na vida nacional e é uma trava às forças produtivas argentinas, que, por seu turno, estão vinculadas à crise mundial do capitalismo. A crise da Argentina não é somente da Argentina. É também reflexo da crise da América Latina e de outras partes. Me parece que é importante o problema de substituição de um governo de colaboração de classes por um governo que se propõe romper a colaboração de classes e para isso tem que se apoiar nas forças armadas, nas forças brutas da burguesia e do imperialismo. Por isso me parece importante caracterizar uma ditadura civil.

E, justamente essa caracterização de ditadura civil nos ajuda a esclarecer o problema do regime político e que não se pode confundir com a democracia burguesa, porque o que se observa é que a democracia burguesa já não funciona, por isso é que deu lugar a uma ditadura civil, que poderia ser um governo bonapartista, ditatorial, não sei como será, mas é uma tendência deste governo. E me parece que já está fracassando porque a resistência das massas não lhe está permitindo fazer o percurso que estabeleceu. Então, todas as correntes que passam a fazer a defesa da democracia para derrotar o governo fascizante, o governo de ultradireitista, antidemocrático, na verdade estão fazendo a defesa de uma democracia em decomposição. Não estão fazendo a defesa de uma democracia em ascenso, de uma democracia que poderia servir para fazer algumas reformas progressivas do capitalismo. Não. Estão se submetendo a uma democracia em decomposição. Me parece importante isto porque esta democracia em decomposição é também uma democracia que favorece os interesses do imperialismo e favorece os interesses do capital financeiro. O capital financeiro se utiliza tanto da democracia em decomposição quanto dos governos de ditadura civil, dos governos ditatoriais. Tudo depende da situação econômica e da relação entre as classes na Argentina. Desse modo, me parece que rejeitar a bandeira de defesa da democracia é muito importante, e não ter nenhum temor. Aqui, no Brasil, enfrentamos esse problema de classe, não temos nenhum temor em rejeitar a bandeira estratégica de defesa da democracia, porque rejeitar o apoio à democracia não é apoiar o governo ultradireitista. Pelo contrário. Rejeitar a democracia é a única forma de lutar contra o governo ultradireitista. Por quê? Porque não se trata simplesmente de rejeitar a democracia burguesa, mas se trata de defender a estratégia do proletariado e a estratégia do proletariado é a da sua democracia, e a sua democracia implica a luta pela independência de classe, porque este é o problema do momento. O problema do momento é saber como o proletariado vai

desenvolver uma posição de independência de classe ou não. Se o proletariado desenvolve uma posição de independência de classe, emancipando-se do peronismo e constituindo o seu partido revolucionário, e, se não consegue, iremos marchar sob a democracia em decomposição. Por isso, há que rejeitar terminantemente a defesa da democracia, defender a estratégia do proletariado, a democracia proletária e a independência de classe nesta luta que está viva. É aí, nesta luta viva, onde o programa e as consignas emergem das massas, e estas consignas que emergem das massas temos de tomá-las em nossas mãos, interpretá-las e travar uma luta muito dura contra o governo fascizante, deixando bem claro que só o proletariado pode derrotar o governo fascizante, o governo de ditadura civil, somente o proletariado, e nenhuma outra força social, tem essa possibilidade. Me parece que esse é o fundamento de classe nesta luta, que agora tem um enorme valor programático para a nossa seção argentina e para o Comitê de Enlace.

Ursula: Retomando a pergunta que convocava esta conversa, queria perguntar a Ramón, diante do fato de tantas crises econômicas e de tanta crise social, muitos trabalhadores se perguntam por que ganha a ultradireita. Então, a primeira conclusão, talvez a mais rápida é: as massas se diretizam porque concluem diante de uma situação, no caso do governo de Fernández, ou da desilusão com o governo da Dilma no Brasil ou outras experiências, diante de governos que pareciam – entre aspas – de tinta progressistas, mas desastrosas, as massas acabam votando, por exemplo, em Milei. Então, que afirmamos nós diante desta pergunta, se as massas se diretizam. Isto demonstra que as massas se diretizam ou não?

Ramón: Isto é muito interessante. Nós afirmávamos, muito antes que triunfasse Milei, pois já existia este debate, inclusive setores da esquerda afirmavam que havia uma direitização das massas. Nós dizemos categoricamente que não! Que o que se podia observar era uma direitização dos governos, dos partidos, da burguesia e não das massas. As massas demonstraram imediatamente após o governo assumir que não estavam direitizadas. As massas saíram a enfrentar nos dez dias de governo, a enfrentar o governo na Praça de Maio. Muitos se surpreenderam porque pensaram que após a derrota eleitoral as massas não iriam reagir. As massas não se fizeram responsáveis pela derrota eleitoral. Isso foi uma derrota do peronismo. Não foi uma derrota das massas nas eleições. E aqui há um componente que nós vemos no voto a favor de Milei, que é um voto, principalmente por parte da juventude, um voto de repúdio ao sistema, repúdio ao eleitoralismo, repúdio à democracia. Estão fartos da mentira, da enrolação, do engano, da falsificação contra as massas. Se não enxergarmos este conteúdo no voto a favor de Milei, estaremos perdidos. Inclusive na greve geral de ontem ou na mobilização do 1º de maio se tem a resposta dos explorados. A greve de ontem foi extraordinária e paralisaram trabalhadores que seguramente votaram no Milei, assim como no 1º de maio se mobilizaram trabalhadores que votaram no Milei, porque odeiam a burocracia, odeiam o peronismo por todas suas tradições, então acreditaram que votando no Milei o estariam castigando. Este é um fenômeno complexo que, como dizia o camarada, temos de prestar muita atenção. Como transformar as reivindicações das massas em política revolucionária. Há setores que culpam às massas pela vitória do Milei, ao invés de culpar as direções políticas nacionalistas e reformistas. O expediente é: são as massas que se diretizaram.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

É tão importante a crise que atravessamos que esta política de incluir os militares na repressão interna fracassou. Os militares se negaram a somar-se à repressão interna com a ideia de que já tiveram uma experiência nefasta nos anos 1970 e não podem voltar a cumprir essa função. Os militares se negaram, porque queriam arrastá-los com o pretexto de combate ao narcotráfico, quiseram inclui-los na repressão interna. Esta era uma linha dos EUA, que os exércitos se somem à repressão interna, que desempenhem o papel da polícia. E este é um dado muito interessante. Se produziu uma crise nas forças armadas que não quiseram se somar à repressão interna. E se acrescenta outro fato mais. Esta política aberta de Milei de aliar-se com os EUA e de pedir para entrar na OTAN também provocou muito ruído nas forças armadas, muita rejeição porque, para nós, continua sendo – e também para as forças armadas – na questão das Malvinas, a questão da intervenção da OTAN, a base militar nas Malvinas é um tema muito delicado que fere muitas sensibilidades. Então, isto de que no aniversário da guerra das Malvinas Milei afirmasse que se associaria com os EUA no porto de Terra do Fogo foi um golpe muito grande porque estava na frente das Malvinas e perto da Antártida. Então, se trata de mais um fator de crise política.

Agora, quanto tem a ver a intervenção das massas nesta crise? Porque se as massas não tivessem intervindo, provavelmente todas estas crises no Congresso e com os governos provinciais não teriam ocorrido. Mas, estamos vivendo uma etapa de profunda crise política, e devemos prestar atenção a todos estes fenômenos. É muito importante isto que o camarada assinala: à direita, à ultra direita, às tendências fascistas só podemos derrotar com a política do proletariado. Não há nenhum caminho intermediário, mas, aqui, já estão trabalhando com a ideia de uma frente ampla que unifique todas as forças nacionalistas e reformistas, o mais amplamente possível, uma frente anti Milei. Nós afirmamos que este é o caminho da derrota, se repetiria a mesma coisa que já ocorreu antes com a frente anti Menem. Juntar todas as forças contra Milei, juntar todas as forças contra Macri, isso fracassa porque a classe operária se desfigura como classe. O caminho é o da luta de classes. É o caminho de ontem, o da greve geral que foi um golpe muito grande contra a burguesia, uma vez que foi uma greve unânime, foi multitudinária, foi extraordinária a greve geral na Argentina, e há uma vontade de continuar lutando para derrotar esta política do Milei. Esse é o caminho, não há outra via para derrotar a direita que não seja desenvolver a luta de classes e defender a estratégia do proletariado. A crise nos ajuda a mostrar que não há outra saída que não seja a da luta pelo nosso próprio poder, por desenvolver a tática da frente anti-imperialista, pois os oprimidos em geral somente vão encontrar a solução aos problemas democráticos, nacionais e sociais se se enfileirarem por detrás da classe operária e que a classe operária tem de conquistar a sua independência política, construir seu partido para tornar isto possível.

Ursula: Houve mobilizações muito grande na Tierra del Fuego, e me permito acrescentar ao que vocês vêm falando sobre uma diferença com relação ao fascismo, com o fascismo que eles não conseguem mobilizar os que eram chamados de camisas pretas nas ruas, eles não têm poder de mobilização. Milei não pode convocar mobilizações massivas em apoio ao seu governo. Ou seja, sua fortaleza está no apoio de um setor da burguesia ultra concentrado e das forças armadas, como dizia Atilio. Isso é muito importante também porque, quando a caracterização é errônea, e inclusive alguns partidos começam a caracterizar mal, a conclusão que tiram é que temos de nos juntar com todo o mundo em defesa da democracia. E para ir fechando, queria perguntar ao Atilio: assim como Milei é um fenômeno internacional e todos estão observando essa espécie de laboratório, pela contundência do ataque, como falávamos há alguns dias de suas propostas para a mineração, a reforma trabalhista e previdenciária, a venda de recursos naturais, a desintegração do Estado, assim como é um fenômeno internacional, a resposta que nós dermos também terá implicações

internacionais, ou seja, derrotar o plano de ajuste de Milei tem um impacto para a classe operária mundial, queria lhe pedir, para fechar com isso e depois também queria pedir ao Ramón concluísse especificando a questão da frente antiimperialista em oposição à frente popular, para esclarecer aos companheiros que não conhecem nosso programa.

Atilio: Gostaria de fazer uma contribuição, pois Ramón fez uma colocação muito importante e nós havíamos debatido numa reunião do Comitê de Enlace esse problema de se as massas iriam se deslocar à direita. E acrescentaria uma ideia que debatemos: que não podemos tomar as massas como sendo homogêneas. É importante entender que o proletariado jamais segue as tendências fascizantes, a direitaização. Inclusive, na Alemanha, a classe operária só foi derrotada devido às traições. Se não fossem as traições, a classe operária sempre estaria em choque com os fascistas, porque é evidente que os governos fascizantes são mais explícitos na sua política antioperária. Então a pequena burguesia, a classe média, a camada mais alta das classes médias, estas sim, tendem a alimentar as tendências fascizantes. Aqui no Brasil isso ficou muito claro com Temer e Bolsonaro. A classe média pode seguir a ultradireita acreditando que é o caminho favorável aos seus interesses. Então me parece que observar a diferença de classes neste embate é muito importante.

A tendência da classe operária na Argentina é de resistência aos ataques deste governo, que vai se chocar com esta ditadura civil, esta é a tendência. E aí está o problema das forças políticas que estão na oposição. Estas forças políticas são burguesas. São as mesmas que estavam no poder e que agora estão na oposição. Então essas forças políticas precisam aglutinar também parte da esquerda que estava na oposição ao governo de Fernández e esta parte da esquerda é a própria FIT, a Frente de Esquerda dos Trabalhadores. É preciso fazer um balanço da responsabilidade da frente de esquerda diante do fenômeno Milei, mas tem uma importância particular, pois, a via eleitoral, por mais esquerdista que seja está bloqueada. Não havia nenhuma possibilidade de, pela via eleitoral, se colocar um governo de esquerda democratizante que superasse o governo peronista de Fernández. Então, o que se colocava era o percurso da ultradireita encarnada por Milei. Por isso, as esquerdas, que tanto se submeteram à democracia em decomposição da Argentina, têm uma enorme responsabilidade que devemos estudar e expor criticamente. E, agora, não é difícil que uma parte procure uma frente com setores da própria burguesia em nome da defesa da democracia.

A última consideração, porque é importante esse tema para nós, para concluir, sobre este fenômeno internacional, é que notamos que Milei está expressando a fração internacional mais fascizante. Por isso é que Milei saiu em apoio a Israel, ao massacre dos palestinos. Por isso Milei busca rever os crimes da ditadura militar argentina. Por isso que sob Milei se voltou ao atentado da AMIA para dizer que na Argentina o antissemitismo continua vigente, então há toda uma ideologia da ultradireita que devemos prestar muita atenção. Não apenas no plano das ideias, mas na base material da ultradireita. O que nos interessa como marxistas é sempre identificar o conteúdo de classe, as bases materiais. E as bases materiais que hoje está impulsionando a ultradireita são a guerra na Faixa de Gaza, a guerra na Ucrânia, a guerra comercial. São as bases materiais que impulsionam estas frações, já que a burguesia democratizante não tem como resolver a crise mundial. Há uma grande cisão nas forças burguesas internacionais. Nós devemos lutar para aproveitar essas diferenças e as cisões no seio da burguesia para potenciar o campo da independência de classe. Então fortalecer a tese de que a classe operária, por mais retraída que esteja devido à crise de direção, é a classe revolucionária, e vai tomar a frente dos combates, no momento que não podemos saber a data exata, mas temos a certeza de que a classe operária tomará a frente da luta internacional e da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional.

Ramón: O camarada assinalou muito corretamente qual é a estratégia e a tendência.

Ursula: Creio que o tema com o que foi convocado o programa foi amplamente desenvolvido e seguramente abre mais aspectos porque nos permite mostrar nosso programa como partido operário revolucionário e que tem um ponto fundamental. Trata-se da Frente Revolucionária Anti-imperialista que seguramente retomaremos em algum outro encontro.

Ramón: Acerca do que dizias antes que a burguesia e o imperialismo se equivocam. Por exemplo, Macri fez um chamamento antes que Milei assumisse para uma mobilização dos que votaram no Milei para enfrentar os trabalhadores desempregados. Ele os chamava de “orcós”¹, pejorativamente, uma expressão racista contra os trabalhadores desempregados. Então ele alentava para que isso acontecesse, para que houvesse um choque, que isto ocorresse, sair a enfrentá-los nas ruas, para despejar os desempregados das ruas. Não conseguiram que nem mesmo um saísse para se chocar e enfrentar a mobilização. A segunda questão vinculada a isto é que no dia que assumiu o governo se pensava que haveria um milhão de pessoas na praça do Congresso. Não juntaram nem dez mil pessoas, foi um fracasso total. Isto dá a ideia de que não provocou nenhum entusiasmo entre as massas este discurso direitista. É o que você dizia, o chamamento que Macri fez para combater os desempregados na rua e para despejá-los pela força fracassou rotundamente. Não só fracassou em incorporar o exército, mas fracassou também na ideia de formar grupos de choques massivos contra os trabalhadores.

¹ ‘Orcó’, na mitologia romana, assim como na cultura popular geral, é um espírito de morte que habita o inferno.

Ursula: também mostra o quanto o voto é volátil, porque talvez os que votaram em Milei são os que agora estão mobilizando-se contra sua política.

Ramón: Sem dúvida! Na mobilização do 23 de abril, com um milhão de pessoas na rua, sem dúvida, havia um grande setor das classes médias que votou no Milei. Estavam presentes aí. Estão sofrendo em carne própria. Temos de trabalhar isso para provocar uma profunda ruptura com os partidos burgueses, com as correntes nacionalistas. Este é o trabalho.

Ursula: Muito bem. E também registramos aqui o que Atílio postula sobre a crítica à FIT, pois seguramente estará pensando se coloca de novo a proposta de Constituinte, ou que saída dá no marco das eleições burguesas a esta crise, por isso o POR vem combatendo fortemente e defendendo que a independência política da classe operária. Nada de substancial se pode conseguir sem a classe operária em luta. Por isso, informo aos companheiros que se conectaram hoje que nós, na última passeata, nos encarregamos como partido de panfletar as bases da burocracia, pois queremos disputar-lhe as bases e que não há outra forma de derrotar o ajuste e conquistar a independência da classe operária se não for com a classe operária. Não pode ser feito por um setor da esquerda, com um grupo, com uma coluna independente. Nós fomos aí e estivemos panfletando nas suas colunas e os trabalhadores aceitavam os panfletos – ao contrário do que alguns pensam – aceitavam os panfletos, queriam lê-los e inclusive se somavam também aos cantos de greve geral. De modo que devemos continuar explorando esse caminho. Essa é a forma de conseguir a independência política da classe operária.

Chile

Editorial - 1º de maio

Este 1º de Maio iniciamos lembrando os operários que dispuseram suas vidas, ao longo da história da classe operária nacional e mundial, enfrentando os donos dos meios de produção capitalista. Lembrando que arrancaram direitos em longos anos de luta, que serviram para melhorar as condições de vida da classe produtora de riqueza, a classe operária. Direitos à saúde, educação e outros que, atualmente, só beneficiam poucos, pois em meio à decadência do capitalismo e à corrupção vão se perdendo aos poucos.

Este 1º de Maio ressalta a traição do estalinismo, que restaurou o capitalismo no país dos soviets socialistas. O Estado operário e as nacionalizações foram um passo para iniciar a transição para uma sociedade comunista em nível internacional, sob a direção da classe operária revolucionária, unificada na internacional proletária, que foi a Terceira Internacional, dissolvida por Stalin e pela burocracia stalinista. Por isso, hoje, é necessário reconstruir a Quarta Internacional, dissolvida pela direção pseudotrotskista, centrada e democratizante, que se sujeitou às pressões do stalinismo, que erigiu como eixo político contrarrevolucionário, as chamadas Frentes Populares nacionalistas. Dessa forma, foi eliminada a principal e única arma de luta do proletariado internacional. No Chile, traíram a classe operária, da mesma forma que o fizeram internacionalmente. Alimentaram a ilusão de que através do voto e da democracia burguesa o socialismo poderia ser construído. Submeteram a classe operária e os oprimidos no mundo aos seus inimigos.

No Chile, ocorreu primeiro a traição da Frente Popular de Pedro Aguirre Cerda, um direitista radical, e a segunda traição foi realizada pela chamada Unidade Popular, do social-democrata Salvador Allende, apoiado por dois partidos operários, o PCCH stalinista e o PS social-democrata, dando lugar ao fascismo instau-

rado pelo governo militar de Augusto Pinochet. Hoje, sob o regime político burguês, um governo decadente e corrupto, tal qual os anteriores, o do presidente Gabriel Boric está em vigor. O governo da pequena burguesia, subserviente do capital transnacional, em conluio com o capital nacional, jamais conseguirá tirar o país do atraso. Jamais a burguesia chilena conseguirá resolver o problema da miséria e da fome, agravadas pela condição do Chile de nação oprimida e saqueada pelos países imperialistas.

A classe operária é a única classe revolucionária pelo lugar que ocupa na produção nacional e mundial da riqueza. Dela depende a humanidade ameaçada pelo capitalismo em decomposição. Está em suas mãos a tarefa de arrancar a máquina produtiva do capitalismo que beneficia a poucos, que preserva a burguesia parasitária e que bloqueia o livre desenvolvimento das forças produtivas e que abastece o capital financeiro especulativo e decadente.

Para destruir o poder da burguesia, é preciso que o proletariado tome o poder e socialize os meios de produção. Esse é o caminho para varrer a classe burguesa decadente e podre. O novo regime político, orientado e dirigido pela classe operária e todos os oprimidos, será regido no Chile por um governo operário e camponês. A revolução social substituirá o velho regime, colocando os operários no poder. Somente numa nova ordem social será possível eliminar a miséria e a fome, e garantir o acesso universal à saúde e à educação. Esse é o programa que possibilitará dar um passo gigantesco no desenvolvimento de toda a humanidade.

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4. No Massas 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No Jornal Massas, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No Jornal Massas 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No Jornal Massas 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. No Jornal Massas 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934. Neste número do Jornal Massas, exporemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Vamos fazer referências a alguns artigos que o antecede. Devido a extensão, concluiremos a exposição no próximo Jornal Massas.

Aspectos gerais que antecedem o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”

O artigo “A política exterior da União Soviética”, de 16 de junho de 1934, analisa a decisão de Stalin de ingressar a URSS na Liga das Nações, em setembro de 1934. Como se vê, antes do fato consumado, Trotsky faz as observações críticas. As tratativas de Stalin com o presidente norte-americano Roosevelt foram decisivas. Esse processo se deu sob a máscara do pacifismo e da democracia advogadas pelos Estados Unidos. A burocracia estalinista justificou a mudança de política exterior, que desde Lênin considerava a Liga das Nações uma “cova de bandidos”, achando que a maior potência estava disposta a estabelecer um terreno comum para se ‘assegurar o desarme total ou parcial’. Como a política do governo soviético agia “em favor da paz”, o ingresso na Liga das Nações objetivava não obter “vantagens materiais, mas sim alcançar a paz internacional”. Os estalinistas, rompendo completamente com as caracterizações de Lênin sobre o imperialismo, passam a “dividir as nações capitalistas em duas categoriais: as amistosas, democráticas e pacifistas e as belicosas, fascistas e agressivas”. Os Estados Unidos, certamente, fariam parte das amistosas.

Trotsky mostra que se tratava de uma caracterização oposta às dos documentos do Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista. Neste Congresso se afirmou: “A nova organização internacional do trabalho se estabelece com o propósito de organizar a ação unida do proletariado mundial, que aspira a um só objetivo – a derrocada do capitalismo, o estabelecimento da ditadura do proletariado e de uma república soviética internacional para eliminação total das classes e a realização do socialismo, primeiro passo para a sociedade comunista”. Conclui: “O estalinismo

liquidou tudo isso. Em seu lugar, colocou as alianças militares com o capitalismo e a insana teoria do socialismo em um só país”. (...) “Se estourar uma guerra imperialista, essa nova política estalinista porá em perigo, não só a União Soviética como também as esperanças da revolução mundial. Se a URSS ingressar na Liga das Nações e se atar assim ao carro imperialista da França e da Pequena Entente, ou se se transformar em membro da Conferência Permanente da Paz, ficará demonstrado, em um e outro caso, que a União Soviética está do lado dos bandidos capitalistas mais poderosos. Desse modo, se renuncia à emancipação dos oprimidos por meio da revolução proletária e a União Soviética se transforma em peão (em vítima) do xadrez imperialista”. (...) “Obviamente, semelhante situação, exige a criação de um novo partido e da IV Internacional”.

Nesse mesmo mês de junho, Trotsky redige “Um Programa de Ação para a França”, publicado no Jornal da Liga Comunista La Verité. A linha geral do documento se baseia na possibilidade da guerra e a necessidade dos revolucionários lutarem com todas as suas forças para derrotar a política do imperialismo. No ponto 12. “Contra a Guerra, pelos Estados Unidos Socialistas da Europa”, encontramos a seguinte tese: “Somente a vitória dos trabalhadores revolucionários da França pode eliminar toda possibilidade de guerra imperialista e sublevar os povos escravizados da Europa e das colônias. Os pactos e os tratados se tornaram, então, em polvo. A única solução possível, prevista já em 1919, era, então, uma: os Estados Unidos Socialistas da Europa”. Ou seja, “Estados Unidos operários e camponeses da Europa, fraternal federação dos Estados soviético!”. Se faz a

defesa incondicional da URSS diante de qualquer ataque do imperialismo.

Em dezembro de 1934, Trotsky redige uma “Resposta aos amigos da América do Norte. A burocracia estalinista e o assassinato de Kirov”. O interesse para nossa exposição em relação a esse documento está em que se faz uma referência à questão da restauração capitalista. Kirov fazia parte da camarilha de Stalin. Sua morte foi utilizada para acusar o trotskismo de terrorista. Trotsky desmonta a farsa. E responde àqueles que imaginavam que se tratava da restauração capitalista. Eis: “Somente um imbecil total pode acreditar que as relações capitalistas, isto é, a propriedade privada dos meios de produção, incluída a terra, podem restabelecer-se pacificamente na URSS e conduzir a um regime de democracia burguesa. De fato, ainda que fosse possível em geral, o capitalismo não poderia restabelecer-se na Rússia a não ser como consequência de um selvagem golpe de Estado contrarrevolucionário que custaria dez vezes mais vítimas que a Revolução de Outubro e a guerra civil”. Esse era o contexto da situação conflituosa no aparato da burocracia estalinista e na situação da crise mundial que indicava a aproximação de uma nova guerra.

Trotsky se vê obrigado a rebater os erros daqueles que confundiam a burocracia soviética com classe social. Responde: “Alguns observadores e críticos superficiais afirmam que a burocracia soviética é uma nova classe dominante. Temos esclarecido amplamente que essa definição é falsa do ponto de vista marxista. Uma classe econômica dominante pressupõe um sistema de produção e propriedade que lhe é particular e próprio. A burocracia soviética não é senão o reflexo da etapa transitória entre dois sistemas de produção e propriedade, o capitalista e o socialista. Este regime transitório não pode ter um desenvolvimento independente”. Trotsky avalia que o que a burocracia estalinista poderia ter feito de progressivo estava esgotado. Para o “desenvolvimento posterior da economia e da cultura” era preciso “a destruição da burocracia por meio da regeneração da democracia soviética”.

Em janeiro de 1935, é publicada no *The New International* o documento “Para onde a burocracia de Stalin conduz a URSS?”. Trotsky retoma o ingresso da União Soviética na Liga das Nações. Estava concluída uma virada anunciada em junho de 1934. Eis: “Da teoria e da prática do ‘terceiro período’ e do ‘social-fascismo’ se saltou para as ligações permanentes não só com a socialdemocracia como também com os radical-socialistas, o pilar fundamental do governo burguês. Hoje, se decreta que o programa da luta pelo poder é uma provocação contrarrevolucionária”.

Nesse contexto, Trotsky analisa as consequências de medidas econômicas tipicamente restauracionistas. Explica: “O objetivo fundamental do retorno ao mercado e ao sistema monetário estável – este último não é mais do que um projeto – consiste em interessar diretamente os camponeses das fazendas coletivas nos resultados de seu trabalho e eliminar assim as consequências negativas da coletivização forçada. Este retrocesso está incondicionalmente determinado pelos erros da política anterior. No entanto, não devemos fechar os olhos para o fato de que a reconstituição das relações de mercado implica inevitavelmente o fortalecimento das ten-

dências individualistas e centrífugas da economia rural e o incremento da diferenciação entre as fazendas coletivas e no interior das mesmas”. Nesse momento, emergem as tendências restauracionistas, nos marcos de uma mudança nas diretrizes de política exterior. Em resumo: “O retrocesso diplomático diante da burguesia mundial e do reformismo; o retrocesso econômico diante das tendências pequeno-burguesas no interior do país; a ofensiva política contra a vanguarda do proletariado – esta é a fórmula tripartite do capítulo que se abre no desenvolvimento do bonapartismo estalinista”. A questão era saber até onde iria a virada à direita da burocracia estalinista. Estava claro que se tornava cada vez mais urgente a necessidade de a vanguarda revolucionária derrotar a burocracia termidoriana.

Trotsky considera que “a luta interna na URSS e as viradas do Kremlin podem acelerar ou atrasar o desenlace. Mas a chave fundamental da situação interna da União Soviética se encontra hoje fora de suas fronteiras. Se o proletariado ocidental for submetido no continente europeu ao fascismo, o Estado operário, isolado e profundamente degenerado, não durará muito tempo, ainda que não seja inevitável que caia diante da intervenção militar; pelo contrário, em condições distintas a intervenção soviética pode levar à derrocada do fascismo. Mas, neste momento, os triunfos da contrarrevolução mundial puseram em cores vivas as contradições internas da URSS. A posterior difusão do fascismo, ao debilitar ainda mais a capacidade de resistência do proletariado soviético, tornaria impossível a substituição do degenerado sistema bonapartista por um sistema soviético reconstituído. Seria inevitável uma catástrofe política à qual seguiria a restauração da propriedade privada dos meios de produção”.

Nota-se que Trotsky se convence cada vez mais de que as condições objetivas da crise que atinge a URSS e que evidenciam o curso antissoviético da política da burocracia, nacional e internacional, pendiam mais para o avanço da restauração capitalista do que para a sua interrupção. Essa avaliação comparece na pergunta: “Pode um Estado soviético isolado manter-se durante um lapso indefinido dentro do contorno imperialista e do círculo cada vez mais constritivo das contrarrevoluções fascistas?”. A resposta do marxismo é ‘não’. A resposta nas condições internas na URSS é ‘não’. A pressão imperialista do exterior, o dispêndio de forças e recursos na defesa, a impossibilidade de estabelecer relações econômicas corretas: em si mesmos, todos esses obstáculos são suficientemente profundos e graves. Mas muito mais importante é o fato de que as derrotas da revolução mundial desintegram o apoio vivo ao sistema soviético, de que o proletariado sendo obrigado a baixar a cabeça obedientemente sob o jugo da burocracia nacional, que, por sua vez, está corroída por todos os vícios do bonapartismo. Fora da revolução mundial, não há salvação possível”.

(As citações foram extraídas dos Escritos, Leon Trotsky, Tomo VI, vol. 1, 1934-1935, Editorial Pluma)

Observação: no próximo Jornal Massas completaremos o estudo desse volume.

Estas são algumas edições do Jornal Massas em que prestamos homenagem ao camarada Guillermo Lora desde o seu falecimento em 2009

4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 375 - DE 25 DE MAIO A 07 DE JUNHO DE 2009 - R\$ 3,00

Homenagem revolucionária ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) Guillermo Lora



**Lora faleceu em 17 de maio de 2009
Viva Guillermo Lora,
incansável militante da revolução proletária!!**

4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 455 - DE 26 DE MAIO A 09 DE JUNHO DE 2013 - R\$ 3,00

Congressos da UNE e ANEL:
Que o **CONUNE** rompa com o governo e aprove um plano de luta!
Que o Congresso da **ANEL** se coloque por construir uma fração de oposição revolucionária e delibere um plano de luta!

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Apurar toda a verdade sobre os crimes da ditadura e punir os torturadores e assassinos Por um Tribunal Popular

Há 4 anos, morria Guillermo Lora

Oposição revolucionária a Dilma

4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO DE 2014 - R\$ 3,00

Viva o Internacionalismo Proletário!

Reconstruir a IV Internacional!

5 anos da morte de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia



4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 542 - DE 21 DE MAIO A 4 DE JUNHO DE 2017 - R\$ 4,00

ABAIXO O GOVERNO BURGUEZ, GOLPISTA E CORRUPTO DE TEMER

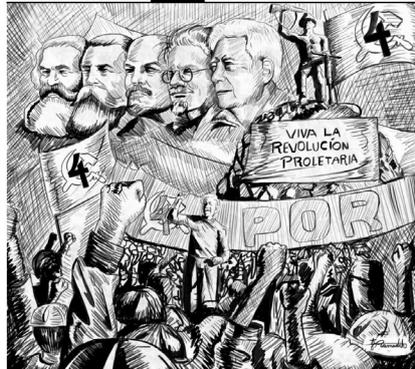
Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares
Que as centrais sindicais convoquem imediatamente a greve geral

Homenagem ao revolucionário Guillermo Lora
Lora foi um revolucionário profissional pleno no sentido dado por Lênin. Uniu indissoluvelmente a teoria e a prática. Foi o que lhe permitiu demonstrar e defender a tese histórica de que o "partido e o programa" nas difíceis condições de crise de direção revolucionária, de desintegração da IV Internacional e de disseminação do centrismo e do oportunismo.



4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 **ESPECIAL** Nº 637 - MAIO DE 2021



12 anos de sua morte
Memória eterna a Guillermo Lora!

4 **Massas**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 **ESPECIAL** Nº 640 - JUNHO DE 2021

Entrevista
Trotskismo e a obra de Guillermo Lora



"Lora dedicou inteiramente suas energias e capacidade à classe operária. Sua obra é extraordinária. É monumental a obra do trotskismo na América Latina. Não existe nenhum escritor, nenhuma direção de partido que tenha levantado um pilar tão elevado da teoria marxista e em defesa dos fundamentos da IV Internacional. Nós, inclusive, estamos estudando os origens do marxismo na América Latina, e estamos constatando, passo a passo, como o POR na Bolívia vai ser esse semeador do marxismo na América Latina."

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N.º 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

